

# A cobertura das eleições presidenciais em Portugal nas revistas ilustradas da I República (1910-1926)

*The coverage of the presidential elections in Portugal in the illustrated magazines of the I Republic (1910-1926)*

**Jorge Pedro Sousa**

Universidade Fernando Pessoa  
e ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA  
jpsousa@ufp.edu.pt  
ORCID ID: [0000-0003-0814-6779](https://orcid.org/0000-0003-0814-6779)

**Celiana Azevedo**

Universidade Nova de Lisboa  
e ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA  
celianaazevedo@fcsh.unl.pt  
ORCID ID: [0000-0002-1768-2525](https://orcid.org/0000-0002-1768-2525)

**Fátima Lopes Cardoso**

Escola Superior de Comunicação Social  
do Instituto Politécnico de Lisboa, Universidade  
Autónoma de Lisboa e ICNOVA — Instituto  
de Comunicação da NOVA  
fatimalcardoso@gmail.com  
ORCID ID: [0000-0002-7093-7881](https://orcid.org/0000-0002-7093-7881)

**Resumo:** Em Portugal, a República foi imposta por uma revolução, a 5 de outubro de 1910 quando, passados mais de sete séculos de Monarquia, o chefe de Estado passou a ser eleito. Apesar do interesse de que se reveste o estudo do comportamento da imprensa nas eleições para a Presidência durante a I República Portuguesa (5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926), trata-se de uma temática ainda não abordada na história do jornalismo português, maioritariamente, interessada em eleições presidenciais recentes. Esta pesquisa tem, assim, como objetivo geral contribuir para entender como, à época, a imprensa, enquadrava as eleições para a chefia do Estado durante a I República, indiciando as possíveis visões que, sobre estas eleições, circulavam entre os cidadãos (“opinião pública”). Para isso, foram analisadas as coberturas que as revistas ilustradas generalistas e politicamente independentes de expansão nacional portuguesas fizeram das eleições presidenciais durante a I República, sendo elas: *Ocidente* (1878-1915), *Brasil-Portugal* (1899-1914), *Serões* (1901-1911) e *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), que vinham da Monarquia, e *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931) e *O Domingo Ilustrado* (1925-1927). A investigação combinou uma abordagem quantitativa e qualitativa do discurso das revistas, articulando a deteção, a recolha e a análise dos dados dos dois números anteriores e posteriores às datas de cada eleição. O estudo concluiu que as eleições presidenciais, na I República, tiveram forte repercussão e um elevado valor como notícia; foram acontecimentos de grande simbolismo político, social e cultural, à semelhança das entronizações nas monarquias. Tendo em conta a época e considerando o carácter independente das publicações, as coberturas foram essencialmente descritivas, pouco analíticas e interpretativas; centraram-se na “pessoalização”, com forte recurso à fotografia de retrato. Todas as revistas apresentaram o desencanto com a I República, nomeadamente com as dissensões e lutas no campo político, frequentemente violentas; mas as eleições foram enquadradas no âmbito de um discurso voltado para o futuro, elogioso para cada um dos novos presidentes.

**Palavras-chave:** eleições presidenciais; Portugal; I República; cobertura jornalística; análise do discurso.

**Abstract:** In Portugal, the Republic was imposed by a revolution on October 5, 1910 when, after more than seven centuries of Monarchy, the head of state was elected. Despite the interest in studying the behaviour of the press in the presidential elections during the First Portuguese Republic (October 5, 1910 to May 28, 1926), this is a subject not yet addressed in the history of Portuguese journalism, mainly interested in recent presidential elections. So, this research has, as a general objective, to contribute to understand how, at the time, the press framed the elections for the head of the State during the First Republic, indicating the possible perspectives that, about these elections, circulated among citizens (“public opinion”). To this end, was analysed the coverage that the general and politically independent illustrated news-magazines of national circulation made of the presidential elections during the I Republic, namely *Ocidente* (1878-1915), *Brasil-Portugal* (1899-1914), *Serões* (1901-1911) e *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), which came from the Monarchy, and *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931) and *O Domingo Ilustrado* (1925-1927). The research combined a quantitative and qualitative approach to the magazine’s discourse, articulating the detection, collection and analysis of data from the two issues published before and after the dates of each election. The study concluded that the presidential elections in the First Republic had a strong impact and a high value as news. They were events of great political, social and cultural symbolism, similar to the enthronements in monarchies. Taking into account the time and considering the independent nature of the selected news-magazines, it was founded that the coverage was essentially descriptive, not analytical and interpretive; focused on “personalization”, with a strong use of portrait photography. All magazines showed their disenchantment with the First Republic, namely with the dissensions and struggles in the political field, often violent, but the elections were framed within the scope of a speech aimed at the future, praising each one of the new presidents.

**Keywords:** presidential elections; Portugal; First Republic; journalistic cover; discourse analysis.

## Introdução

Em Portugal, a República foi imposta por uma revolução, a 5 de outubro de 1910. Passados mais de sete séculos de Monarquia, o chefe de Estado passou a ser eleito. A eleição do Presidente da República foi, para os portugueses, uma novidade.

As eleições presidenciais na I República foram, tal como as de hoje, factos sociais notáveis, acontecimentos de elevado simbolismo político, social e cultural, à semelhança das entronizações nas monarquias. Tiveram elevado valor como notícia, já que possuíam várias das qualidades, ou valores-notícia (Galtung & Ruge, 1965; Traquina, 2002), que tornam os factos sociais notáveis e noticiáveis, como a novidade, notoriedade dos envolvidos, o impacto social da Presidência da República e a proximidade. Tornaram-se, por isso, acontecimentos rotineiramente cobertos pelos meios jornalísticos, até porque, na I República, o jornalismo de cariz industrial já se encontrava consolidado em Portugal (Matos, 2014).

Strömbäck (2008) relembra que nos primeiros tempos de mediatização da política, entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, uma fatia importante do público, nos países europeus, era ideologicamente sensível, pelo que tendia a comprar jornais e revistas politicamente alinhados, com os quais se sintonizasse ideologicamente. No entanto, apesar de, durante a I República, jornais como *O Mundo* (afeto ao Partido Democrático), *A Luta* (afeto à União Republicana) e *República* (afeto ao Partido Evolucionista) competirem com os grandes diários e revistas semanais independentes, casos de *O Século* e do *Diário de Notícias* e da revista *Ilustração Portuguesa*, estes tinham, geralmente, mais sucesso nas tiragens e circulação. Mas todos tinham de fornecer notícias ao público, mesmo quando faziam uma leitura política dos acontecimentos da qualidade.

Assim, fossem ou não politicamente alinhados, os jornais e revistas da I República proporcionavam notícias e outras informações aos leitores. Apesar das tremendas taxas de analfabetismo, que atingiam cerca de 75% da população no início da I República e 70% no seu final (um progresso de somente 5% em 16 anos), a sociedade portuguesa, crescentemente mediatizada, estava, aliás, *dependente* dos jornais e revistas para saber o que se passava, interagir e tomar certas decisões (cf. Ball-Rokeach & DeFleur, 1976).

Por consequência, o público português do primeiro quartel do século XX, formado em torno da imprensa, certamente esperaria que esta lhe fornecesse informações sobre as eleições presidenciais. Os candidatos e os Presidentes, por seu turno, necessitavam da imprensa, única forma de, à época, comunicarem publicamente as suas ideias, darem-se a conhecer e ganharem protagonismo junto do público.

Apesar do interesse de que se reveste o estudo do comportamento da imprensa nas eleições para a Presidência durante a I República Portuguesa, a pesquisa bibliográfica apurou que se trata de um objeto de estudo virgem. As investigações sobre as coberturas de eleições presidenciais portuguesas são voltadas para o passado imediato, caracterizado pela pluralidade

dos meios à disposição dos cidadãos (por exemplo, Serrano, 2005, 2006; Couto, 2006; Camboa, 2011; Nascimento, 2011; Sá, 2011), ou para casos específicos, como a campanha do general Humberto Delgado (1958), opositor ao regime salazarista (por exemplo, Freitas, 2017; Reis, 2019), não para um passado longínquo, em que o principal e único ou quase único meio de comunicação massivo era a imprensa.

Estrela Serrano (2006) foi a única investigadora que, assumindo uma perspetiva histórica e diacrónica da cobertura das eleições presidenciais em Portugal, se reportou ao período de 1976 a 2001, mas já num cenário de grande diversidade mediática, pontuado pela imprensa, rádio, televisão e Web. A autora concluiu que as campanhas eleitorais para a Presidência da República, no período estudado, mereceram uma cobertura crescente, pontuada pela igualmente crescente diversidade de géneros jornalísticos e por novos ângulos de abordagem dos assuntos pelos jornalistas, que foram introduzindo, por exemplo, os *fait divers* e as dimensões do insólito e do humor e, sobretudo, a análise interpretativa, no que conflui, por exemplo, com o estudo de Andersen & Thorson (1989) sobre as eleições presidenciais norte-americanas. Serrano (2006) enfatiza, ainda, que, na imprensa, a imagem fotográfica foi crescentemente valorizada na cobertura das eleições presidenciais, que a televisão consagrou o direto e que a agenda eleitoral dos candidatos modelou, crescentemente, os temas da cobertura das campanhas eleitorais. Na imprensa, segundo a investigadora, notou-se também, no período estudado, um aumento dos textos de análise e opinião, maioritariamente da autoria de colaboradores externos à redação (Serrano, 2006). Estrela Serrano (2006) foi também ao encontro de autores como Iyengar, Norpoth & Hahn (2004), quando sugere que as coberturas eleitorais suscitam mais a atenção do público quando são pessoalizadas e apresentadas como uma corrida entre protagonistas, tendência igualmente identificada por Strömbäck & Van Aelst (2010).

Fora de Portugal realizaram-se investigações sobre a evolução histórica da cobertura jornalística das eleições presidenciais. Andersen & Thorson (1989), por exemplo, analisando a cobertura mediática das eleições presidenciais norte-americanas de 1896, 1928, 1960 e 1984, observaram que da transcrição integral dos discursos dos candidatos, em 1896, se passou para o predomínio da análise desse discurso, nas campanhas de 1960 e 1984, uma tendência do jornalismo político, após 1970 (Pinto, 1997).

Esta investigação teve por objetivo geral, dando resposta a uma lacuna de conhecimento, caracterizar as coberturas que as revistas ilustradas generalistas e independentes de expansão nacional portuguesas fizeram das eleições presidenciais durante a I República (5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926), as quais, depois de quase oito séculos de Monarquia, constituíam uma novidade para os portugueses. Teve por objetivos específicos: (1) determinar quais foram os géneros jornalísticos usados nessas coberturas; (2) explicitar quais foram os temas abordados; e (3) aclarar os enquadramentos sugeridos para as eleições, para a campanha, para os candidatos e suas propostas e para o vencedor.

Partiu-se da hipótese, sustentada pela bibliografia sobre critérios de noticiabilidade e cobertura eleitoral, de que as eleições presidenciais na I República, sendo uma novidade para os portugueses, e gozando a imprensa de liberdade, tiveram forte repercussão nas revistas ilustradas, mas, tendo em conta a época e considerando o carácter independente das publicações escolhidas, foram objeto de uma cobertura essencialmente descritiva e, portanto, pouco analítica e interpretativa, ainda que tenham sido apresentadas como uma corrida entre diversos candidatos (pessoalização da cobertura), para o que contribuiu o recurso à fotografia de retrato, então bastante comum na imprensa (Sousa, 2017).

A pesquisa incidiu nas revistas ilustradas partidariamente independentes, de *informação geral*<sup>1</sup> e de circulação nacional, publicadas durante a I República, a saber: *Ocidente* (1878-1915)<sup>2</sup>, *Brasil-Portugal* (1899-1914)<sup>3</sup>, *Serões* (1901-1911)<sup>4</sup> e *Ilustração Portuguesa* (1903-1924)<sup>5</sup>,

1 Sublinhe-se que o objeto da investigação se circunscreve às revistas que podem ser consideradas de *informação geral* e, portanto, antepassadas das atuais *newsmagazines*. Revistas especializadas, confessionais, literárias, científicas e outras não integraram o estudo.

2 Revista lançada a 1 de janeiro de 1878, distinguiu-se pelo amplo recurso à gravura informativa e mesmo noticiosa antes de ter aderido à fotografia. Foi fundada e dirigida até ao final pelo gravador Caetano Alberto da Silva. No período estudado, a revista era trimestral e saía no dia 10 de cada mês. Cada número tinha, por norma, oito páginas, com cerca de 25 cm x 36 cm de dimensão, e custava 120 réis. As suas características arcaicas (excluindo a adoção da fotografia, a revista quase não mudou) dificultaram-lhe a competição, nomeadamente com a moderna *Ilustração Portuguesa*, e sucumbiu a 10 de julho de 1915.

3 A revista quinzenal *Brasil-Portugal* surgiu a 1 de março de 1899, por iniciativa de Augusto de Castilho, que a dirigiu até à sua morte, em 1912. Por norma, cada número de 16 páginas regulares mais quatro ocasionais, cada uma com dimensões de cerca de 24 por 35 cm, vendia-se por 400 réis. O último número data de 1 de fevereiro de 1914. Desde o seu início usou a fotografia como meio principal de veiculação iconográfica de informação.

4 Revista mensal essencialmente cultural, não cobriu as eleições de 1911, as únicas que poderia ter coberto.

5 Nenhuma das revistas ilustradas estudadas circulou todo o período que vai de 1911 a 1926. No entanto, a *Ilustração Portuguesa* já se publicava desde 9 de novembro de 1903 e manteve-se em publicação regular até 12 de abril de 1924, pelo que, entre todas as revistas estudadas, foi a única que cobriu quase todas as eleições presidenciais da I República, só falhando a última. Aliás, a *Ilustração Portuguesa* é considerada, entre todas as publicações impressas, o principal arquivo gráfico da vida em Portugal entre o final da Monarquia e quase toda a I República.

A *Ilustração Portuguesa*, a segunda revista que, na história, surgiu, em Portugal, com esse título, nasceu no seio da empresa do jornal *O Século*, um periódico político-noticioso republicano que se converteu num diário de informação geral, competindo diretamente com o mais institucional *Diário de Notícias* pela liderança da informação diária em Lisboa. Em 1911, ano da primeira eleição presidencial, ia na segunda série, que provavelmente se iniciou a 26 de fevereiro de 1906. Ao longo do período estudado, o seu número de páginas variou, por causa das contingências da I Guerra Mundial, incluindo a carestia do papel e a sua falta no mercado. As dimensões de cada número, habitualmente com 32 páginas, rondavam cerca de 18 por 28 cm. Durante o período em estudo, o seu preço oscilou entre 50 centavos, e um escudo, o que equivaleria, hoje em dia, a cerca de 5 euros, mas na verdade, como as restantes revistas ilustradas, era vendida, normalmente, por assinatura (tanto assim foi que nos primeiros anos não há nela referência ao preço do número avulso, apenas ao preço das assinaturas). No início do período analisado, era dirigida por Carlos Malheiro Dias, mas este jornalista, monárquico, exilou-se no Brasil, em 1912; foi, depois, formalmente dirigida pelo proprietário do grupo do jornal *O Século*, José Joaquim da Silva Graça, também diretor do diário, mas, com a venda do *Século*, o seu nome desapareceu do cabeçalho, a partir da edição de 11 de novembro de 1922, passando, formalmente, o editor a ser o jornalista António Maria Lopes, embora, provavelmente, fosse chefiada pelo subdiretor de *O Século*, o jornalista António Maria de Freiras. Aliás, tanto quanto se presume, a revista teve vários editores responsáveis depois de Malheiro Dias: Silva Graça, até 1914; António Maria de Freiras, de 1914 até 1919, voltando em 1922; o escritor Albino Forjaz de Sampaio, entre 1919 e 1921; o jornalista António Ferro, que depois se tornaria no primeiro chefe da propaganda do Estado Novo e o homem a quem Salazar deveu a sua imagem, entre 1921 e 1922; e o jornalista e escritor João Ameal, por cerca de um mês, em junho de 1922. A publicação da revista cessou em 1924, pelo que as eleições presidenciais de 1925 já não foram cobertas por esta publicação.

que vinham da Monarquia, e *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931)<sup>6</sup> e *O Domingo Ilustrado* (1925-1927)<sup>7</sup>, que surgiram na I República<sup>8</sup>.

Escolheram-se as revistas ilustradas como objeto da investigação porque, ainda que não sejam espelhos da realidade nem puras evidências da sociedade do seu tempo, foram produtos socio-discursivos centrais na cultura coeva (Maidment, 1996). Ademais, sendo politicamente independentes e apartidárias, penetravam, transversalmente, toda a sociedade portuguesa e, juntando texto visual ao texto verbal, exerceram “um domínio avassalador na difusão massiva de imagens sobre a realidade” (Sousa, 2017, p. 22). Podiam, ainda, agir com autonomia face ao poder político, perseguindo os seus próprios objetivos (Mozzoleni, 1987; Mazzoleni & Schulz, 1999).

### **Eleições e presidentes durante a I República Portuguesa**

Durante a I República, sete personalidades — intelectuais, militares e políticos — foram eleitas para chefiar o Estado, ao longo de oito mandatos<sup>9</sup>. Nos termos da Constituição de 1911, em sete ocasiões os presidentes da República Portuguesa foram eleitos, indiretamente, pelo Congresso da República. Num único caso isso não se verificou. Sidónio Pais tomou o poder pela força em dezembro de 1917 e, em 28 de abril de 1918, nos termos do Decreto n.º 3997, de 30 de março de 1918, que fez parte de um conjunto de decretos alcunhado de “Constituição de 1918”, foi sufragado por voto direto.

Desse modo, com exceção de Sidónio Pais e Teófilo Braga (no primeiro mandato), os restantes presidentes (entre os quais Teófilo Braga, no segundo mandato) sujeitaram-se a eleições no seio do Congresso e tiveram a oposição de outros candidatos. Mas sendo os eleitores constituídos somente pelos deputados e senadores, que se reuniam em sessão conjunta, as “campanhas eleitorais” na verdade resumiam-se, essencialmente, a negociações e confrontações políticas parlamentares, dentro do Congresso. Só a imprensa, que durante a I

6 Primeira revista ilustrada semanal de informação geral e circulação nacional a surgir na I República, a *ABC — Revista Portuguesa*, foi fundada por Mimon Anahori [Anahory] e pelo jornalista monárquico e liberal Rocha Martins, mentor do projeto, que a dirigiu até ao fim. O primeiro número saiu a 15 de julho de 1920 e o último em 24 de setembro de 1931. No período estudado, cobriu as eleições presidenciais de 6 de agosto de 1923 e 23 de dezembro de 1925. Quando foi lançada, custava 30 centavos, mas passou para 50 centavos em junho de 1921, 1 escudo em outubro de 1922 e 1\$50 em junho de 1924. Normalmente, cada número tinha 32 páginas, com cerca de 22 por 31 cm.

7 Revista de informação sensacional e de interesse humano, quase uma revista de entretenimento, pouca atenção deu à política e não cobriu as eleições de 1925, as únicas que poderia ter coberto.





8 A revista *Ilustração* (1926-1939) ainda nasceu durante a I República, concretamente a 1 de janeiro de 1926, mas não cobriu qualquer das eleições presidenciais, pois a última foi realizada em 1925.

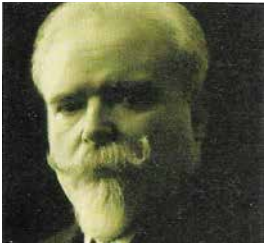

9 Exclui-se da contagem o primeiro Presidente da República, Teófilo Braga, que chefiou o Estado e o Governo Provisório entre 5 de outubro de 1910 e 24 de agosto de 1911 devido ao triunfo da revolução republicana de 5 de outubro de 1910 e da consequente proclamação do novo regime.

República teve uma força considerável na sociedade portuguesa (Matos, 2014), dava alguma visibilidade pública às eleições.

**Tabela 1**

Presidentes e atos eleitorais na I República.

Presidente	Mandato	Opositores na eleição
<p>Teófilo Braga (1843-1924)</p> 	5 de outubro de 1910 a 24 de agosto de 1911	[Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa, e não Presidente da República Portuguesa, na sequência do golpe de Estado de 5 de outubro de 1910 e imposição da República. Não teve opositores.]
<p>Manuel de Arriaga (1840-1917)</p> 	24 de agosto de 1911 (eleição) a 29 de maio de 1915 (demite-se na sequência da revolta de 14 de maio de 1915 e da queda do Governo de iniciativa presidencial de Pimenta de Castro, a três meses de finalizar o mandato).	Bernardino Machado, Duarte Leite, Sebastião de Magalhães Lima, Augusto Alves da Veiga.
<p>Teófilo Braga (2.º mandato) (1843-1924)</p> 	29 de maio de 1915 (eleição) a 5 de outubro de 1915. Termina o mandato de Manuel de Arriaga.	Duarte Leite
<p>Bernardino Machado (1851-1944)</p> 	6 de agosto de 1915 (eleição) a 12 de dezembro de 1917 (derrubado pelo golpe de Estado liderado por Sidónio Pais).	António Correia Barreto (no terceiro e último escrutínio).

<p>Sidónio Pais (1872-1918)</p> 	<p>27 de dezembro de 1917 a 9 de maio de 1918 (presidente interino na sequência de golpe de Estado).</p> <p>28 de abril de 1918 (eleição, de acordo com o Decreto n.º 3997, de 30 de março de 1918, que integrava um conjunto de legislação conhecida por “Constituição de 1918”).</p> <p>9 de maio de 1918 a 14 de dezembro de 1918 (mandato interrompido pelo seu assassinato).</p>	<p>[Sufrágio direto com candidato único.]</p>
<p>João do Canto e Castro (1862-1934)</p> 	<p>16 de dezembro de 1918 (eleição) a 5 de outubro de 1919. Retoma da Constituição de 1911. Termina o mandato de Bernardino Machado iniciado em 1915.</p>	<p>Tomás Garcia Rosado, Basílio Teles, José Relvas.</p>
<p>António José de Almeida (1866-1929)</p> 	<p>6 de agosto de 1919 (eleição)</p> <p>5 de outubro de 1919 a 5 de outubro de 1923</p>	<p>Manuel Teixeira Gomes (no terceiro e último escrutínio).</p>
<p>Manuel Teixeira Gomes (1860-1941)</p> 	<p>6 de agosto de 1923 (eleição)</p> <p>5 de outubro de 1923 a 11 de dezembro de 1925 (renuncia ao mandato)</p>	<p>Bernardino Machado (no terceiro e último escrutínio).</p>
<p>Bernardino Machado (2.º mandato) (1851-1944)</p> 	<p>11 de dezembro de 1925 (eleição) a 31 de maio de 1926. Eleito para terminar o mandato de Manuel Teixeira Gomes, é derrubado pelo golpe de Estado de 28 de maio de 1926, na sequência do qual se imporá a Ditadura, sucedida, a partir de 1933, pelo Estado Novo (II República).</p>	<p>Duarte Leite, António Maria de Bettencourt Rodrigues (no segundo e último escrutínio).</p>

Fonte: elaboração própria a partir de dados recolhidos das revistas ilustradas consultadas.



Nos termos da Constituição de 1911, eram elegíveis para o cargo de Presidente da República os indivíduos maiores de 35 anos no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos. Podiam ser realizadas até três votações para a escolha do chefe de Estado. Para haver um vencedor, era necessária uma maioria de dois terços nos dois primeiros escrutínios. Na terceira votação, a vitória era concedida por maioria simples.

A eleição indireta do Presidente da República afastava os perigos do presidencialismo, mas, em contraponto, esvaziava significativamente o cargo de poderes. Os presidentes da República, no âmbito da ordem constitucional de 1911, não tinham, por exemplo, poderes de veto sobre a legislação emanada do Congresso nem podiam dissolver as suas duas câmaras — Senado e Câmara dos Deputados. Essencialmente, os presidentes exerciam a representação máxima do Estado e tinham alguma influência arbitral. Mas na sequência da eleição de António José de Almeida, em 1919, a Constituição foi revista para dar ao Presidente da República o poder de dissolução do Parlamento, ouvido um Conselho Parlamentar criado para o efeito.

O esvaziamento dos poderes presidenciais poderá ter sido uma das razões que concorreram para a alta instabilidade política durante a I República. Somente um Presidente, António José de Almeida, exerceu os quatro anos de mandato.

Sidónio Pais foi o único Presidente da República Portuguesa eleito por sufrágio direto durante a I República, no dia 28 de abril de 1918. O sufrágio, ao qual apenas concorreu Sidónio Pais, foi organizado acordo com a legislação de 1918, que, na sequência do golpe de Estado de dezembro de 1917, impôs um regime presidencialista a Portugal e alargou para 900 mil eleitores o universo eleitoral, que os republicanos tinham constrangido na sequência da Revolução de 5 de Outubro de 1910. Votaram nestas eleições presidenciais diretas, as primeiras da história de Portugal, 513 958 portugueses (do sexo masculino), cerca de 57,1% do total de eleitores recenseados (abstenção de 42,9%), tendo Sidónio obtido 470 831 votos expressos (91,6%).

No mesmo dia foram eleitas as duas câmaras do Congresso, igualmente por voto direto, mas somente o Partido Nacional Republicano, organizado por Sidónio, o Partido Socialista, o Centro Católico Português, a Causa Monárquica e alguns independentes participaram. Os grandes partidos republicanos tradicionais — Democrático, Evolucionista e Unionista — recusaram-se a participar na eleição, para a deslegitimar. Efetivamente, para as eleições legislativas só votaram cerca de 324 mil dos 900 mil eleitores (36%), saindo vencedor o Partido Nacional Republicano, com cerca de 70% dos votos.

O assassinato de Sidónio Pais em dezembro de 1918 fez sucumbir com ele a República Nova, retornando-se, depois de dois dias de indefinição política, à ordem constitucional de 1911. João do Canto e Castro foi, então, eleito Presidente da República.

## Metodologia e referencial teórico-metodológico

Para se atingirem os objetivos propostos e testar a hipótese enunciada, a investigação combinou uma abordagem simultaneamente quantitativa e qualitativa do discurso das revistas ilustradas coevas sobre as eleições presidenciais da I República, articulando, conforme recomendam Tashakkori & Teddlie (2010), a deteção e recolha de dados, numa primeira fase, com a análise dos dados, numa segunda fase, tendo sempre por referente contextual a conjuntura histórica de cada momento eleitoral, pois o contexto, conforme Jakobson (1960) teorizou, permite que uma mensagem, referindo-se a *alguma coisa*, ganhe sentido (função referencial da linguagem).

Para a deteção e recolha de dados procedeu-se à leitura integral dos dois números anteriores e dos dois números posteriores<sup>10</sup> (um número, no caso de revistas mensais e quinzenais) às datas de cada eleição presidencial das revistas ilustradas generalistas portuguesas que circulavam nacionalmente — *Ocidente* (1878-1915), *Brasil-Portugal* (1899-1914), *Serões* (1901-1911), *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931) e *O Domingo Ilustrado* (1925-1927). Nem todas as revistas, no entanto, circularam concomitantemente em todas as eleições, já que nem sempre coincidiram no tempo nem foram publicadas durante todo o período da I República.

A partir dessa leitura, identificaram-se e recolheram-se as peças e, por acordo intersubjetivo entre os pesquisadores, os exemplos discursivos, incluindo sequências discursivas verbais e exemplos iconográficos, suscetíveis de exemplificar as várias *nuances* da cobertura das eleições e a maneira como esta cobertura evoluiu.

Para a vertente quantitativa do estudo, que classicamente se designa por “análise de conteúdo”, todos os casos foram contabilizados, não havendo, portanto, lugar a amostragem. Procedeu-se, primeiro a uma observação e apreciação sistemática prévia de todos os conteúdos sobre as eleições presidenciais identificados nos números consultados das revistas, para que a codificação de categorias para quantificação dos discursos verbal e iconográfico das revistas traduzisse, de antemão, a variedade discursiva encontrada. Após esse exame sistemático, agruparam-se as matérias sobre as eleições em categorias definidas *a priori* por acordo intersubjetivo dos investigadores, em função dos géneros jornalísticos e dos temas, para posterior sistematização dos resultados, interpretados (fase de interpretação) segundo o que se conhece do contexto histórico da época, tal como postulam Wimmer & Dominick (1996, pp. 174-191) e Sousa (2006, p. 345). Esses procedimentos corresponderam à fase de codificação de categorias e categorização dos dados nestas categorias (Wimmer & Dominick, 1996).

A validade e a fiabilidade da análise quantitativa do discurso foram perseguidas garantindo

---

10 Com exceção da eleição de dezembro de 1918, na sequência do (imprevisto) assassinato de Sidónio Pais. A eleição do Presidente ocorreu apenas dois dias depois do homicídio.

o acordo intersubjetivo e consistente entre investigadores na codificação das categorias e categorização dos dados, procurando-se obedecer às regras da exclusão mútua, da homogeneidade, da pertinência e da sistematicidade; e na fase de interpretação, à exclusão de explicações alternativas para os dados, tal como sugerem Wimmer & Dominick (1996, pp. 174-191).

A análise de conteúdo, na definição clássica de Berelson (1952), permite descrever o “conteúdo manifesto” de um discurso, mas também possibilita, conforme enfatiza Krippendorff (1980), aliás na linha do que afirmou o próprio Berelson (1952), inferir sentidos para o material categorizado e quantificado, a um nível interpretativo e tendo em conta um determinado contexto.

A inventariação dos temas de acordo com a sua saliência no discurso mediático, permitida pela análise quantitativa do discurso, ou análise de conteúdo, encontra razão de ser na conexão que pode estabelecer-se entre a agenda mediática e a agenda pública. Pressupõe-se que a imprensa, ao cobrir determinados assuntos, com determinada saliência, em detrimento de outros, tem a capacidade de contribuir para a definição da agenda pública, nomeadamente quando também há fenómenos de acumulação ao longo do tempo e consonância temática entre os meios jornalísticos, conforme defenderam McCombs & Shaw (1972). Na época da I República a imprensa tinha, relembre-se, um impacto tremendo na sociedade e na política em Portugal (Matos, 2014)<sup>11</sup>.

Para a vertente qualitativa da investigação, posterior ao estudo quantitativo, construiu-se uma amostra não probabilística, mas sistemática, de casos notáveis, entendidos, por acordo entre os investigadores, como sendo representativos da diversidade de situações identificadas, conforme aconselham Wimmer & Dominick (1996, pp. 174-191). Nesse processo, ambicionou-se detetar “as estruturas de significado coerentes” (Scheufele, 2008, p. 967) e os “padrões de significado” (Scheufele, 2008, p. 969) que emanam das matérias sobre as eleições presidenciais na I República. O material assim reunido constituiu o *corpus* para a análise qualitativa dos dados.

Em concreto, procedeu-se à identificação, levantamento e coleta das sequências discursivas e dos exemplos iconográficos que mais nitidamente, na perspetiva intersubjetiva dos investigadores, pudessem traduzir os *enquadramentos*, ou seja, os *pontos de vista*, sugeridos para as eleições presidenciais durante a I República, tendo por referente o que se sabe sobre contexto da época, pois a imprensa, podendo concorrer para agendar temas na agenda pública, também pode cooperar para agendar, num segundo nível, os *enquadramentos*, ou atributos, propostos para um determinado tema, conforme Gitlin (1980) se apercebeu logo

---

11 A pulverização mediática, as redes sociais, as inúmeras possibilidades de escolha entre meios e conteúdos têm contribuído, hoje em dia, para a erosão do poder mediático de agendamento. Mas na I República, os *media* tinham, efetivamente, como conta Matos (2014), um enorme impacto social, nomeadamente entre os indivíduos do sexo masculino alfabetizados e urbanos que alicerçavam o “espaço público” de então.

na alvorada dos anos 1980 e McCombs & Shaw (1993: 58-67), precursores da teoria do enquadramento, teorizaram. Foram, na verdade, ao encontro do que Lippmann (1922), contemporâneo dos eventos aqui estudados, tinha intuído muitos anos antes, quando sugeriu que os média concorrem para a definição das imagens que as pessoas constroem da realidade e tomam pela realidade (“pseudo-ambiente”), necessariamente enviesadas do real, mas essenciais para o “fabrico do consentimento” sem o qual o governo seria impossível.

Gamson & Modigliani (1987, p. 143) explicaram que um enquadramento é uma ideia organizadora que brota de um discurso, ou de uma parte de um discurso, conferindo-lhe um significado particular. Revelam-se na forma como o discurso, ou suas partes, são organizadas, em função do que está em causa (Gamson, 1989), no que é dito explicitamente e no que fica implícito (Goffman, 1975), nos padrões de apresentação, seleção, ênfase, exclusão e interpretação (Gitlin, 1980), nas metáforas, frases feitas e exemplos e no encaixe das novidades em velhas molduras interpretativas (Traquina, 2002), “na seleção de certos aspetos de uma realidade percebida” e na “construção de mensagens que realcem ligações entre esses aspetos, de forma a promover uma interpretação particular” (Entman, Matthes & Pellicano, 2009, p. 176).

Basear a análise qualitativa da cobertura das eleições presidenciais durante a I República na proposta teórica do enquadramento, supõe, desde logo, que o enunciador jornalístico enquadra os temas dos quais trata discursivamente em função da sua cultura e da sua ideologia, entendida esta como o conjunto de conhecimentos, valores e ideias por meio das quais o enunciador interpreta inteligivelmente o mundo, age sobre ele e o comunica de forma compreensível (Barker & Galasinski, 2001, p. 66; Hartley, 2002, p. 103). Acresce, conforme salientou Orgad (2002, pp. 28-30), que enquadrar é inerente à produção discursiva jornalística, pois, para terem e produzirem sentido num determinado contexto, os discursos jornalísticos sugerem, inevitavelmente, formas de *ler* os factos singulares e notáveis da realidade material que constituem os referentes da cobertura jornalística, ou seja, propõem formas de *enquadrar* os acontecimentos e assuntos cobertos, em duas dimensões: uma primeira que, considerando toda uma peça discursiva ou sequências discursivas específicas, verbais ou visuais, propõe, *sentidos imediatos* para o que está em causa; e uma segunda que remete para as *interpretações*, ou atributos, que na própria peça jornalística possam ser discursivamente sugeridas pelo enunciador para os temas em questão, com clareza ou opacidade, incluindo, por vezes, o estabelecimento de fronteiras entre o *certo* e o *errado*; o *correto* e o *incorreto*; o *legítimo* e o *ilegítimo*; o *normal* e o *desviante*. No mesmo sentido de Orgad, Fowler (1994) sugere que há enquadramentos discursivos explícitos, revelando-se, por exemplo, em explicações, análises e opiniões sobre os acontecimentos e assuntos em causa, e que há, igualmente, enquadramentos implícitos, não ditos.

A validade da investigação foi perseguida por meio da enunciação expositiva e clara das etapas da investigação, conforme vertida na parte de “resultados e discussão”, e a fidelidade por meio da aferição da estabilidade e coerência inter-investigadores na codificação, categorização e interpretação dos dados (Bowen & Petersen, 1999).

Tendo em conta as datas das eleições presidenciais e, em 1919 e 1923, das tomadas de posse dos presidentes durante a I República (tabela 2) e as datas de publicação das revistas, estudaram-se as edições que constam da tabela 3.

**Tabela 2**

Datas das eleições presidenciais durante a I República.

24 de agosto de 1911
29 de maio de 1915
6 de agosto de 1915
28 de abril de 1918
16 de dezembro de 1918
6 de agosto de 1919
6 de agosto de 1923
11 de dezembro de 1925

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 3**

Números estudados das revistas ilustradas.

Revistas	Datas dos números estudados
<i>Ocidente</i> (1878-1915)	10 de agosto de 1911 (n.º 1174); 20 de agosto de 1911 (n.º 1175); 30 de agosto de 1911 (n.º 1176); 10 de setembro de 1911 (n.º 1177); 10 de maio de 1915 (n.º 1309); 20 de maio de 1915 (n.º 1310), 30 de maio de 1915 (n.º 1311); 10 de junho de 1915. [A revista termina a 10 de julho de 1915.]
<i>Brasil-Portugal</i> (1899-1914)	16 agosto de 1911 (n.º 302); 1 de setembro de 1911 (n.º 303).
<i>Serões</i> (1901-1911)	Julho de 1911 (n.º 73), agosto de 1911 (n.º 74); setembro de 1911 (n.º 75).
<i>Ilustração Portuguesa</i> (1903-1924)	14 de agosto de 1911 (n.º 286); 21 de agosto de 1911 (n.º 287), 28 de agosto de 1911 (n.º 288); 4 de setembro de 1911 (n.º 289); 17 de maio de 1915 (n.º 482), 24 de maio de 1915 (n.º 483), 31 de maio de 1915 (n.º 484), 7 de junho de 1915 (n.º 485); 26 de julho de 1915 (n.º 492), 2 de agosto de 1915 (n.º 493), 9 de agosto de 1915 (n.º 494), 16 de agosto de 1915 (n.º 495); 15 de abril de 1918 (n.º 634), 22 de abril de 1918 (n.º 635), 29 de abril de 1918 (n.º 636), 6 de maio de 1918 (n.º 637), 13 de maio de 1918 (n.º 638), 20 de maio de 1918 (n.º 639); 23 de dezembro de 1918 (n.º 670); 30 de dezembro de 1918 (n.º 671); 28 de julho de 1919 (n.º 701), 4 de agosto de 1919 (n.º 702), 11 de agosto de 1919 (n.º 703), 18 de agosto de 1919 (n.º 704); 13 de outubro de 1919 (n.º 712) — tomada de posse de António José de Almeida; 28 de julho de 1923 (n.º 910), 4 de agosto de 1923 (n.º 911), 11 de agosto de 1923 (n.º 912); 18 de agosto de 1923 (n.º 913); 6 de outubro de 1923 (n.º 920) e 13 de outubro de 1923 (n.º 921) — tomada de posse de Manuel Teixeira Gomes.
<i>ABC — Revista Portuguesa</i> (1920-1931)	26 de julho de 1923; 2 de agosto de 1923; 9 de agosto de 1923; 16 agosto de 1923; 4 de outubro e 11 outubro de 1923 — tomada de posse de Manuel Teixeira Gomes; 26 de novembro de 1925; 3 de dezembro de 1925; 10 dezembro de 1925; 17 de dezembro de 1925; 24 de dezembro de 1925.
<i>O Domingo Ilustrado</i> (1925-1927)	29 de novembro de 1925 (n.º 46), 6 de dezembro de 1925 (n.º 47), 13 de dezembro de 1925 (n.º 48); 20 de dezembro de 1925 (n.º 49).

Fonte: elaboração própria.

Na revista *Serões*, essencialmente de âmbito cultural, e na revista *Domingo Ilustrado*, de informação leve ou sensacional, quase de entretenimento, não se encontraram quaisquer peças sobre as eleições presidenciais (as únicas que a revista *Serões* poderia ter coberto seriam as de 1911; as únicas que a *Domingo Ilustrado* poderia ter coberto seriam as de 1925).

Registe-se que apenas se integraram no *corpus* as peças que têm por tema as eleições. Não se incluíram, por exemplo, matérias sobre as primeiras ações do Presidente (por exemplo, para formar um Governo ou, no caso de Manuel de Arriaga, para presidir a um desfile militar no dia 25 de agosto de 1911), nem matérias sobre a situação política do País após as eleições.

## **Resultados e discussão**

### ***O Ocidente***

Na revista *O Ocidente*, contabilizaram-se quatro peças sobre as eleições presidenciais, nos três números que integraram a amostra: os de 30 de agosto e 10 de setembro de 1911; e o de 30 de maio de 1915 (cf. tabela 4). Três matérias (75%) respeitam à eleição de 1911, ocupando três páginas no total. A eleição de Teófilo Braga, a 29 de maio de 1915, só mereceu da revista a publicação do seu retrato (fotolegenda), na capa do número de 30 de maio (uma matéria, 25% do total), ocupando uma página. Ou seja, as eleições presidenciais de 1911 e a primeira de 1915 só mereceram da parte da revista *Ocidente* um total de quatro páginas, facto que, no entanto, deve ser visto em perspetiva, pois cada número, em 1911, só tinha oito páginas (em 1915, para concorrer com as restantes revistas, já publicava doze páginas por número). Por um lado, talvez existisse já um certo cansaço com a situação política e a instabilidade militar; por outro, a eleição de 29 de maio de 1915 foi intercalar, para que o novo Presidente pudesse completar os dois meses e alguns dias que faltavam do mandato de Manuel de Arriaga. Logo, a eleição de 29 de maio de 1915 foi, num certo sentido, menos importante do que a de 24 de agosto de 1911, que teve por interesse adicional o facto de ser uma novidade absoluta — foi a primeira vez que se elegeu um Presidente da República Portuguesa.

**Tabela 4**  
Peças do *corpus*.

Data	Género	Peça
30 agosto de 1911	Crónica	Crónica Ocidental (pp. 186-187) Crónica de João Prudêncio sobre o que representam as eleições presidenciais para a normalização da situação política, incluindo a narração do ato eleitoral, da tomada de posse e festejos subsequentes, a transcrição da fórmula constitucional de juramento e do discurso presidencial na tomada de posse, complementada com uma biografia do Presidente Manuel de Arriaga.
30 de agosto de 1911	Fotolegenda	Retrato do Presidente Manuel de Arriaga (p. 185) acompanhado pela legenda “O Presidente eleito da República Portuguesa, Dr. Manuel de Arriaga”.
10 de setembro de 1911	Elogio	O Dr. Manuel de Arriaga, 1.º Presidente da República Portuguesa (p. 195) Elogio de Manuel de Arriaga por Francisco de Noronha.
30 de maio de 1915	Fotolegenda	Retrato do Presidente Teófilo Braga acompanhado pela legenda “Dr. Teófilo Braga. Novo Presidente da República Portuguesa”.

Fonte: produção própria.

*O Ocidente* utilizou três géneros jornalísticos, nas quatro peças, para reportar as duas eleições presidenciais que tiveram lugar enquanto a revista foi publicada: a crónica; o elogio; e a fotolegenda. Por *crónicas* consideraram-se as peças publicadas com periodicidade regular num órgão jornalístico, assinadas por um cronista, que nelas lança um olhar pessoal sobre assuntos relevantes da atualidade (Sousa, 2005, p. 207); por *fotolegendas*, tomaram-se as peças jornalísticas constituídas por uma fotografia e um pequeno texto que, como legenda, orienta a leitura da imagem, complementa-a e ainda pode chamar a atenção para as suas particularidades visuais (Sousa, 2005, p. 213); e na categoria *elogios*, criada pelos investigadores para efeitos da análise, foram classificadas as peças que elogiam o novo Presidente, tendo em conta alguns aspetos da sua biografia.

As crónicas — uma por número, em cada dez dias — permitiam à revista fazer resumos e balanços da atualidade, sendo, portanto, um género adequado à periodicidade da revista *O Ocidente*. O recurso às fotolegendas remete para a valorização da informação visual numa revista ilustrada (o potencial de cobertura visual dos assuntos era critério de noticiabilidade), e seria, igualmente, um género apropriado para quando a informação a publicar fosse urgente e o número já se encontrasse fechado ou quase. O elogio do vencedor permitia à revista alinhar-se com a tendência política vencedora.

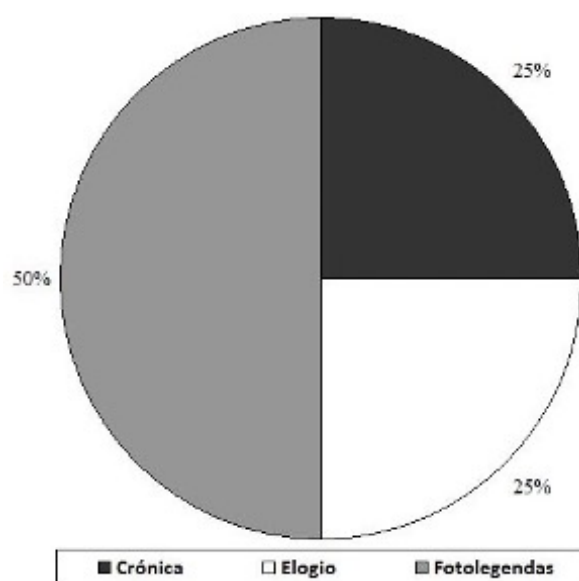
Havendo somente quatro peças a considerar para contabilização dos géneros jornalísticos, as fotolegendas dominam (50%), havendo a considerar uma crónica (25%) e um elogio (25%). A eleição de 29 de maio de 1915, intercalar, apenas mereceu uma fotolegenda, provavelmente pelos motivos já expostos.

**Tabela 5**  
Géneros jornalísticos — revista *Ocidente*.

Géneros jornalísticos	N.º	%
Crónica	1	25
Elogio	1	25
Fotolegenda	2	50

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 1**  
Géneros jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais — revista *Ocidente* (em percentagem).



Fonte: elaboração própria.

Para tipificação das peças quanto ao tema, consideraram-se as seguintes categorias, codificadas pelos investigadores para efeitos desta investigação:

1. *Sínteses da situação política*: matérias de síntese que integram vários subtemas, como sejam a abordagem da situação política, a narração do ato eleitoral e da tomada de posse, a transcrição do discurso do presidente eleito, a biografia do presidente, etc.
2. *Elogios*: elogio ao novo Presidente da República.
3. *Retratos*: fotolegendas com o retrato dos novos Presidentes da República, em cada eleição, quando constituem peças individualizáveis, com ou sem apresentação do Presidente e notícia da eleição.

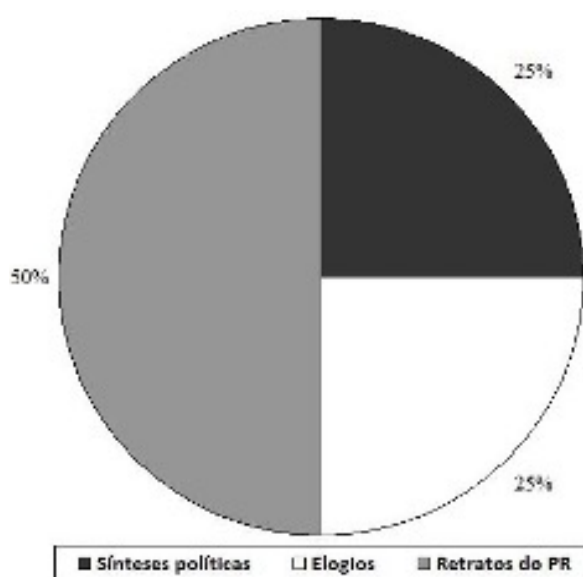
Os resultados da análise de conteúdo aos temas das peças constam da tabela 6 e do gráfico 2.



**Tabela 6**Matérias por categoria temática — revista *Ocidente*.

Tema central	N.º	%
Sínteses da situação política	1	25
Elogios do Presidente da República	1	25
Retratos do Presidente da República	2	50

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 2**Matérias por categoria temática — revista *Ocidente*  
(em percentagem).

Fonte: elaboração própria.

O principal tema das matérias sobre as eleições presidenciais na revista *Ocidente* foi o retrato (visual) do Presidente eleito. Aliás, a cobertura da eleição de 29 de maio de 1915 limitou-se a um retrato visual legendado do novo Presidente da República (fotolegenda), pois a eleição presidencial de 29 de maio de 1915 terá sido encarada como sendo menos relevante do que a de 24 de agosto de 1911. No entanto, a eleição de 24 de agosto de 1911 mereceu uma síntese política (na habitual crónica) na qual, além da narração do ato eleitoral e cerimónias subsequentes, há referências ao significado da eleição e ao seu contexto. A revista também providenciou aos seus leitores, desejosos de descobrir mais, uma peça biográfica sobre o primeiro Presidente da República Portuguesa. O elogio — opinativo — do Presidente contribuiu para centrar no chefe de Estado a confiança e a esperança públicas, justificando a eleição.

A um nível qualitativo, levantaram-se, para interpretação, as sequências discursivas inseridas na tabela 7.

**Tabela 7**

Sequências discursivas de enquadramento (revista *Ocidente*).

Data	Peça	Sequências discursivas de enquadramento
30 agosto 1911	Crónica Ocidental (pp. 186-187)	Até que enfim deverá terminar a pressão (...) do período revolucionário, com todas as consequências de uma ditadura semimilitar. (...) Entrou-se (...) num período normal (...). Portugal tem (...) uma Constituição (...) e (...) um chefe da nação (...). Falou-se em vários candidatos (...). Da intriga política que se maquinou em volta destas candidaturas, alguma coisa transpirou (...) mas até à última hora guardou-se o maior segredo sobre qual triunfaria (...). Se procedeu à eleição (...). Estava eleito o Sr. Dr. Manuel de Arriaga Presidente da República Portuguesa. Pela grande sala (...) ressoou uma unânime aclamação (...). Fora do edifício, (...) o povo (...) explodiu em vivas ao mesmo tempo que explodia[m] (...) foguetes (...) que era o sinal para os navios de guerra e as fortalezas darem a salva presidencial. (...) Então o Sr. Dr. Manuel de Arriaga proferiu o compromisso preceituado no artigo 43.º da Constituição (...) [segue-se a transcrição do juramento] e (...) logo se dirigiu à Assembleia (...) [segue-se a transcrição integral do discurso do Presidente]. (...) Em seguida (...) o Sr. Dr. Manuel de Arriaga (...) se dirige para a varanda do edifício onde a sua branca cabeça assoma e o povo aclama delirantemente o primeiro Presidente da República. As forças militares fazem continência (...) e todos vêm fazer o cortejo (...) que acompanha o Sr. Dr. Manuel de Arriaga ao palácio de Belém, onde tiveram lugar os cumprimentos oficiais. (...) A França, no próprio dia da eleição, apressa-se a reconhecer a República Portuguesa. (...) O Sr. Dr. Manuel de Arriaga (...) é um descendente de reis, o que não impede de ele ter sido sempre um democrata convicto, que pôs de parte os seus pergaminhos de nobreza para conquistar os próprios (...).
10 de setembro de 1911	O Dr. Manuel de Arriaga, 1.º Presidente da República Portuguesa (p. 195)	Ao número dos poucos, de absoluta limpidez de carácter, de formosa inteligência e de bondade modelar pertence o faialense modesto e carinhoso que a reunião decisiva de 121 votos elevou à primeira magistratura deste País.

Fonte: elaboração própria.

Na crónica assinada por João Prudêncio, a revista *Ocidente* apresenta como ideia central do texto a perspetiva de mudança e de início de uma nova fase histórica para Portugal. A peça começa por referir que a eleição colocaria fim a um período de instabilidade pelo qual Portugal se encontrava desde a revolução e queda da Monarquia em 1910 (cf. tabela 7). Expõe, portanto, a figura do primeiro Presidente da República portuguesa como alguém que deveria trazer calma e que conduziria o país para um período de normalidade, apesar das agitações sociais que ainda ocorriam: “Até que enfim deverá terminar a pressão em que se esteve durante uns dez meses de período revolucionário, com todas as consequências de uma ditadura semimilitar” (*Ocidente*, 30 agosto 1911, p.186). Mesmo ao fazer uma subtil crítica à constituição aprovada pela Assembleia da República quando diz que tem “coisas que lá não

deviam estar e lhe faltarem outras” (*Ocidente*, 30 agosto 1911, p.186), sem dar muitos detalhes, recolhesse a importância de cumprir essa lei com o objetivo de trazer ordem ao país.

A revista descreve ao pormenor uma sequência do que aconteceu naquela altura que permitiu ao leitor de 1911 reconstituir mentalmente como se deu a corrida dos presidenciais, como aconteceu a votação dos deputados e a excitação e curiosidade pública da novidade de uma eleição para Presidente da República. O discurso do Presidente eleito é publicado na íntegra e gira em torno de pilares como liberdade, democracia e o povo português, com promessas de um novo recomeço. A peça também faz uma pequena referência à repercussão da eleição na imprensa portuguesa e do reconhecimento de países como a França que congratulou o presidente com o envio, quase imediato, de um telégrafo. A *Ocidente* fala deste momento com um grande marco histórico ao compará-lo “exatamente como acontece no Conclave para a eleição de um Papa” (*Ocidente*, 30 agosto 1911, p.186) e que culminaria na elevação de Manuel d’Arriaga à cadeira de Presidente da República aclamado na Assembleia da República e nas ruas de Lisboa:

Pela grande sala do parlamento ressoou uma unanime aclamação ao Presidente eleito e à República, palmas e vivas em que as senhoras que enchiam as galerias, tomaram parte acenando com os seus finos lenços de rendas perfumados. Fora do edifício, onde o povo se aglomerava, logo que se soube o resultado da eleição, todo esse povo explodiu em vivas ao mesmo tempo que explodia uma girandola de foguetes anunciando que estava eleito o presidente da República, girandola que era o sinal para os nativos de guerra e as fortalezas darem a salva presidencial (*Ocidente*, 30 agosto 1911, p.186).

Pode-se ler na matéria uma extensa biografia do presidente eleito que advém de uma ilustre família portuguesa repleta de factos históricos e heróicos em defesa de Portugal que remonta a lendas da época da invasão da Península Ibérica pelos romanos. Nota-se, um ligeiro piscar de olhos com a monarquia, mas a *Ocidente* opta por olhar para frente, ou seja, para a nova forma de governo como que a marcar uma transição de fase pacífica ao afirmar que “Manuel d’Arriaga, hoje Presidente da República Portuguesa, é um descendente de reis, o que não impede de ele sempre ter sido um democrata convicto” (*Ocidente*, 30 agosto 1911, p.187). Desta forma, a *Ocidente* faz uma apologia clara ao Presidente da República, mais do que ao regime republicano, a nova forma de governo ainda embrionária e que teria de provar a sua eficácia a partir daquele momento.

Essa afirmação está de acordo com a matéria assinada por D. Francisco de Noronha intitulada “O dr. Manuel d’Arriaga: 1º Presidente da República Portuguesa”, do dia 10 de setembro de 1911. Neste artigo, a revista coloca-se em total alinhamento ao utilizar um tom quase bajulatório para referir-se ao Presidente Manuel d’Arriaga: “Este homem, esta nobre e simpática figura de homem, advogado constante dos humildes, defensor dos oprimidos,

apóstolo convicto do Direito e da Justiça, esta alma de homem sedenta de luz, inspira confiança, realenta a pátria, atrai a si, assegurará o triunfo à Revolução e à República!” (*Ocidente*, 10 de setembro de 1911, p.195).

Num primeiro momento, poderíamos ter a tendência de subestimar o valor da Crónica Ocidental (pp. 186-187), pois é uma peça quase que exclusivamente descritiva e nada perscrutadora. Contudo, ao levarmos em consideração o Portugal do início do século XX quando o acesso aos meios de comunicação era escasso com as emissões regulares de rádio a demorarem mais de uma década para acontecer e as transmissões televisivas mais de um século, recolhesse-se facilmente a importância da imprensa como marcador histórico. O autor foi uma testemunha ocular daqueles momentos, certamente esteve presente na Assembleia da República e nas ruas de Lisboa, viu a agitação das pessoas. Ao ler, hoje, este relato de há mais de um século, notamos que as palavras de João Prudêncio fazem a mediação de um diálogo entre os homens do passado, que voltam à vida através das suas palavras, e nós do presente, que passamos a nos localizar melhor no tempo histórico ao percebermo-nos como iguais ou diferentes daquela geração que se foi (Reis, 1993). Ao tratar das eleições do Presidente da República Portuguesa de 1911, a revista *Ocidente* opta por um discurso descritivo e não analítico, mas de importância singular pela grande quantidade de detalhes expostos.

Para a análise quantitativa do discurso fotográfico de *O Ocidente* sobre as eleições presidenciais de 1911 e 1915, os investigadores criaram, por acordo, categorias respeitantes aos géneros fotográficos e aos conteúdos temáticos, após apreciação do *corpus*.

Quanto aos géneros, codificaram-se as seguintes categorias:

1. *Retratos*: fotografias com valor informativo centradas na apresentação visual de uma ou várias pessoas, normalmente em pose.
2. *Ação*: instantâneos fotográficos que documentam uma ação, podendo fazer parte de *reportagens fotográficas*.

Quanto ao temário iconográfico, codificaram-se as seguintes categorias:

1. *Retratos presidenciais*: retratos do Presidente eleito.
2. *Juramento da Constituição*: instantâneos da cerimónia de juramento da Constituição, ou do Compromisso, como era apelidada durante a I República.
3. *Saudação presidencial*: instantâneos da saudação do Presidente aos militares em parada e populares, a partir da varanda do Parlamento.

As tabelas 8 e 9 dissecam, quantitativamente, os géneros e temas do discurso iconográfico da revista *O Ocidente* sobre as eleições presidenciais na I República.

**Tabela 7**Fotografias por género — revista *Ocidente*.

Género fotográfico	N.º	%
Retratos	2	50
Ação	2	50

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 8**Fotografias por tema — revista *Ocidente*.

Tema central	N.º	%
Retratos presidenciais	2	50
Juramento da Constituição	1	25
Saudação presidencial	1	25

Fonte: elaboração própria.

Pode dizer-se, apreciando-se os dados quantitativos obtidos pela análise de conteúdo às fotografias das Presidenciais de 1911 e 1915 publicadas na revista *O Ocidente*, que a opção editorial da publicação se repartiu pela pessoalização e pelo simbolismo.

O discurso fotográfico de *O Ocidente* sobre as eleições presidenciais dá grande atenção aos vencedores — os novos Presidente da República. Havia que apresentá-lo ao público, inclusivamente dá-los a conhecer, visualmente falando, a quem não sabia como eles eram; e evocá-los, já que as eleições presidenciais se destinam à escolha do chefe de Estado, uma magistratura unipessoal. Acresce que os retratos presidenciais presentificaram, virtual e visualmente, as personagens dos Presidentes perante o leitor, permitindo-lhe estabelecer conotações, por exemplo, entre a fisionomia dos retratados e as qualidades e defeitos que poderiam ter. A maioria de leitores que só tinha dos presidentes uma experiência mediada pela imprensa — e a sociedade portuguesa ia-se mediatizando em crescendo — podiam, assim, construir imagens dos líderes do País.

*O Ocidente* reportou-se, ainda, na cobertura da eleição presidencial de 1911, a instantes particularmente simbólicos: o juramento da Constituição pelo Presidente eleito; e a saudação do Presidente ao povo e aos militares em parada, rodeado por outros políticos, mas com o Presidente na posição central.

Portanto, o discurso da revista *O Ocidente* repartiu a atenção — o que, segundo a teoria do agendamento, poderá ter tido repercussão na forma como o assunto foi publicamente agendado — entre a figura do Presidente, normalmente em retratos estáticos, e os momentos de ação, simbólicos.



**Figura 1**

O Presidente Manuel de Arriaga na capa de *O Ocidente*. Fonte: *O Ocidente*, n.º 1176, 30 de agosto de 1911, capa (p. 185).

As opções editoriais da revista, ademais, contribuíam para lançar as bases para um cânone de cobertura fotojornalística da máxima cerimónia republicana — a eleição do Presidente da República.

A análise qualitativa das fotografias reforça as inferências realizadas a partir da análise quantitativa.

O retrato oficial com que a revista *Ocidente* apresenta o Presidente eleito ao País exalta assim a imagem do homem das Leis culto, honesto e acérrimo defensor dos ideais republicanos que, graças ao temperamento justo e assertivo que lhe era reconhecido, foi escolhido para assumir funções de liderança, em certos momentos históricos mais agitados, nomeadamente, quando conquistou o título de reitor da Universidade de Coimbra, a 17 de outubro de 1910.

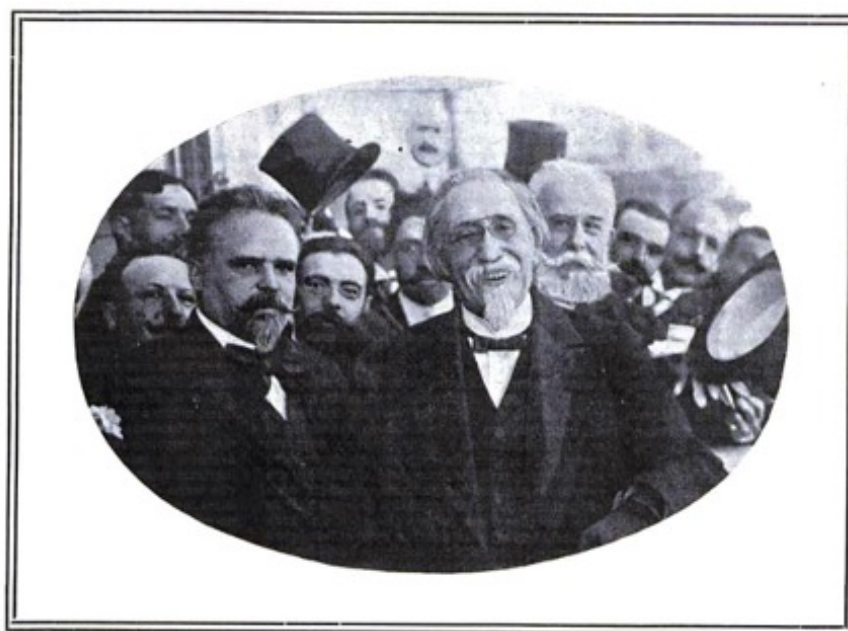
Menos de um ano depois, Manuel de Arriaga surge na capa da *Ocidente* num retrato de perfil e enquadrado num plano médio que evidencia a expressão corporal e facial do recém-eleito chefe de Estado, de braços cruzados, transparecendo a ideia de um certo distanciamento para com o observador, mas de alguém firme nas decisões, bem como uma expressão empática e que facilmente suscita simpatia nos leitores — imagem criada exatamente para difundir uma representação positiva do novo chefe de Estado.

Citando Antonio Arcari para definir os elementos que constituem a substância deste género fotográfico: “Um retrato deve dizer-nos qual é o pensamento, a opinião do autor sobre a

pessoa retratada: se o fotógrafo conseguiu, ou não, estabelecer uma relação com o seu tema; quem é a pessoa fotografada, que tipo de humano representa, a que classe ou que estrato pertence, qual o seu temperamento, o seu ânimo; se é rica ou pobre, feliz ou infeliz, alegre ou triste (1980, p.123). Ao escolher para capa o retrato do Presidente eleito, a revista *Ocidente* atribuiu um forte simbolismo nacional a este momento histórico.

Considerando ainda o ângulo de perfil com que Manuel de Arriaga é retratado na figura 1 e tendo em conta a linha do seu olhar, a fotografia ajuda a destacar a relevância política da individualidade representada e a ideia de que é alguém que olha o futuro, indiciando, de certa forma, uma representação da crença na tendência mais evolucionista do republicano eleito.

No interior da revista, o plano próximo da autoria de Joshua Benoliel — considerado o pai do fotojornalismo português — concentra o olhar do leitor na expressão de contentamento de Manuel de Arriaga e de outras figuras ilustres da ala política republicana, mas colocando ao centro da composição o Presidente eleito e, no ponto ótico do observador, a sua expressão de júbilo. O dinamismo e a ação da cena são representados pelos olhares atentos dos retratados e pelos chapéus erguidos no ar, como um gesto cortês de agradecimento ao povo pela aclamação da vitória. Na análise intersubjetiva da imagem, identifica-se um diálogo implícito entre retratados e os portugueses, em parte, conseguido pela proximidade que Joshua Benoliel mantinha com a cena política nacional e os seus protagonistas, da Monarquia à República.



O PRESIDENTE DA REPUBLICA SR. DR. MANUEL DE ARRIAGA ACOMPANHADO PELOS SRS. PRESIDENTE DO CONGRESSO, MINISTRO DO INTERIOR, GOVERNADOR CIVIL, ETC., NA VARANDA DO PARLAMENTO AGRADECENDO AS ACLAMAÇÕES DO POVO, DEPOIS DA ELEIÇÃO

**Figura 2**

Rodeado de parlamentares, o Presidente Manuel de Arriaga assoma à varanda do Parlamento após a eleição, para saudar os populares e as tropas em parada.

Fonte: *O Ocidente*, n.º 1177, 10 de setembro de 1911, p. 196.

Créditos: Joshua Benoliel.

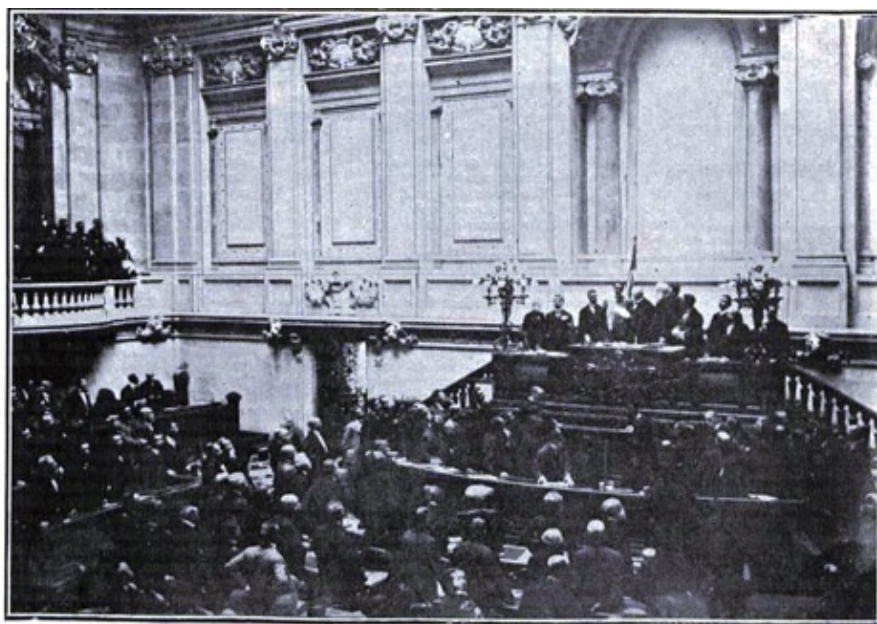


É a legenda que fornece o contexto interpretativo para a foto da figura 2. Sem a legenda, não seria possível entender o simbolismo do instante traduzido fotograficamente. O verbal e o visual combinam-se numa mensagem unificada em que o primeiro ancora o sentido do segundo.

A reportagem ilustrada complementa-se com outros enquadramentos e noutros momentos de celebração da cena política da época, inserindo um enquadramento mais geral do Parlamento. Consciente da importância do momento, Joshua Benoliel procura um ângulo aberto, mas tendo a preocupação de posicionar a tribuna da Assembleia onde Manuel de Arriaga toma posse num dos terços nobres da fotografia, destacando a ação e dando sentido às palavras de Bauret: “A simples escolha de um ponto de vista, que seguidamente se materializa no enquadramento, constitui já, seja qual for a forma da fotografia, um compromisso marcado com uma certa subjetividade. O olhar que participa na delimitação de um determinado campo visual e, por consequência, realidade própria do fotógrafo, é a primeira manifestação deste compromisso” (2006, p.43). Muito ciente da relevância do discurso jornalístico visual, o fotógrafo realça nesta fotografia os valores-notícia atualidade, notoriedade das figuras envolvidas e impacto social da cerimónia oficial.

**Figura 3**

O Presidente Manuel de Arriaga jura a Constituição.  
Fonte: *O Ocidente*, n.º 1177,  
10 de setembro de 1911, p. 196.  
Créditos: Joshua Benoliel.



NA PRESIDENCIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUENTE O SR. DR. MANUEL DE ARRIAGA LENDO O COMPROMISSO  
(Chichés Benoliel)

A única referência da revista *O Ocidente* à tomada de posse de Teófilo Braga, a 29 de maio de 1915, como Presidente da República, na sequência da renúncia de Manuel de Arriaga, após a violenta confrontação que conduziu à queda do Governo de Pimenta de Castro, é a publicação do seu retrato na capa do número de 30 de maio de 1915 (figura 4), o que confirma



o pouco impacto que o acontecimento teve, até porque ocorreu na sequência da mortífera rebelião contra o Governo de iniciativa presidencial de Pimenta de Castro, bastante mais impactante. O retrato em plano próximo é, aliás, formalista e institucional, mas com uma expressão idónea e de compromisso para com o novo cargo assumido.



**Figura 4**  
Presidente Teófilo Braga.  
Fonte: *O Ocidente*, n.º 1311, 30 de maio de 1915, capa (p. 169).

O retrato do Presidente Teófilo Braga, além de ilustrativo da legenda, mostrava quem ele era, para quem não o conhecia, e evocava-o, para todos os leitores. Tornava o novo Presidente virtualmente presente perante o leitor, transferindo para este a possibilidade de conotar a imagem presidencial com qualidades e defeitos de Teófilo Braga, reais ou imaginados.

### ***Brasil-Portugal***

A revista *Brasil-Portugal* apenas pôde cobrir a eleição presidencial de 24 de agosto de 1911, o que fez em quatro peças, espalhadas por dois números sucessivos da revista, duas crónicas, uma fotolegenda e uma biografia do novo Presidente da República, Manuel de Arriaga, o primeiro eleito em Portugal. Essas peças ocuparam oito páginas, mas deve ter-se em consideração que cada número da *Brasil-Portugal* saía com dezasseis páginas — assim, em dois números, as eleições ocuparam 25% do total de páginas, uma percentagem significativa.

Curiosamente, na *Brasil-Portugal* as fotografias nem sempre acompanhavam o texto verbal. As fotografias podiam dizer respeito a uma realidade e o texto verbal a outra. Por exemplo, na biografia de Manuel de Arriaga, publicada na *Brasil-Portugal* de 1 de setembro de 1911, as fotografias dos membros da família Arriaga aparecem quase até à última página, mas desgarradas dos temas das peças.

Considerando por *crónicas*, conforme já foi explicitado, as peças publicadas com periodicidade regular num órgão jornalístico, assinadas por um cronista, que nelas lança um olhar pessoal sobre assuntos relevantes da atualidade (Sousa, 2005, p. 207); por *fotolegendas*, as peças jornalísticas constituídas por uma fotografia e um pequeno texto que, como legenda, orienta a leitura da imagem, complementa-a e ainda pode chamar a atenção para as suas particularidades visuais (Sousa, 2005, p. 213); e por *biografias*, categoria codificada especificamente para esta análise, as peças que apresentam biograficamente o Presidente da República, incluindo, por vezes, menções aos seus ascendentes e descendentes, obtiveram-se os resultados expressos na tabela 9 e no gráfico 3.

**Tabela 9**

Peças do *corpus* — *Brasil-Portugal*.

Data	Género	Peça
16 de agosto de 1911	Crónica	Notas da quinzena (pp. 210-211) Crónica sobre o significado das eleições presidenciais e a manutenção de divisões no campo republicano, por Jaime Vítor.
1 de setembro de 1911	Fotolegenda	República Portuguesa (p. 225, capa) Fotolegenda com o retrato do Presidente da República, Manuel de Arriaga.
1 de setembro de 1911	Crónica	Notas da quinzena (pp. 226-228) Crónica de Jaime Vítor sobre os conflitos entre os republicanos e a oposição dos democráticos e outros radicais à proposta de amnistia geral feita pelo Presidente Manuel de Arriaga.
1 de setembro de 1911	Biografia	O primeiro Presidente da República Portuguesa   Apontamentos biográficos (pp. 228-230) Biografia de Manuel de Arriaga.

Fonte: produção própria.

As crónicas contabilizam 50% dos géneros jornalísticos empregues para a cobertura das eleições presidenciais pela revista *Brasil-Portugal* (cf. tabela 10 e gráfico 3). Uma crónica publicada no número de 16 de agosto de 1911 da revista *Brasil-Portugal* serviu de antecipação às eleições presidenciais. A revista forneceu, assim, ao leitor uma análise prévia sobre o previsto acontecimento, situando-o na conjuntura política.

Nova crónica publicada no número de 1 de setembro de 1911 da revista *Brasil-Portugal* facultou um novo resumo e uma nova análise das eleições, tendo em conta o contexto político e social do País. As crónicas editoriais (*Nota da semana*) eram, efetivamente, indicadas para

suprir o problema trazido pela periodicidade quinzenal da revista, já que permitiam resumir e também analisar a situação, tendo todo o período por referente. Assim, a crónica é o género jornalístico usado em 50% das matérias da publicação em causa sobre as eleições presidenciais portuguesas de 24 de agosto de 1911.

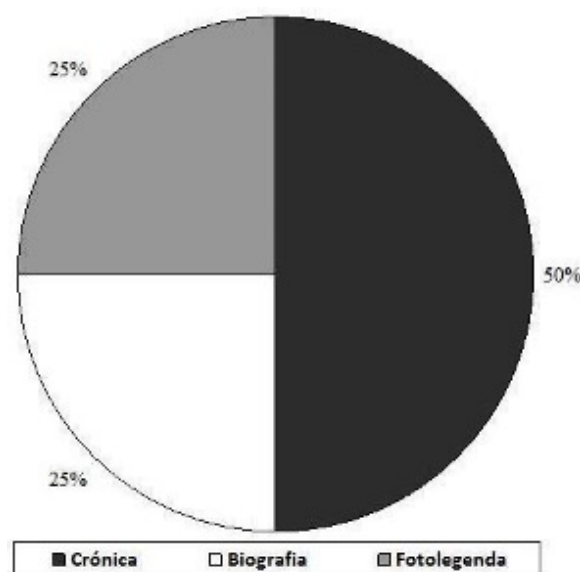
As peças classificadas como fotolegenda (25%) e biografia (25%) serviram, essencialmente, para apresentar ao público, que certamente alimentava uma enorme curiosidade, o primeiro Presidente da República que houve em Portugal.

**Tabela 10**  
Matérias por género jornalístico — *Brasil-Portugal*.

Género jornalístico	N.º	%
Crónica	2	50
Fotolegenda	1	25
Biografia	1	25

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 3**  
Géneros jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais — *Brasil-Portugal* (em percentagem).



Fonte: elaboração própria.

Para a análise do conteúdo temático da revista, estipularam-se as seguintes categorias, codificadas especificamente para a presente investigação por acordo entre investigadores:

1. *Sínteses da situação política*: matérias de síntese que integram vários subtemas, como sejam a abordagem da situação política, a narração do ato eleitoral e da tomada de posse, a transcrição do discurso do presidente eleito, a biografia do Presidente, etc.
2. *Retratos do Presidente da República*: fotolegendas com o retrato dos novos Presidentes da República, em cada eleição, quando constituem peças individualizadas, com ou sem apresentação do Presidente e notícia da eleição.
3. *Biografias do Presidente da República*: peças biográficas sobre o novo Presidente da República.

Os resultados constam da tabela 11 e do gráfico 4.

**Tabela 11**

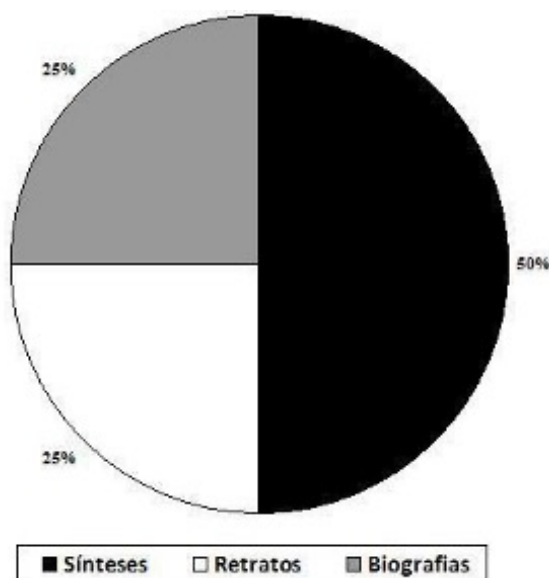
Matérias por categoria temática — *Brasil-Portugal*.

Tema central	N.º	%
Sínteses da situação política	2	50
Retratos do Presidente da República	1	25
Biografias do Presidente da República	1	25

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 4**

Matérias por categoria temática — *Brasil-Portugal* (em percentagem).



Fonte: elaboração própria.

A revista *Brasil-Portugal* esforçou-se por dar aos seus leitores resumos — com pendor analítico — da situação política, daí a opção maioritária por peças sintéticas. A opção resultará,

em parte, da periodicidade quinzenal da revista (os acontecimentos reportados já não constituíam novidade), que obrigava o cronista a sumariar o que se tinha passado na quinzena; mas também da possibilidade de, com recuo temporal, tecer uma análise interpretativa (cf. tabela 10) sobre os factos relevantes da atualidade. A biografia e o retrato contribuíram para apresentar os indivíduos que ascendiam à suprema magistratura da Nação, justificando, pela história de vida, a sua eleição e a confiança pública. A biografia, especificamente, dava-lhes uma história de vida, um lastro, e engrandecia-os. Publicitada aos leitores, contribuía para a condição de *homem público* alcançada pelo chefe de Estado.

Para a análise qualitativa do discurso da revista *Brasil-Portugal* sobre as eleições presidenciais de 1911, identificaram-se, levantaram-se e transcreveram-se as sequências discursivas incluídas na tabela 12.

**Tabela 12**

Sequências discursivas de enquadramento — *Brasil-Portugal*.

Data	Peça	Sequências discursivas de enquadramento
16 de agosto de 1911	Notas da quinzena (pp. 210-212)	A questão do Presidente (...) é (...) a que mais interessa (...). Escolher um homem entre milhões (...), fazer uma seleção tão rigorosa que a escolha recaia sobre aquele que seja, pelas virtudes pessoais e pelo tato político, o primeiro, o mais idóneo, o mais competente para dirigir homens e presidir ao desenvolvimento de um regime incipiente e aos destinos de uma nação secular é (...) missão de (...) responsabilidade (...). Ao aproximar-se o momento da eleição puseram-se em foco as retaliações e os despeitos, vieram à superfície as paixões políticas e facciosas (...), parecendo porfiarem todos em cavar a divisão (...). Estas (...) eleições provam que, sejam quais forem os regimes, os homens são sempre os mesmos (...) e (...) mal se anuncia o dia em que deve ser escolhido um homem para a primeira magistratura, esquecem os compromissos (...), rasgam os programas políticos, quebram a integridade jurada e não têm dúvida em cavar (...) a ruína de uma instituição nova que lançaram e puseram de pé sobre os alicerces de uma instituição antiga. (...) A cisão entre governantes e governados, entre ministros e populares, entre deputados e eleitores, entre povo e tropa, tornada, enfim, realidade (...).
1 de setembro de 1911	Notas da quinzena (pp. 226-228)	(...) o Presidente da República, nas primeiras frases que proferiu no Parlamento, ao ser eleito, deu a entender (...) que estava no seu ânimo a concessão de uma amnistia a todos os que combatiam o regime. Esta expansão presidencial, talvez de um alto critério político e certamente de um coração bondoso e nobre, é para o espírito radical dos adversários (...) uma provocação. (...) E estas orientações políticas absolutamente opostas definem e extremam os campos, (...) afastam toda a hipótese de harmonia (...) e vão oferecer aos simples observadores, como nós, um espetáculo único: um combate de feras não entre republicanos e monárquicos, mas entre republicanos e... republicanos. (...) De um a outro extremo do país foi sinceramente aclamado o nome do Presidente.

Fonte: elaboração própria.

A *Brasil-Portugal*, no dia 16 de agosto, exalta a expectativa do grande feito que estava prestes a acontecer e que chamava a atenção dos portugueses, ou seja, a primeira eleição presidencial que ocorreria dentro de poucos dias. A revista afirma que “de todas as questões nacionais [é] a que mais interessa neste momento o espírito público” (*Brasil-Portugal*, 16 de agosto de 1911, p. 210) e, como que para informar e educar os seus leitores sobre o grande desafio, destaca a complexidade que envolveria a realização de eleições presidenciais ao ter de “escolher um homem entre milhões” para comandar um país monarquicamente secular, mas que operaria, a partir daquele momento, com um novo regime de governo.

Os republicanos souberam aproveitar a crise política, moral e financeira do final da Monarquia portuguesa para tomarem o poder e implementarem a República como nova forma de Governo. Os revolucionários tinham grandes planos para o país que passavam pelo alargamento das liberdades, eliminação dos privilégios das classes mais abastadas e à condução à justiça social (Proença, 2015, p. 618). Porém, a República foi construída sobre esses mesmos alicerces problemáticos e sedimentado na instabilidade política. Havia desconfiança de todos os lados e a revista *Brasil-Portugal* dá conta desta realidade, quase a prever o fracasso do regime que acabara de nascer. Desde o início do Governo Provisório que as disputas entre os republicanos tinham o apoio de alguns órgãos da imprensa portuguesa. Da análise, não se identifica que a *Brasil-Portugal* defendesse qualquer ideologia, mas sim, reprovava enfaticamente a postura dos políticos portugueses, pois, segundo as suas palavras, uma mudança de regime de governo não traria uma mudança política: “sejam quais forem os regimes, os homens são sempre homens” (*Brasil-Portugal*, 16 de agosto de 1911, p. 210).

O que podemos observar e apontar como uma forte característica da revista é o facto de não ser descritiva. Muito pelo contrário, é crítica e aponta diferentes perspetivas sobre o complexo desenrolar da nova fase política em que Portugal estava prestes a experienciar, mas que já nascia carregada de velhos hábitos. Fala discretamente dos candidatos, cita os seus nomes apenas para dizer que não se importamos absolutamente nada quem será eleito Presidente da República, mas de forma clara apresenta um cenário negativo e de disputa naquele que seria o ambiente político português ao usar palavras e expressões como “embarraços”, “retaliações”, “despeitos”, “paixões políticas e facciosas”.

Na peça *Notas da quinzena* do dia 1 de setembro, a ênfase verbal, que não a visual, vai, na *Brasil-Portugal*, para as divergências que dilaceravam o campo republicano e para o afastamento entre o Presidente, que tinha “alto critério político” e um “coração bondoso e nobre”, e os seus adversários radicais (os democráticos). O ato simbólico de união republicana consagrado pela eleição de Manuel de Arriaga já tinha passado, ainda que não há muitos dias... No dia 1 de setembro de 1911, as preocupações já eram as de sempre: a instabilidade da I República. A mesma instabilidade que haveria de corroê-la e provocar o seu colapso a 28 de maio de 1926.

A revista aborda, mesmo que brevemente, o início das más relações com a Igreja Católica, um aspeto considerado como uma das razões que contribuíram para que parte da sociedade portuguesa não apoiasse a República, especialmente no meio rural onde a ligação à Igreja era mais expressiva. O periódico refere-se à Lei da Separação do Estado das Igrejas aprovada em abril de 1911, que estabelecia, pela primeira vez na história de Portugal, um país tradicionalmente católico, a separação entre essas duas instâncias.

Assim como a lei da separação é a lei basilar da República para os que tenazmente a advogam e a querem íntegra e irredutível, a guerra aqueles a quem tem chamado traidores da pátria é para os mesmos a manifestação suprema da força das instituições. Abalar essa força, transmutando-a num ato de clemência, nunca para eles poderia ter o valor de uma nobre orientação política, de um critério de estadistas, de um ato de vasto alcance. Arrancar à lei da separação qualquer das suas vírgulas, desfazer qualquer dos atritos e as asperezas que lhe reconheceu o presidente da República três dias antes de o ser, numa *interview* largamente reproduzida, seria derribar não a coluna menos valiosa do edifício, mas o edifício inteiro (*Brasil-Portugal*, 16 de agosto de 1911, p. 227).

Sem defender qualquer lado, a revista aponta aos seus leitores as cisões políticas e o ambiente de instabilidade onde o país se encontrava. De acordo com as regras da objetividade e imparcialidade jornalística, autointitula-se um “simples observador de um espetáculo único: um combate de feras, não entre republicanos e monarcas, mas entre republicanos e... republicanos” (*Brasil-Portugal*, 16 de agosto de 1911, p. 227). Surpreende, em todo o caso, a abordagem analítica das crónicas (“Notas da quinzena”) da revista *Brasil-Portugal*, que se afastam da abordagem descritiva e narrativa empregue, por exemplo, pela revista *Ocidente*. Realce-se que estudos como o de Andersen & Thorson (1989) identificam na cobertura de eleições do século XIX e da alvorada do século XX uma abordagem essencialmente descritiva dos assuntos, mas a revista *Brasil-Portugal* primou, em sentido inverso, pela análise e contextualização do tema, recorrendo, inclusivamente, a enquadramentos que ainda hoje são usados no balanço da política, como o do afastamento entre políticos e cidadãos, conforme se observa na seguinte sequência discursiva: “A cisão entre governantes e governados, entre ministros e populares, entre deputados e eleitores, entre povo e tropa, tornada, enfim, realidade (...)”.

Para a análise quantitativa do discurso fotográfico da revista *Brasil-Portugal* sobre as eleições presidenciais de 1911, criaram-se por acordo categorias respeitantes aos géneros fotográficos e aos conteúdos temáticos, após apreciação do *corpus*, tal e qual foi feito para a revista *Ocidente*, cujas categorias discursivas se tiveram em conta.

Codificaram-se, assim, as seguintes categorias, quanto aos géneros fotográficos:

1. *Retratos*: fotografias com valor informativo centradas na apresentação visual de uma ou várias pessoas, normalmente em pose.

2. *Ação*: instantâneos fotográficos que documentam uma ação, fazendo, normalmente, parte de *reportagens fotográficas*.
3. *Documentação espacial*: fotografias direcionadas para o registo fotográfico de espaços, nomeadamente de espaços edificados.

Quanto aos temas fotográficos, codificaram-se as seguintes categorias:

1. *Retratos presidenciais*: retratos do Presidente eleito.
2. *Retratos de familiares do Presidente*: retratos de personagens da família do Presidente da República.
3. *Saudação presidencial*: instantâneos da saudação do Presidente aos militares em parada e populares, a partir da varanda do Parlamento.
4. *Cortejo presidencial*: instantâneos de ação do cortejo presidencial após a tomada de posse, entre o Parlamento e o palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República Portuguesa.
5. *Residência privada do Presidente*: fotografias da residência privada do Presidente (no caso, a fachada do prédio).

As tabelas 13 e 14 apresentam, quantitativamente, os resultados da análise de conteúdo.

**Tabela 13**

Fotografias por género — revista *Brasil-Portugal*.

Género fotográfico	N.º	%
Retratos	16	84
Ação	2	11
Documentação espacial	1	5

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 14**

Fotografias por tema — revista *Brasil-Portugal*.

Tema central	N.º	%
Retratos presidenciais	2	11
Retratos do Presidente com familiares	1	5
Retratos de familiares do Presidente	13	68
Saudação presidencial	1	5
Cortejo presidencial	1	5
Residência privada do Presidente	1	5

Fonte: elaboração própria.



A tipologia fotográfica mais usada pela revista *Brasil-Portugal* foi o retrato. Infere-se que do discurso fotográfico da publicação sobre as eleições terão emanado sensações de estatismo e pessoalização. O estatismo é acentuado pela publicação de uma fotografia da fachada do prédio onde, no primeiro andar, vivia o Presidente Manuel de Arriaga. Essa foto preenchia a curiosidade do público sobre onde morava o Presidente e acentuava a proximidade entre Arriaga (portanto, um homem como os outros, um cidadão, que não vivia num palácio) e os restantes cidadãos, conforme o ideal republicano. Mas a pessoalização do discurso fotográfico, mais centrado, inclusivamente, nos retratos fotográficos dos familiares do Presidente (68% das fotos) do que no próprio Presidente (11% das fotos, 15% caso se considere uma foto do Presidente com o seu filho e secretário), apela à ideia bem monárquica de que o Presidente era o vértice de uma família nobre com antigos pergaminhos. A cobertura eleitoral da *Brasil-Portugal*, nesse aspeto, foi atípica, comparada com as restantes revistas. Intui-se também que era difícil à República erradicar os valores e os símbolos que vinham da Monarquia e continuariam a fazer sentido no Portugal de 1911. É de referir, a propósito, que a revista *Brasil-Portugal* publicou o brasão de armas da família Arriaga, nobilitando-a simbolicamente. Com a publicação desse brasão, a revista não fez mais do que ir ao encontro da tendência que emanou do discurso fotográfico.

Estranhamente, as fotografias foram paginadas ao longo da revista, independentemente dos temas dos conteúdos verbais. Nem sempre havia, portanto, articulação entre o verbal e visual no *design* da revista. Era uma forma de dispor graficamente os conteúdos, prática usual no século XIX (cf. Sousa, 2017), mas que se perdeu no século XX e que, apreciada desde o presente, provoca sensações de estranheza.

No discurso fotográfico da revista *Brasil-Portugal* sobre as eleições presidenciais portuguesas de 1911, os únicos instantes de ação representados, travados e condensados no espaço fotográfico foram, primeiro, o momento solene do juramento da Constituição, altamente simbólico, já que é o momento em que o Presidente eleito se torna Presidente de facto; e, segundo, o momento em que o cortejo presidencial do Parlamento chega ao palácio de Belém, antiga residência real e agora residência oficial do Presidente da República. Um instante cerimonial, mas muito evocativo. Em Monarquia ou em República, o País tinha um chefe de Estado que vivia num local simbólico, evocando, aliás, a continuidade do Estado na linha do tempo.

Na dimensão qualitativa da análise fotográfica, o primeiro ponto a salientar é a coincidência entre várias das fotografias publicadas nas revistas *Brasil-Portugal* e *O Ocidente*. Ambas as revistas escolheram a mesma fotografia “oficial” de Manuel de Arriaga para o número que noticiava a sua eleição para o cargo de Presidente da República, ainda que com enquadramentos ligeiramente diferentes. É também a mesma foto de Manuel de Arriaga na varanda do palácio de São Bento, ainda que igualmente com enquadramento diferente, que ambas as revistas publicam.

Atribuindo relevância à parte gráfica do plano editorial, o retrato oficial de Manuel de Arriaga é publicado, na revista *Brasil-Portugal*, ligeiramente manipulado em laboratório para reenquadrar a individualidade política e iluminar a zona do rosto, exaltando, implicitamente, as suas qualidades. Mais gráfico do que fotográfico, esta opção funciona como uma metáfora visual para representar a ideia de alguém culto, com conhecimento, mas também evidenciar a expressão humana do Presidente, criando alguma proximidade entre o leitor e o representante máximo da nação.

#### REPUBLICA PORTUGUEZA



DR. MANUEL DE ARRIAGA — 1.º Presidente da Republica  
(Eleito em 24 de Agosto de 1911)

#### Figura 5

Retrato oficial do Presidente Manuel de Arriaga. Fonte: *Brasil-Portugal*, n.º 303, 1 de setembro de 1911, p. 225 (capa).

A análise à dimensão das figuras representadas nas figuras 5 e 6 da revista *Brasil-Portugal* indica que esta publicação atribui um maior destaque aos elementos icónicos, comparativamente com o que acontece na revista *O Ocidente*, ao reenquadrar a fotografia de Joshua Benoliel e ao aproximar a ação do leitor. Na fotografia captada da varanda do Palácio de São Bento, o cliché que originalmente parece ter sido realizado com enquadramento horizontal é reajustado à orientação vertical para centralizar a ação em Manuel de Arriaga, mas também em Anselmo Braamcamp Freire, membro do Partido Republicado desde 1907 e presidente do Parlamento Republicano, durante o mandato de Manuel de Arriaga. A referência a esta personalidade na fotolegenda demonstra a preocupação dos editores da revista em identificar os

protagonistas da imagem, embora o Presidente da República surja, ainda assim, mais destacado no primeiro plano.

A figura 7 é um instantâneo de Joshua Benoliel que capta o cortejo presidencial a caminho de Belém. Documento visual da época, este plano de conjunto (enquadramento que atribui relevância ao ambiente envolvente em equilíbrio com a escala dos protagonistas da ação registada) comprova como Benoliel sempre esteve muito atento à atualidade jornalística, dando, neste exemplo, particular ênfase ao critério da proximidade. O autor mostra a relação entre a comitiva presidencial e o clima de expectativa que se vivia entre os portugueses, ainda longe de imaginarem que este mandato culminaria em insatisfação popular e instabilidade política que levaria à revolta de 14 de maio de 1915, que afastou o governo de iniciativa presidencial, liderado por Pimenta de Castro.

O sentimento de empatia para com o novo Presidente da República continua a ser construído pela imprensa da época através de uma tendência para a personalização do discurso jornalístico. No caso da figura 8, o plano de corpo inteiro de Manuel de Arriaga ao lado do filho e seu secretário, em conluio com a expressão sorridente dos protagonistas, orienta o leitor para a ideia de que o Presidente era uma pessoa com determinação e fortes convicções políticas, que conta com o apoio incondicional da família no exercício do cargo. Se as linhas “mostram e significam” (Villafañe e Mínguez, 2002, p.116), a verticalidade das figuras humanas exalta a firmeza dos valores familiares, muito apreciados pelo eleitorado, que nesta altura tinha as revistas ilustradas como a sua principal fonte de informação sobre a vida política.

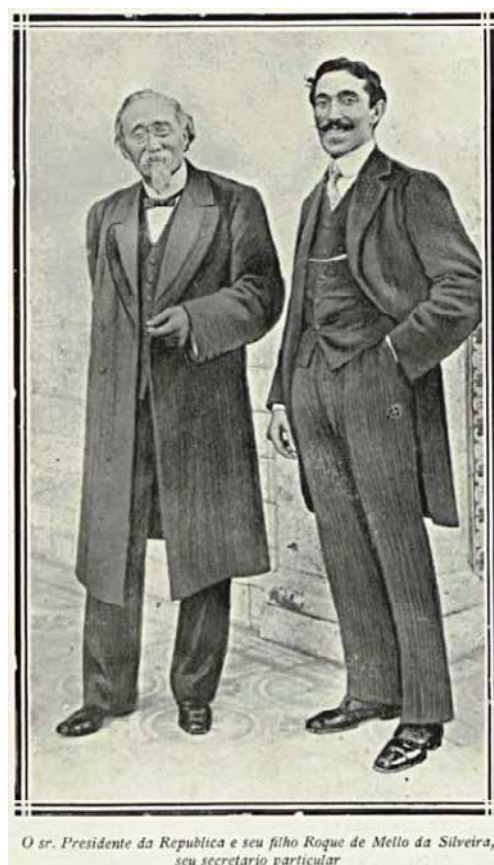


**Figura 6**

O Presidente Manuel de Arriaga assoma à varanda do Parlamento após a eleição. Fonte: *Brasil-Portugal*, n.º 303, 1 de setembro de 1911, p. 226. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 7**  
Cortejo presidencial chega ao palácio de Belém.  
Fonte: *Brasil-Portugal*, n.º 303, 1 de setembro  
de 1911, p. 227. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 8**  
O Presidente da República, Manuel de Arriaga,  
e o seu filho e secretário no palácio de Belém.  
Fonte: *Brasil-Portugal*, n.º 303, 1 de setembro  
de 1911, p. 228.

### ***Ilustração Portuguesa***

A *Ilustração Portuguesa*, mercê da sua longevidade, foi a revista ilustrada generalista portuguesa que mais eleições presidenciais pôde cobrir durante a I República. Ela é tida, aliás, como o principal repositório fotográfico nacional sobre esse agitado período da vida nacional.

Entendendo por peça jornalística, ou matéria, uma manifestação singular de informação, análise ou opinião em jornalismo, contabilizaram-se 26 peças relativas à cobertura das eleições presidenciais, entre 1911 e 1923 (cf. tabelas 15 e 16), distribuídas, por eleição, de acordo com a tabela 15 e o gráfico 5.

**Tabela 15**

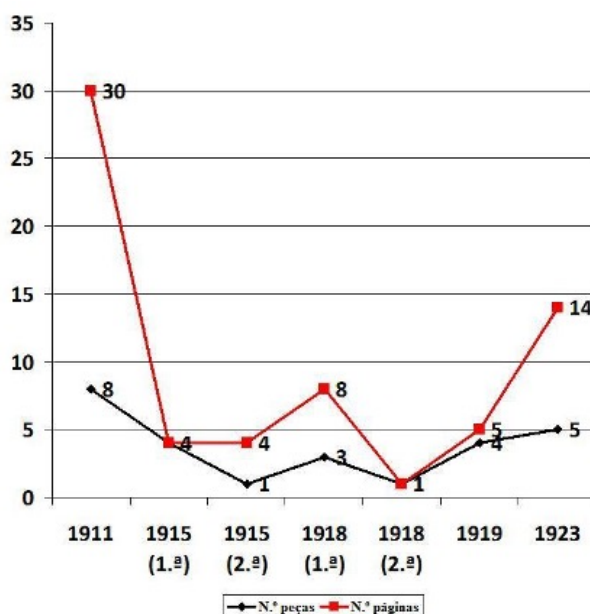
Peças da *Ilustração Portuguesa* alusivas às eleições presidenciais na I República.

	Eleições						
	1911	1915 (1. <sup>a</sup> )	1915 (2. <sup>a</sup> )	1918 (1. <sup>a</sup> )	1918 (2. <sup>a</sup> )	1919	1923
N.º de peças	8	4	1	3	1	4	5
% (peças)	31	15	4	11	4	15	19
N.º de páginas	30	4	4	8	1	5	14
% (páginas)	45	6	6	12	2	8	21

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 5**

Evolução do número de peças da *Ilustração Portuguesa* alusivas às eleições presidenciais na I República, por ano eleitoral.



Fonte: elaboração própria.

Considerando o número de peças e as páginas ocupadas, os dados da tabela 11 e do gráfico 5 permitem concluir que, em termos de saliência temática, a primeira eleição presidencial, em 1911, foi a que mais atenção suscitou — decerto pela novidade e pelas negociações políticas prévias que exigiram — por parte da *Ilustração Portuguesa*. Pensando nas relações entre saliência temática e agenda pública e ainda nos fenómenos de acumulação e consonância (foram cobertas por três revistas, apresentando, estas, temário equivalente), as eleições presidenciais de 1911 terão sido, provavelmente, as que tiveram mais repercussão na agenda pública.

Depois de 1911, em número de peças e páginas dedicadas às eleições presidenciais, o comportamento da revista *Ilustração Portuguesa* foi algo inconstante, refletindo, talvez, a

influência da evolução da conjuntura na dicotomia interesse/desinteresse público e jornalístico pelo que ocorria no campo político, mas todos os momentos eleitorais após 1911 tiveram menos repercussão na revista. É de realçar que, a partir de 1911, as eleições presidenciais tornaram-se rotineiras, perdendo o carácter de novidade que só as de 1911 possuíram. Só houve um assomo de novidade com as eleições presidenciais diretas de 1918, promovidas pelo regime sidonista.

Efetivamente, a revista dedicou somente três peças às primeiras eleições de 1918, as primeiras eleições presidenciais diretas em Portugal; em contrapartida, dedicou-lhes oito páginas, sinal da importância com que foram enquadradas. É bom recordar, em sintonia, que o direito ao voto foi restringido pelos republicanos de 1910, mas foi expandido nas primeiras eleições presidenciais diretas, em 1918, com Sidónio Pais. A *Ilustração Portuguesa*, nessas eleições, como veremos adiante, contribuiu para exaltar visual e verbalmente a figura do militar esguio que Fernando Pessoa, seu admirador, alcunhou de “Presidente-Rei”. É possível que os repórteres — incluindo Benoliel — se tenham deixado seduzir pela figura messiânica desse militar estoico e sempre aprumado que, inesperadamente, tinha revolucionado a política portuguesa.

As eleições de 1923 tiveram cinco matérias, mas catorze páginas dedicadas. Mais do que o interesse conjuntural, essa ocorrência terá resultado do facto de ter havido duas situações que exigiram cobertura: a chegada de Manuel Teixeira Gomes de Londres e o ato eleitoral, a 6 de agosto de 1923; e a tomada de posse e cerimónias protocolares, a 5 de outubro de 1923. Ou seja, havendo uma duplicação das situações que, pela sua notabilidade e valor noticioso, exigiam cobertura, é consequente que tenham sido necessárias mais páginas.

As segundas eleições de 1915 (eleição do presidente Bernardino Machado) e de 1918 (eleição do Presidente Canto e Castro) tiveram somente uma peça dedicada. A segunda eleição de 1918 (Presidente Canto e Castro), inclusivamente, só mereceu uma página, talvez pelo seu carácter imprevisto e com fim pré-determinado para uns meses depois, em 1919, apesar de a segunda de 1915 ter merecido quatro páginas de cobertura (centradas no elogio biográfico de Bernardino Machado), na linha das eleições de 1915, 1919 e 1923.



**Tabela 16***Peças do corpus — Ilustração Portuguesa.*

<b>Data</b>	<b>Género</b>	<b>Peça</b>
14 de agosto de 1911	Biografia	A ascendência de um candidato à Presidência da República: Os Arriaga (pp. 218-223) Genealogia biográfica dos ascendentes de Manuel de Arriaga, então candidato à Presidência da República, pelo genealogista e historiador açoriano António Ferreira de Serpa.
14 de agosto de 1911	Reportagem fotográfica	O discurso do Dr. Bernardino Machado no Porto (p. 224) Reportagem sobre uma sessão de esclarecimento, no Porto, com a presença de Bernardino Machado, um dos candidatos à Presidência da República.
21 de agosto de 1911	Reportagem fotográfica	A eleição do Presidente da República. A reunião do Centro de S. Carlos contra a elegibilidade dos membros do Governo Provisório (pp. 237-241) Reportagem
21 de agosto de 1911	Reportagem fotográfica	A eleição do Presidente da República. A reunião do Clube Nacional a favor da elegibilidade dos membros do Governo Provisório (pp. 242-246)
21 de agosto de 1911	Reportagem fotográfica	A questão presidencial. A reunião conciliadora (pp. 247-248) Reportagem fotográfica sobre uma reunião de conciliação entre os parlamentares pela e contra a elegibilidade de membros do Governo Provisório para a Presidência da República, decidindo-se que a inelegibilidade seria a regra futura, com exceção da primeira eleição.
28 de agosto de 1911	Fotolegenda	Fotolegenda dando conta da eleição de Manuel de Arriaga como Presidente da República (capa).
28 de agosto de 1911	Notícia ilustrada	Os candidatos à presidência no dia 21 (p. 249) Apresentação dos candidatos à Presidência da República, em texto verbal e fotografias.
4 de setembro de 1911	Reportagem fotográfica	O Presidente da República Portuguesa (pp. 292-299) Reportagem fotográfica sobre as ações dos candidatos e seus apoiantes antes das eleições, a eleição, o juramento da Constituição e a tomada de posse de Manuel de Arriaga como Presidente da República. Inclui narração das cerimónias protocolares posteriores.
7 de junho de 1915	Crónica	Teófilo Braga (p. 705) Excerto de crónica sobre a renúncia de Manuel de Arriaga e a tomada de posse de Teófilo Braga como Presidente da República para exercício do resto do mandato.
7 de junho de 1915	Notícia ilustrada	O Sr. Dr. Manuel de Arriaga, 1.º Presidente da República Portuguesa (p. 710) Notícia comentada e ilustrada sobre a renúncia de Manuel de Arriaga à presidência da República.
7 de junho de 1915	Notícia ilustrada	O Sr. Dr. Teófilo Braga, 2.º Presidente da República Portuguesa (p. 711) Fotolegenda comentada sobre a eleição de Teófilo Braga para a Presidência da República, para finalizar o mandato de Manuel de Arriaga.
7 de junho de 1915	Reportagem fotográfica	A eleição do novo Presidente da República (p. 733) Fotorreportagem sobre a eleição de Teófilo Braga.
16 de agosto de 1915	Elogio	O novo Presidente da República (pp. 217-220) Elogio biográfico ao novo Presidente da República, Bernardino Machado.
6 de maio de 1918	Reportagem fotográfica	As eleições em Lisboa (p. 356) Reportagem fotográfica sobre as eleições presidenciais diretas, focadas em Sidónio Pais, Presidente da República interino e único candidato.
13 de maio de 1918	Notícia ilustrada	O Sr. Dr. Sidónio Pais, 3.º Presidente da República Portuguesa (p. 361) Notícia ilustrada da vitória eleitoral de Sidónio Pais.
20 de maio de 1918	Reportagem fotográfica	A proclamação do Sr. Presidente da República (pp. 581-586) Fotorreportagem descritivo-narrativa da cerimónia de proclamação de Sidónio Pais como Presidente da República, ocorrida a 10 de maio de 1918.

23 de dezembro de 1918	Notícia ilustrada	O novo chefe do Estado (p. 505) Notícia ilustrada e comentada sobre a eleição de Canto e Castro para a Presidência da República.
18 de agosto de 1919	Notícia ilustrada	O prestigioso caudilho republicano Sr. Dr. António José de Almeida, Presidente eleito da República Portuguesa (p. 121) Notícia ilustrada e comentada sobre a eleição de António José de Almeida para a presidência da República.
18 de agosto de 1919	Notícia ilustrada	A história sessão do Congresso da República em que se realizou a eleição presidencial (p. 122) Notícia ilustrada sobre a eleição do Presidente António José de Almeida.
18 de agosto de 1919	Notícia ilustrada	Os dois Presidentes (p. 123) Notícia ilustrada sobre a reunião entre o Presidente da República em funções, Canto e Castro, e o Presidente da República eleito, António José de Almeida.
13 de outubro de 1919	Reportagem fotográfica	A posse do novo Presidente. O 5 de outubro (pp. 294-295) Reportagem fotográfica sobre a tomada de posse do Presidente António José de Almeida.
4 de agosto de 1923	Fotolegenda	Dr. Duarte Leite (p. 155) Fotolegenda sobre a indigitação de Duarte Leite como candidato à Presidência da República.
11 de agosto de 1923	Notícia ilustrada	O novo Presidente da República (p. 185) Notícia ilustrada, biográfica e elogiosa, sobre a eleição de Manuel Teixeira Gomes como Presidente da República.
11 de agosto de 1923	Reportagem fotográfica	A eleição presidencial (p. 187) Reportagem fotográfica sobre as eleições presidenciais.
6 de outubro de 1923	Reportagem fotográfica	A sucessão presidencial (pp. 441-445) Fotorreportagem de Diniz Salgado sobre a chegada a Lisboa do Presidente eleito Manuel Teixeira Gomes e o fim do mandato do Presidente António José de Almeida.
13 de outubro de 1923	Reportagem fotográfica	A sucessão presidencial (pp. 473-478) Segunda fotorreportagem de Diniz Salgado sobre a sucessão presidencial, incidindo no juramento, tomada de posse e cortejo até ao palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República Portuguesa.

Fonte: produção própria.

As 26 peças inventariadas foram classificadas em categorias codificadas previamente, relativas aos géneros jornalísticos usados, a saber:

1. *Biografia*: peça centrada na apresentação biográfica dos protagonistas, designadamente o Presidente da República eleito ou cessante ou um determinado candidato, incluindo, por vezes, menções aos seus ascendentes e descendentes (categoria criada para efeitos da presente investigação).
2. *Reportagem fotográfica/fotorreportagem*: peça de intenção total ou predominantemente informativa, normalmente extensa, podendo ocupar várias páginas, na qual a fotografia, enquanto elemento informativo iconográfico, predomina sobre o texto verbal (Sousa, 2004, p. 104).
3. *Fotolegenda*: peça jornalística constituída por uma fotografia e um pequeno texto verbal que, como legenda, orienta a leitura da imagem, complementa-a e ainda pode chamar a atenção para as suas particularidades visuais (Sousa, 2005, p. 213).



4. *Notícia ilustrada*: peça total ou predominantemente informativa, breve, na qual a informação verbal é preponderante em relação à informação iconográfica (Sousa, 2004, p. 91).
5. *Crónica*: peça publicada com periodicidade regular num órgão jornalístico, assinada por um cronista, que nelas lança um olhar pessoal sobre assuntos relevantes da atualidade (Sousa, 2005, p. 207).
6. *Elogio*: peça focada no elogio, no caso, ao Presidente eleito, ao Presidente cessante ou a determinado candidato, enquanto protagonistas das notícias, podendo ter em conta alguns aspetos biográficos alusivos aos personagens elogiados (categoria criada para efeitos da presente investigação).

Os resultados relativos aos géneros jornalísticos a que a *Ilustração Portuguesa* recorreu expressam-se na tabela 17 e no gráfico 6.

**Tabela 17**

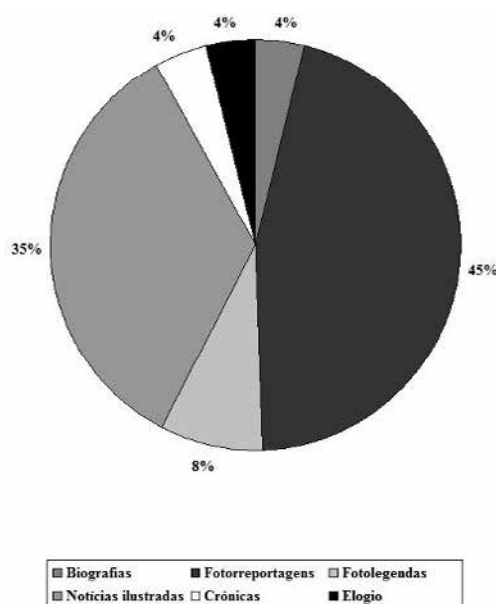
Matérias por género jornalístico — *Ilustração Portuguesa*.

Género jornalístico	N.º	%
Biografias	1	4
Reportagens fotográficas	12	46
Fotolegendas	2	8
Notícias ilustradas	9	35
Crónicas ou excertos de crónicas	1	4
Elogios	1	4

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 6**

Géneros jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais — *Ilustração Portuguesa* (em percentagem).



Fonte: elaboração própria.

Os dados da tabela 17 e do gráfico 6 são consonantes com o que se esperaria do comportamento editorial da *Ilustração Portuguesa*. A revista tinha um *contrato de leitura* não escrito com o seu público, ao qual devia corresponder para que os leitores continuassem a comprar e assinar a revista. Esse contrato de leitura expressava-se, principalmente, ao nível da expressão informativa iconográfica. A revista era comprada e lida, mas também vista. O seu carácter distintivo assentava no relevo concedido à dimensão iconográfica da informação. Justifica-se, em consequência, que 54% das peças assentem em informação fotográfica (reportagens fotográficas e fotolegendas)-e que mais 35% combinem texto verbal e texto visual (notícias ilustradas). Acrescente-se, em abono da tese, que a biografia, peça necessária para apresentar o chefe de Estado à população, dotando-o de uma *história de vida*, também continha uma dose de informação iconográfica, tal como o elogio.

Para a análise do conteúdo temático da revista, codificaram-se as seguintes categorias, *a priori*, com pequenas correções do seu âmbito *a posteriori*:

1. *Sínteses da situação política*: matérias de síntese que integram vários subtemas, como sejam a abordagem da situação política, a narração do ato eleitoral e da tomada de posse, a transcrição do discurso do Presidente eleito, a sua biografia e peças referentes à renúncia de Presidentes da República ao cargo.
2. *Retratos do Presidente da República*: fotolegendas com o retrato dos novos Presidentes da República, em cada eleição, quando constituem peças individualizadas, com ou sem apresentação do Presidente e notícia da eleição.
3. *Biografias do Presidente da República*: peças biográficas sobre o novo Presidente da República.
4. *Eleições, sucessão presidencial e cerimónias protocolares*: peças centradas na cobertura do ato eleitoral, juramento da Constituição, saudação presidencial, cortejo presidencial entre o Parlamento e o palácio de Belém, reunião entre novo Presidente e Presidente cessante para a sucessão presidencial e cerimónias protocolares.
5. *Candidatos*: peças que apresentam os candidatos às eleições para a presidência da República. Intervenções políticas dos candidatos: matérias sobre intervenções políticas dos candidatos que possam sugerir “campanha” eleitoral.
6. *Negociações políticas sobre as eleições presidenciais*: matérias respeitantes a reuniões e negociações políticas sobre as eleições presidenciais, por exemplo em torno da possibilidade de os membros do Governo Provisório da República Portuguesa poderem apresentar-se a eleições.

Os resultados constam da tabela 18 e do gráfico 6.

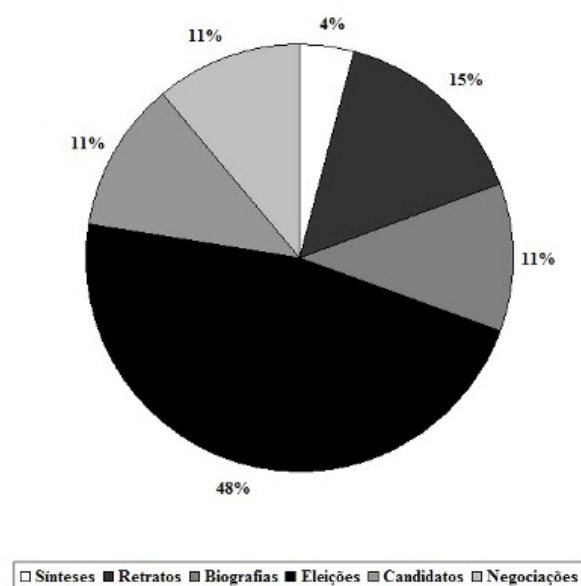
**Tabela 18**Matérias por categoria temática — *Ilustração Portuguesa*.

Tema central	N.º	%
Sínteses da situação política	1	4
Retratos do Presidente da República	4	15
Biografias do Presidente da República	3	11
Eleição e cerimónias protocolares	12	46
Candidatos	3	11
Negociações políticas sobre as eleições presidenciais	3	11

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 6**

Matérias por categoria temática

— *Ilustração Portuguesa* (em percentagem).

Fonte: elaboração própria.

Os dados da tabela 18 e gráfico 6 enfatizam o carácter informativo da *Ilustração Portuguesa*, mais noticioso do que analítico. Na verdade, só numa matéria (4% do total) se sintetiza a situação política. As restantes centram-se, devido à noticiabilidade do acontecimento, nas eleições — seja no ato eleitoral propriamente dito e cerimónias protocolares (46%), seja nos candidatos e nas negociações políticas pré-eleitorais (22%, somando as duas categorias). A notoriedade acrescida do Presidente da República e o impacto político do cargo levaram, por seu turno, a *Ilustração Portuguesa* a conceder 26% das peças à sua apresentação, simples (15%) ou mesmo biográfica (11%), para dotar as personagens que assumiam a chefia do Estado de

uma *história de vida* que justificasse a sua eleição e lhes conferisse um lastro de respeitabilidade e confiança pública.

Para a análise qualitativa do discurso da revista *Ilustração Portuguesa* sobre as eleições presidenciais de 1911 a 1923, identificaram-se, levantaram-se e transcreveram-se as sequências discursivas incluídas na tabela 19.

**Tabela 19**

Sequências discursivas de enquadramento — *Ilustração Portuguesa*.

Data	Peça	Sequências discursivas de enquadramento
14 de agosto de 1911	A ascendência de um candidato à Presidência da República: Os Arriagas (pp. 218-223)	Um 25.º neto deste Duque de França é o tribuno ilustre e simpático que todos nós conhecemos, é o Dr. Manuel de Arriaga (...), o santo da democracia, como já lhe chamaram algures, tão adorável é! Quem sabe se uma solução para a política portuguesa será confiar-se a presidência da nova República a este descendente de reis? A França de 1843 não teve o seu Príncipe-Presidente, Luís Bonaparte?
14 de agosto de 1911	O discurso do Dr. Bernardino Machado no Porto (p. 224)	Tratando da questão presidencial, [Bernardino Machado] mostrou-se contrário ao veto e contra o ser conferido ao chefe de Estado o direito de dissolução do Parlamento, devendo, contudo, o Presidente da República ser escolhido entre os membros do Governo que melhores provas tenham dado do conhecimento das questões da nacionalidade.
4 de setembro de 1911	O Presidente da República Portuguesa (pp. 292-299)	A eleição do Presidente da República era um caso sensacional para a vida portuguesa. Não se falava de outra coisa (...). Uma grande paixão movia e impulsionava o público como em todos os espetáculos em que se esperam vitórias e derrotas. (...) Por fim, o presidente da Assembleia Nacional anunciou (...) o (...) resultado (...). Um grande viva à República ressoou pela sala (...) Assomou à porta Manuel de Arriaga, com a sua cabeça branca, o seu rosto calmo, aquele ar modesto (...) [que] contrastava com a fúria dos aplausos (...). Quando tudo se acalmou, o Presidente da República (...) pronunciou (...) o juramento [segue-se a transcrição]. (...) A República tinha o seu primeiro magistrado, o chefe do Estado saído do povo. (...) O Presidente fez ainda um pequeno discurso (...). Era como um programa de fraternidade que se acabava de traçar (...). Em um clamor de entusiasmo, o chefe do Estado apareceu ao povo. Salvavam os navios de guerra, içavam-se (...) as bandeiras, a artilharia troava e em terra o hino nacional ouvia-se tocado pelas bandas dos regimentos postados na avenida das Cortes. Estralejavam girândolas. Um piquete de lanceiros chegava diante do edifício da Assembleia para escoltar o automóvel onde o Presidente da República iria até ao Palácio de Belém (...), onde o aguardavam (...). A sala Luís XV foi a designada para (...) a primeira recepção do primeiro Presidente da República Portuguesa. Teófilo Braga, chefe do Governo Provisório, apresentou então ao chefe de Estado a demissão do Gabinete. Tinham cumprido a sua missão. Agora normalizada a vida nacional, só deviam retirar-se. (...) O chefe de Estado regressou a sua casa (...). O Sr. ministro dos Estrangeiros mandou telegrafar a todos os (...) governos estrangeiros o resultado da eleição (...). À noite era afixada a notícia de que a França reconheceria definitivamente a República Portuguesa (...).

7 de junho de 1915	Teófilo Braga (p. 705)	Como consequência inevitável do ato revolucionário que derrubou o Governo de Pimenta de Castro, o Sr. Dr. Manuel de Arriaga renunciou nobremente à alta magistratura em que se achava investido. O Congresso aceitou a renúncia e outra grande figura republicana foi chamada a exercer até 5 de outubro próximo a presidência da República Portuguesa: Teófilo Braga. Pela segunda vez, o historiador é trazido para (...) a história. Uma vez mais, o filósofo (...) vai sofrer o embate violento e a violenta pressão das paixões políticas (...). Ao pronunciar no congresso o seu discurso de juramento, Teófilo Braga prometeu desempenhar o mandato (...) com bom senso e desinteresse. (...) Que admirável país seria (...) Portugal se o desinteresse e o bom senso entrassem (...) na política portuguesa.
16 de agosto de 1915	O novo Presidente da República (pp. 217-220)	Já a Ilustração Portuguesa prestou a homenagem do seu respeito ao terceiro presidente da República Portuguesa, mas não pode deixar de arquivar nas suas páginas o contorno rápido de uma das individualidades mais privilegiadas da nossa terra (...). Foi ele quem lançou a revolução pedagógica entre nós como o meio mais seguro de chegar vitoriosamente às outras revoluções (...). Foi ainda o amor à instrução que o levou ao Parlamento, que o fez aceitar a pasta de ministro. (...) Veio a República, continuou a prestar-lhe serviços incalculáveis em cargos importantes e a gora ascende à sua presidência.
6 de maio de 1918	As eleições em Lisboa (p. 356)	As eleições (...) decorreram com a maior serenidade. Em Lisboa, os atos eleitorais tiveram um relativo interesse, apesar de os antigos partidos republicanos não participarem da lista e de o magnífico dia que esteve afastar para os arredores os pouco afeiçoados à política. As listas de candidatos mais votados foram as do Partido Republicano Nacional, sob o patrocínio do Governo e das juventudes monárquicas que, apoiando o partido monárquico, disputavam as minorias. Os socialistas também concorreram às urnas, conseguindo, porém, diminuta votação. No resto do país, a lista governamental obteve igualmente um considerável êxito, tendo os monárquicos alcançado sucesso em muitos círculos. O Sr. Dr. Sidónio Pais, candidato à presidência efetiva da República, teve uma enorme votação. O ilustre chefe do Estado votou na assembleia de Belém (...), onde (...) lhe dispensaram uma grande ovação.
13 de maio de 1918	O Sr. Dr. Sidónio Pais, 3.º Presidente da República Portuguesa (p. 361)	Foi eleito e solenemente proclamado Presidente da República o Sr. Dr. Sidónio Pais, em quem (...) o País continua a pôr as suas melhores esperanças de rejuvenescimento pelo trabalho, pela ordem e pela administração. Teve Sua Excelência mais de meio milhão de votos (...), (...) a mais decisiva prova de confiança e de alto apreço que a Nação lhe podia dar.
23 de dezembro de 1918	O novo chefe do Estado (p. 505)	O Sr. vice-almirante Canto e Castro, que em tão difícil conjuntura assume a chefia suprema da Nação, nunca se deixou apaixonar pela política partidária e a sua existência foi sempre consagrada à (...) profissão (...) e ao serviço do Estado (...) e (...) curvou-se perante a vontade nacional expressa pelo voto dos seus representantes (...). A unanimidade não poderia ser mais (...) significativa. O país, ansioso de sossego, sedento de harmonia e concórdia (...), desejoso de entrar definitivamente numa era de acalmação que lhe permita entregar-se ao trabalho próspero e fecundo (...) recebeu a eleição com a viva esperança de que ela assinalará o apaziguamento dos ódios (...) e o início de uma obra (...) conciliadora. O Sr. vice-almirante Canto e Castro, não se esquivando a contribuir para a salvação da República e da nacionalidade numa hora angustiosa e alarmante como nenhuma outra da histórica contemporânea, merece (...) a homenagem do nosso profundo respeito (...).

18 de agosto de 1919	O prestigioso caudilho republicano Sr. Dr. António José de Almeida, Presidente eleito da República Portuguesa (p. 121)	O Dr. António José de Almeida, que (...) assumirá a presidência da República, é dos republicanos portugueses um dos que gozam de mais merecida popularidade e de maior prestígio, pela nobreza do seu carácter impoluto, pelo fulgor da sua eloquência (...) e pela dedicação incomparável que a causa republicana, que é a da pátria, lhe tem merecido desde verdes anos. (...) Médico, tribuno, panfletário, jornalista, parlamentar, homem de governos (...), todos esperam que ele (...) esteja à altura do seu passado e que o seu período presidencial seja fecundo de felicidade para o País.
18 de agosto de 1919	A histórica sessão do Congresso da República em que se realizou a eleição presidencial (p. 122)	Decorreu (...) a sessão do congresso para a eleição do novo chefe do Estado. Os candidatos eram dois: o Dr. António José de Almeida, chefe do Partido Evolucionista, antigo parlamentar e que foi presidente do Conselho, e o Sr. Manuel Teixeira Gomes, ministro de Portugal em Londres e homem de letras ilustre. (...). No terceiro [escrutínio] estava eleito o Sr. António José de Almeida, que o Sr. Manuel Teixeira Gomes (...) foi o primeiro a felicitar (...). A eleição do Sr. Dr. António José de Almeida significou (...) a consagração da sua atitude e da sua obra (...).
18 de agosto de 1919	Os dois presidentes (p. 123)	O Sr. Dr. António José de Almeida foi (...) visitar o Sr. Presidente da República. A entrevista que se realizou entre os dois presidentes foi cordialíssima. O Sr. Dr. António José de Almeida referiu-se com palavras de muito apreço à obra (...) patriótica do Sr. almirante Canto e Castro.
13 de outubro de 1919	A posse do novo Presidente. O 5 de outubro. (pp. 294-295)	Foi um ato imponente a posse do novo Presidente, Sr. Dr. António José de Almeida. A sala oferecia o aspeto festivo e solene dos acontecimentos festejados. Com voz forte e bem timbrada, S. Ex. <sup>a</sup> prestou o juramento e leu a sua alocução, peça patriótica e cheia de afirmações que mostram o seu desejo de cumprir e respeitar a Lei.
11 de agosto de 1923	O novo Presidente da República (p. 185)	Republicano histórico, o novo chefe do Estado Português (...) dedicou-se desde muito moço às viagens e às belas letras (...), manifestou-se sempre administrador diligente e inteligente (...). Quando foi implantada a República, foi nomeado nosso ministro em Londres, cargo em que tem demonstrado competência e brilho, de supor em quem a uma profunda cultura intelectual alia a mais primorosa cultura social. <i>A Ilustração Portuguesa</i> saúda o Sr. Teixeira Gomes, fazendo votos para que o seu período presidencial decorra nas mais invejáveis condições de felicidade e prosperidade.

Fonte: elaboração própria.

A partir da tabela 19, podemos verificar que a *Ilustração Portuguesa* apresenta três peças sobre as primeiras eleições para Presidente da República em Portugal. Na primeira delas, no dia 14 de agosto de 1911, poucos dias antes da primeira eleição, publica duas peças temáticas relacionadas ao assunto. A revista antecipa-se nos resultados das eleições presidenciais e, na primeira peça publica uma longa descrição elogiosa sobre a história da família do, até então, candidato ao cargo de Presidente da República, Manuel de Arriaga. Ao longo de seis páginas, a revista faz um esboço pormenorizado dos Arriaga a começar em 22 de março de 1776 até chegar em Manuel de Arriaga, o atual chefe da família, considerado pela revista “um dos mais eminentes vultos da república”. O objetivo seria mostrar aos seus leitores a nobreza familiar do homem que iria, possivelmente, comandar o país nos próximos anos, a mostrar que, mesmo mudando o regime de governo, Portugal continuaria nas mãos de famílias com grande tradição e, nesse sentido, quase a fazer uma correlação entre a República e a Monarquia.

Sem nada de negativo a apresentar, a matéria descreve a trajetória notável, heróica e aristocrática dos Arriaga. Ao longo de vários séculos membros da família lutaram contra as invasões romanas, ocuparam cargos importantes na diplomacia portuguesa, onde se destaca os grandes feitos de João de Arriega, desembargador da Relação de Goa: “Onde sobressaiu o talento e habilidade de Arriega, foi em 1810, quando os ingleses ocuparam Macau, ao que os chineses se opunham. A colisão era terrível. Mas o Ouvidor, por tal forma procedeu, que conteve os chineses, e tornou impossível a permanência dos ingleses, a ponto de estes quase suplicarem que os deixassem ir embora” (*Ilustração Portuguesa*, 14 de agosto de 1911, p. 220). Segundo a revista, dotado de bravura e de atos de filantropia, João de Arriega era um “pequeno rei” em Goa. Sua morte em 1824 teria feito Macau decretar um mês de luto oficial:

seus restos mortais foram acompanhados por uma multidão inconsolável. Não há dúvida que o ouvidor Arriega foi um grande cidadão, possuía os dotes de um homem de Estado, de administrador ou governante de largas e poderosas iniciativas, era audacioso, sagaz e patriota. Tinha talento, energia, coragem e originalidade (*Ilustração Portuguesa*, 14 de agosto de 1911, p. 222).

Seria este um dos ascendentes do primeiro Presidente da República Portuguesa “o tribuno ilustre e simpático que todos nós conhecemos, é o dr. Manuel de Arriaga — o santo da democracia, como já lhe chamaram algures, tão adorável!” (*Ilustração Portuguesa*, 14 de agosto de 1911, p. 222).

Como podemos observar ao longo desta matéria, a *Ilustração Portuguesa* não é imparcial e, em forma de pergunta, parece fazer um apelo em prol de Manuel de Arriaga, deixando claro o seu posicionamento político: “Quem sabe se uma solução para a política portuguesa será confiar-se a presidência da nova República a este descendente de reis?” (*Ilustração Portuguesa*, 14 de agosto de 1911, p. 224).

Neste mesmo número, do dia 14 de agosto de 1911, é dedicada uma página a um outro grande nome da política da I República e também candidato a primeiro Presidente da República, Bernardino Machado, que viria a ocupar a cadeira de Presidente da República por duas vezes (6 de agosto de 1915 à 12 dezembro de 1917; 13 de dezembro de 1925 a 31 de maio de 1926), como veremos mais à frente. Como ministro dos Estrangeiros, Bernardino Machado proferiu um discurso, que ocorrera no Porto, e que a revista aborda ao destacar questões de ordem política como as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte que tiveram lugar em 28 de maio de 1911, o direito à greve e a abolição ao imposto de consumo, assim como detalhes relacionados à eleição presidencial. A revista especifica que Bernardino Machado era contrário ao veto e ao facto de ser conferido ao Presidente da República o direito de dissolução do Parlamento. O embate com a igreja católica, uma sensível temática na sociedade portuguesa da época, é tratado do ponto de vista republicano e sem direito ao contraditório: “a proposta de certos padres que acusam os republicanos de falta de religião [Bernardino

Machado] respondeu com declaração de que no partido triunfante há a religião do auxílio e do bem” (*Ilustração Portuguesa*, 14 de agosto de 1911, p. 224).

A partir do seu discurso, podemos concluir que a *Ilustração Portuguesa* é uma revista de cariz republicano fazendo, inclusive, críticas diretas à monarquia: “o dr. Bernardino Machado, falando do rei de Portugal, disse que há pouco ele confessara não ter pátria e com a sua falta ao enterra de D. Maria Pia demonstrou não ter família” (*Ilustração Portuguesa*, 14 de agosto de 1911, p. 224). Assim, ao comentar sem ressalvas ou críticas o discurso de Bernardino Machado, a revista coloca-se em total alinhamento com os republicanos e aqueles que ocupavam os cargos de poder naquele momento.

Já eleito Presidente da República, Manuel de Arriaga é o tema principal da edição da *Ilustração Portuguesa* do dia 4 de setembro de 1911. Neste primeiro número a seguir às eleições, podemos ler ao longo de seis páginas e com uma combinação de textos e fotos — porém com predominância desses últimos — os relatos de um momento histórico. O periódico faz um balanço geral e começa por destacar o valor-notícia do acontecimento que mereceu a atenção de toda a sociedade, “um caso sensacional para a vida portuguesa. Não se fala noutra coisa. (...) Bernardino Machado ou Manuel d’Arriaga? Uma grande paixão movia e impulsionava o público, como em todos os espetáculos em que se esperam vitórias e derrotas” (*Ilustração Portuguesa*, 4 de setembro de 1911, p. 294).

Sendo uma característica dos meios de comunicação da época, quando o imediatismo não era uma preocupação, esta peça não se trata de uma notícia com instantaneidade, muito pelo contrário, a eleição já estava definida há mais de uma semana. À semelhança do que aconteceu na revista *Ocidente*, a *Ilustração Portuguesa* aborda o assunto de modo cronológico com o objetivo de informar os seus leitores ao pormenor, como se estivessem eles próprios a assistirem à votação na Assembleia da República: “As galerias da câmara encheram-se; as tribunas reservadas do mesmo modo ficaram repletas e a ansiedade pelos resultados comunicava-se nas palavras, nos olhares, notava-se na atenção com que se seguia a eleição” (*Ilustração Portuguesa*, 4 de setembro de 1911, p. 294). Outros instantes marcantes são também elencados como: o momento quando o novo chefe de Estado é saudado pelo povo nas ruas; quando os navios de guerra içavam as bandeiras; o hino nacional que se ouvia nas ruas; o automóvel cercado de pessoas que levava o Presidente até o Palácio de Belém; e assim como na *Ocidente*, a informação de que o Presidente francês reconheceria a eleição portuguesa.

Como podemos observar, a chegada de Manuel de Arriaga ao cargo de Presidente da República foi ricamente retratada pela *Ilustração Portuguesa*, no entanto, a sua saída receberia uma atenção bastante mais discreta. A ocupar um quarto de uma página, na secção *Crónica* de sete de junho de 1915, a *Ilustração Portuguesa* dá conta de que um “inevitável ato revolucionário” teria trazido como consequência a renúncia de Arriaga, três meses antes de terminar o seu mandato. Quem o substituiria seria Teófilo Braga. A *Ilustração Portuguesa* noticia o facto e reduz-se a poucas palavras elogiosas a Teófilo Braga, eleito para terminar o mandato do seu



antecessor: “Pela segunda vez o grande historiador é trazido, ele próprio para a luz crua da história” (*Ilustração Portuguesa*, 6 de junho de 1915, p. 705). A revista não tece outros comentários, mas faz referência às disputas de poder ao avisar Teófilo Braga que teria de enfrentar “o embate violento e a violenta pressão das paixões políticas do seu tempo” (*Ilustração Portuguesa*, 6 de junho de 1915, p. 705). A mudança de Presidente não é detalhada pela revista que se limita a informar sucintamente seus leitores. Nada é dito sobre os motivos ou os fortes conflitos que assolavam a I República portuguesa que desde o início do Governo Provisório viu aparecer conspirações monárquicas e importantes rivalidades entre os Republicanos.

Teófilo Braga completa o mandato de Manuel de Arriaga e fica na cadeira de Presidente da República por pouco tempo até ser assumida por Bernardino Machado. A vitória do Partido Democrático nas eleições legislativas garantiriam, por consequência, o cargo presidencial a Bernardino Machado, na sequência da cessação do mandato de Teófilo Braga, mas a sua eleição não foi tão fácil, sendo concretizada somente na terceira volta. Como podemos constatar com base na tabela 19, a eleição propriamente dita de Bernardino Machado ao cargo de Presidente da República não recebe cobertura da *Ilustração Portuguesa*. Não há referências sobre a votação no Parlamento e a sua eleição, tampouco a tradicional saudação aos cidadãos na rua. O que se verifica é uma peça publicada no dia 16 de agosto de 1915, dez dias após a eleição, intitulada “O novo Presidente da República” onde a revista, como já é de costume, traça uma longa biografia do candidato eleito.

Bernardino Machado permanece até 12 de dezembro de 1917, quando foi derrubado pelo golpe de Estado liderado por Sidónio Pais, o próximo a ser eleito para a Presidência da República. Foi durante o seu mandato que Portugal se envolveu ativamente na Primeira Guerra Mundial, pois até 1916, manteve uma posição de “neutralidade colaborante” com os britânicos. Essa postura foi definida no Parlamento em 7 de agosto de 1914, pois os partidos políticos tinham diferentes opiniões sobre o papel que Portugal deveria assumir perante o conflito. A ação portuguesa na guerra agravou as dificuldades económicas e financeiras que o país já enfrentava intensificando também os divergentes posicionamentos políticos que agitavam a I República.

Ao analisar os dados, percebemos que o interesse da *Ilustração Portuguesa* pelas eleições presidenciais diminuiu ao longo do tempo. A profusão de informações que encontramos na primeira eleição, com longas peças que combinavam textos e imagens, que refletiam a novidade e que tiveram como impulsor o grande interesse da população pelo inédito momento histórico, não se repetiria. Assim, com o “valor-notícia” das eleições a diminuir e com a atenção da imprensa voltada, em grande medida, para a guerra, a importância da cobertura das eleições presidenciais tornou-se menos notável. A eleição de Sidónio Pais repercutida em 6 e 13 de maio de 1918 é um exemplo, com a revista a dedicar somente uma página ao acontecimento.

Sidónio Pais foi o único candidato sendo eleito por sufrágio direto e universal (a eleição acontece a seguir a um período quando foi presidente interino, na sequência de golpe de Estado). Portugal encontrava-se, portanto, sob uma ditadura militar. Sidónio Pais comandou o golpe e concentrou em suas mãos todos os poderes, Bernardino Machado foi obrigado a abandonar o país, o Congresso dissolvido e a Constituição alterada para presidencialismo. Iniciou-se, deste momento em diante, o período conhecido como República Nova (Proença, 2015).

A *Ilustração Portuguesa* afirma que o ato eleitoral de Sidónio Pais aconteceu “com a maior serenidade”, que houvera um “relativo interesse”, mas que até mesmo o magnífico “dia que esteve” distraiu as pessoas e afastou para os arredores os poucos afeiçoados à política (*Ilustração Portuguesa*, 6 de maio de 1918, p. 356). O relato que se segue é meramente descritivo com predominância da imagem sobre o texto e, apesar de a abordagem continuar lisonjeira para o eleito, a riqueza de detalhes que vimos em eleições passadas desaparece totalmente. Nesse excerto, a revista quase que justifica o facto de não dedicar muito espaço à cobertura dessas eleições porque também a sociedade portuguesa não estava muito interessada no assunto. Isso seria um reflexo do momento histórico e social em que Portugal se encontrava, ou seja, uma eleição onde não houve concorrente, precedida de um golpe de Estado, um ato quase protocolar para oficializar Sidónio Pais num cargo que já ocupava. Ainda não se sabia, mas Sidónio Pais não completaria o seu mandato que seria interrompido pelo seu assassinato. A esse encadeamento de atos traumáticos que a jovem República portuguesa vivenciava, se somava a agitação social e a desilusão com a esperança de que o novo sistema de Governo mudaria Portugal para melhor.

A 16 de dezembro de 1918, João de Canto e Castro foi eleito Presidente da República pelas duas câmaras do Congresso, o que significava o fim do sistema presidencialismo e o retorno ao parlamentarismo. A *Ilustração Portuguesa* repercutiu o facto a 23 de dezembro, uma semana depois e na mesma edição que tratou do assassinato de Sidónio Pais. Sobre este último facto, a revista dedica cinco páginas e começa por dizer que “ao desabar sobre o país, como uma descarga fulminante, a notícia do monstruoso assassinato de sr. dr. Sidónio Pais” (*Ilustração Portuguesa*, 23 de dezembro de 1918, p. 500). A peça que trata da eleição de Canto e Castro, por sua vez, é refletida em uma única página e combina texto e uma imagem formal e protocolar, como detalharemos mais à frente (figura 29). Apesar de a *Ilustração Portuguesa* manter a tradição do discurso elogioso voltado para a pessoa do presidente e para a sua trajetória na sociedade portuguesa, a peça nada tem de analítica e, assim como a imagem, é cerimoniosa, quase a cumprir a obrigação de informar minimamente.

Na eleição seguinte, a de António José de Almeida, por sua vez, a revista faz uma cobertura noticiosa mais extensiva. Com quatro peças publicadas (três no dia 18 de agosto de 1919, referentes à eleição; e a quarta a 13 de outubro do mesmo ano, aquando da tomada de posse) e com predomínio da imagem sobre o texto, a revista cobre quatro diferentes abordagens. A primeira delas é o tradicional elogio às qualidades pessoais e políticas do candidato eleito: “é

dos republicanos portugueses um dos que gozam de mais merecida popularidade e de maior prestígio, pela nobreza do seu carácter impoluto, pelo fulgor da sua eloquência (...) e pela dedicação incomparável que a causa republicana, que é a da pátria, lhe tem merecido desde verdes anos” (*Ilustração Portuguesa*, 18 de agosto de 1919, p. 121); a segunda, corresponde a uma descrição sucinta sobre os candidatos, como ocorrera o ato eleitoral — que teria sido “cheio de interesse” — e a tradicional ovação ao candidato eleito; na próxima, António José de Almeida foi visitar Canto e Castro o que implicaria a cordialidade e a transição pacífica da Presidência da República para um novo chefe de Estado. Essa mesma ideia de cortesia entre os presidentes eleito e em exercício pode ser identificada na última matéria, correspondente a uma reportagem fotográfica do dia de tomada de posse: “As nossas fotografias dão o presidente sr. Canto e Castro deixando o palácio de Belém onde exerceu desde dezembro de 1918 até 5 de outubro o cargo mais elevado da república. (...) Os restantes clichés mostram o presidente eleito chegando a Belém e encaminhando-se para o Palácio” (*Ilustração Portuguesa*, 13 de outubro de 1919, p. 294).

A *Ilustração Portuguesa* foi publicada até 12 de abril de 1924, pelo que não cobriu a última eleição presidencial que ocorrera a 11 de dezembro de 1925 e que elegeu Bernardino Machado para o seu 2.º mandato. Desta forma, entre todas as revistas estudadas, foi a única que cobriu quase todas as eleições presidenciais da I República, só falhando a última. Isso faz com que a *Ilustração Portuguesa* seja considerada o mais importante arquivo gráfico de Portugal, entre o final da Monarquia e quase toda a I República.

A última eleição que ocorreu na I República e que aparece nas páginas da *Ilustração Portuguesa* é a de Manuel Teixeira Gomes eleito em 26 e agosto de 1923. A cobertura é discreta a ocupar uma página, com predominância da imagem sobre um breve texto. Como se viu nos eventos passados, as palavras são dedicadas a elogiar o percurso de vida do novo Presidente da República e a fazer uma breve introdução biográfica para que seus leitores pudessem conhecer melhor o homem que iria ocupar um cargo de tamanha importância: “o novo chefe do Estado Português nasceu em 27 de maio de 1862, em Vila Nova de Portimão dedicou-se desde muito moço às viagens e às belas letras (...), manifestou-se sempre administrador diligente e inteligente (...). Quando foi implantada a República, foi nomeado nosso ministro em Londres, cargo em que tem demonstrado competência e brilho, de supor em quem a uma profunda cultura intelectual alia a mais primorosa cultura social” (*Ilustração Portuguesa*, 11 de agosto de 1923, p. 185). A *Ilustração Portuguesa* deseja boa sorte a Teixeira Gomes e faz “votos para que o seu período presidencial decorra nas mais invejáveis condições de felicidade e prosperidade” (*Ilustração Portuguesa*, 11 de agosto de 1923, p. 185). O novo Presidente precisaria, certamente, de todo o fortúnio para completar o seu mandato, pois no curto período de vida da I República muito se tinha visto: conflitos ideológicos e partidários, um golpe de Estado, o assassinato de um presidente, uma guerra mundial e com a maioria da população do país a tentar subsistir. Mesmo que a partir de 1923 Portugal tivesse registado uma melhoria na

situação económica, a I República já estava condenada. A despeito disso, podemos afirmar que as eleições presidenciais, ao contrário do que se viu no início, já não eram um pretexto para se falar criticamente de aspetos políticos e sociais.

Para a análise quantitativa do discurso iconográfico da revista *Ilustração Portuguesa* sobre as eleições presidenciais entre 1911 e 1923, criaram-se, por acordo inter-investigadores, categorias respeitantes aos géneros iconográficos e aos conteúdos temáticos, após apreciação do *corpus*, tal como foi feito para as revistas *O Ocidente* e *Brasil-Portugal*. Optou-se, para facilitar a comparação, por usar as mesmas categorias, criando-se novas, se e quando necessário. É de realçar que a *Ilustração Portuguesa* publicou, entre outras, reproduções fotográficas de retratos pintados de ancestrais da família do primeiro Presidente da República eleito, Manuel de Arriaga, que foram contabilizados, e — a exemplo da revista *Brasil-Portugal* — também publicou o brasão de armas dos Arriaga. Este, no entanto, não foi contabilizado, embora demonstre o empenho da revista em provar aos leitores os *pergaminhos nobres* do Presidente. Conforme afirmámos anteriormente, ainda que se vivesse já em República, a forma de ver o mundo própria da vida numa Monarquia não desapareceu imediatamente em Portugal, a partir de 5 de outubro de 1910.

No que respeita aos géneros iconográficos, categorizaram-se as imagens nas seguintes categorias, previamente definidas:

1. *Retratos*: fotografias com valor informativo centradas na apresentação visual de uma ou várias pessoas, normalmente em pose.
2. *Features*: fotografias que, documentando algo insólito, cómico ou interessante, tendem a valer menos pelo valor informativo do que pelo *interesse humano*. Somente uma foto de Manuel de Arriaga, só, no bar do Parlamento, a lanchar foi classificada nesta categoria.
3. *Ação*: instantâneos fotográficos que documentam uma ação, sendo associáveis à ideia de *reportagem fotográfica*.
4. *Documentação espacial*: fotografias direcionadas para o registo fotográfico de espaços, nomeadamente de espaços edificados.

Quanto aos temas fotográficos, codificaram-se as seguintes categorias:

1. *Retratos presidenciais*: retratos do Presidente eleito. Para não se multiplicarem as categorias, incluíram-se nesta categoria retratos do Presidente ao longo da sua vida e fotografias do presidente com outras pessoas, incluindo familiares, nas quais o Presidente é a razão e o foco (visual ou de sentido) da imagem. Não se incluíram fotografias categorizadas noutras categorias, como imagens do Presidente rodeado de outros indivíduos, designadamente políticos, em ocasiões específicas, como o cortejo presidencial ou a saudação presidencial, nem fotografias do Presidente durante estas ocasiões.

2. *Retratos de candidatos às eleições*: retratos dos candidatos a Presidente da República, incluindo-se o Presidente eleito enquanto ainda era somente candidato. Para não se multiplicarem as categorias, incluiu-se uma fotografia de *feature de interesse humano* do Presidente, enquanto ainda era candidato, a lanchar no bar do Parlamento, que fugiu aos padrões de cobertura.
3. *Retratos de familiares do Presidente*: conforme a descrição, esta categoria engloba os retratos de familiares dos Presidentes — principalmente de Manuel de Arriaga e Bernardino Machado — que surgem em matérias biográficas e/ou que narram a história familiar dos chefes de Estado eleitos na I República. Incluíram-se nesta categoria as reproduções fotográficas de retratos pintados e/ou gravados de familiares dos Presidentes, incluindo dos seus ancestrais.
4. *Atividade política*: instantâneos — normalmente, cândidos — de políticos em reuniões políticas e outras iniciativas relacionadas com as eleições presidenciais, dirigindo-se para as mesmas ou saindo delas. Fotografias relativas aos atos eleitorais propriamente ditos. Fotografias de atos com significado político, excluindo as categorizadas noutras categorias. Fotografias relativas à sucessão presidencial, incluindo encontros entre os Presidentes no cargo e eleito, mesmo quando possam ser equiparados a retratos. Incluíram-se nesta categoria as fotos do Presidente eleito Manuel Teixeira Gomes quando aportou em Lisboa vindo de Londres.
5. *Juramento da Constituição*: instantâneos da cerimónia presidencial de juramento da Constituição, ou cerimónia do Compromisso, como era apelidada.
6. *Saudação presidencial*: instantâneos da saudação do Presidente aos militares em parada e populares, a partir da varanda do Parlamento. Fotografia de populares e tropas em parada por ocasião da saudação presidencial pós-eleição.
7. *Cortejo presidencial*: instantâneos de ação do cortejo presidencial após a tomada de posse, entre o Parlamento e o palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República Portuguesa.
6. *Residências do Presidente*: fotografias da residência privada do Presidente (no caso, a fachada do prédio) ou de outras casas habitadas pelo Presidente, no presente ou no passado.

As tabelas 20 e 21 apresentam, quantitativamente, os resultados da análise de conteúdo.

**Tabela 20**  
Fotografias por género — revista *Ilustração Portuguesa*.

Género fotográfico	N.º	%
Retratos	64	37
Features	1	1
Ação	100	57
Documentação espacial	9	5

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 21**Fotografias por tema — revista *Ilustração Portuguesa*.

Tema central	N.º	%
Retratos presidenciais	29	17
Retratos de candidatos às eleições	8	5
Retratos de familiares do Presidente	28	16
Atividade política	60	34
Juramento da Constituição	5	3
Saudação presidencial	12	7
Cortejo presidencial	23	13
Residências do Presidente	9	5

Fonte: elaboração própria.

Com um total de 174 fotografias inventariadas sobre sete das oito eleições presidenciais da I República, a *Ilustração Portuguesa* constituiu, certamente, para os coevos a principal fonte de informação iconográfica sobre os acontecimentos, tanto quanto, na atualidade, é a principal fonte impressa para a pesquisa sobre a cobertura visual destes atos eleitorais.

Considerando-se, primeiro, os géneros fotográficos, é visível que, apesar de a revista *Ilustração Portuguesa* ter privilegiado géneros que traduzem *ação* em fotojornalismo, associados à ideia de *reportagem*, recorreu abundantemente, ao *retrato* (38% do total de fotografias), não apenas retratos dos candidatos (5%) e dos Presidentes em funções ou eleitos (17%), mas também, curiosamente, dos familiares de determinados chefes de Estado, nomeadamente Manuel de Arriaga e Bernardino Machado, incluindo dos seus ancestrais (16% das fotos, quase a mesma percentagem obtida pelos retratos presidenciais).

Os retratos, embora deem estatismo à cobertura, contribuem para pessoalizar e individualizar os relatos jornalísticos, promovendo o interesse sobre as personalidades às quais o texto verbal alude e a sua identificação visual. No caso estudado, reforçaram, também, a ideia de que Manuel de Arriaga era um homem de uma família nobre ancestral (publicação de retratos dos seus ancestrais) e que Bernardino Machado era um homem de família (publicação de retratos dos seus familiares). Mas as publicações de relatos de familiares dos Presidentes na *Ilustração Portuguesa* não deixam de poder ser lidas como ocorrências anedóticas que não são centrais ao padrão que foi sendo definido para a cobertura. Mais interessante foi a publicação ocasional de retratos dos Presidentes em ocasiões diferenciadas da sua vida. Além de aguçarem a curiosidade dos leitores, permitem que estes percecionem os presidentes como homens que tiveram uma história de vida interessante e relevante antes de atingirem a posição cimeira que ocuparam no Estado Português.

A par da apresentação fotográfica dos antepassados nobres de Manuel de Arriaga, a *Ilustração Portuguesa* publicou o brasão de armas da família Arriaga, tal como fez a revista *Brasil-Portugal*. A publicação do brasão de armas dos Arriaga documenta a ansiedade da

revista em nobilitar simbolicamente a família Arriaga, para, num certo sentido, legitimar a escolha eleitoral, que recaiu, afinal, numa figura da nobreza. Conforme já se referiu, em 1911, Portugal ainda tinha muito de monárquico. A República estava apenas no início.

A *Ilustração Portuguesa* foi a única das revistas estudadas que publicou uma fotografia que se pode considerar um *feature* de interesse humano — uma imagem cândida do (futuro) Presidente Manuel de Arriaga lanchando, sozinho, no bar do Parlamento. Outras fotografias também demonstram uma preferência por *abordagens cândidas* aos acontecimentos (fotografias não posadas e descontraídas dos intérpretes dos acontecimentos), mas essa, em particular, é a única que se desviou do padrão.

As fotografias das “residências presidenciais” (5%), além de preencherem o espírito voyeurista e curioso do leitor, podem também ser lidas como o testemunho de que, ao contrário dos reis, os presidentes não nasceram nem viveram em palácios e, nesse sentido, são cidadãos como quaisquer outros que, ocasionalmente, as circunstâncias do momento e, porventura, o valor pessoal e político elevaram à suprema magistratura da Nação.

Conciliando os dados das tabelas 20 e 21, as fotografias de *ação* (57% do total), emprestando dinamismo à cobertura jornalística, centram-se na cobertura fotográfica dos atos eleitorais e de acontecimentos da atualidade política que orbitavam a questão das eleições presidenciais. Embora não seja patente nos dados, deve salientar-se que a maioria dessas fotografias se refere a reuniões políticas que antecederam a primeira eleição presidencial, na qual Manuel de Arriaga foi eleito.

Quase uma quarta parte das fotografias (23%) regista instantes das cerimónias eleitorais que, pelo seu elevado valor simbólico, atraíram a atenção dos fotojornalistas e se tornaram focos de várias coberturas — o juramento da Constituição e tomada de posse do Presidente; a saudação presidencial desde a varanda do Parlamento; e o cortejo presidencial entre o Parlamento e o palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República Portuguesa. Desenvolveu-se, portanto, por razões que aliam a rotina profissional à necessidade de dar testemunho visual dos instantes simbólicos da eleição presidencial e do cerimonial de Estado, algo semelhante a um *cânone* na cobertura fotojornalística das eleições presidenciais. Aliás, é de registar que também as revistas *Brasil-Portugal* e *Ocidente* publicaram fotografias de alguns dos mesmos instantes simbólicos, designadamente do juramento presidencial da Constituição, da saudação presidencial da varanda do Parlamento e do cortejo presidencial.

Assim, pode dizer-se que a narrativa fotográfica das eleições presidenciais portuguesas durante a I República, tal como foi interpretada pelos fotojornalistas que colaboraram com a *Ilustração Portuguesa* (também de *O Ocidente* e *Brasil-Portugal*), sobretudo Joshua Benoliel e Diniz Salgado, para a análise qualitativa do discurso iconográfico — aliás especificamente fotográfico — sobre as eleições, recolheram-se, por acordo entre os investigadores, os exemplos considerados mais relevantes, após uma leitura sistemática de todos os números já elencados da revista *Ilustração Portuguesa*.

A moldura gráfica que adornava a maioria das fotografias da *Ilustração Portuguesa* reflete o cuidado estético que a revista depositava em cada número, com forte presença de *Art Déco*, um dos estilos artísticos mais relevantes das primeiras duas décadas do século XX e que, em Portugal, seria muito usado até bem mais tarde e muito explorado na propaganda do Estado Novo. O *lettering* do título da figura 9 e os elementos ilustrativos que compõem a página para apresentar quem foram os principais candidatos à Presidência da República são bem representativos do *design* que proliferava pela Europa e de cujas tendências a *Ilustração Portuguesa* procurava ser fiel representante.

O retrato oficial de Manuel de Arriaga, que foi publicado em várias revistas ilustradas da época, surge na capa da edição de 28 de agosto de 1911 (figura 10), mas com uma moldura de traços a vermelho e composta pelo brasão das armas de Portugal, que enaltece os valores da República e o forte sentido patriótico.

A *Ilustração Portuguesa* foi também pioneira na fotomontagem, sobrepondo imagens em página, como acontece nas figuras 9, 11 e 19. O nome de Joshua Benoliel era quase omnipresente nestas publicações, o que revela como a notoriedade do mais ilustre fotógrafo *freelancer* retirou visibilidade a outros fotojornalistas que exerceram funções durante este período<sup>12</sup>.

A maioria das fotografias publicadas na *Ilustração Portuguesa* transparece o forte sentido jornalístico de Benoliel, que aposta, sobretudo, em reportagens fotográficas e instantâneos sobre momentos políticos relevantes e escolhe composições dinâmicas — visíveis na maior parte das imagens em análise da *Ilustração Portuguesa* -, mesmo que fosse necessário desafiar as limitações técnicas, quer fosse a falta de capacidade ótica das objetivas como a velocidade de obturação, ou procurar ângulos originais e ainda pouco usados, para mostrar que se viviam tempos de mudança em Portugal. A curadora Emília Tavares<sup>13</sup> descreveu Joshua Benoliel como “verdadeiro “caçador” do instantâneo, alguém que quase antecede o acontecimento”.

Em alusão às fotografias publicadas n’*O Século*, na *Ilustração Portuguesa* e noutras publicações com as quais Benoliel colaborava, a mesma autora escreve que “para além da imagem de proximidade física e simbólica do poder com quem lhe está submetido, os novos chefes políticos ensaiam modéstia, retratando-se no meio do povo, querendo demarcar-se de toda a história passada de domínio hierárquico monárquico” (Tavares, 2010, in *Público*). Os planos gerais ou de conjunto com que enquadra os registos do acontecimento realçam sempre vastas concentrações populares à volta do Presidente Manuel de Arriaga, como é bem visível nas figuras 15, 16, 17 e 18.

12 Joshua Benoliel deixou um espólio 60 mil clichés, sobretudo, entre 1903 e 1918, e 122 capas da revista *Ilustração Portuguesa*. Em *Uma História da Fotografia*, António Sena (1991) refere-se a Benoliel como o “precursor da reportagem moderna na década de 20”. Apesar da notoriedade de Joshua Benoliel, para a reconstituição icónica da I República portuguesa, contribuíram também outros fotógrafos em funções na época como Diniz Salgado, António Novaes, Anselmo Franco, Alberto Carlos Lima, Arnaldo da Fonseca, Aurélio da Paz dos Reis e, entre outros, Leitão Bácia.

13 “Disparando a República”, in *P2, Público*, 23 de agosto de 2010, artigo publicado no âmbito das comemorações do Centenário da República.



Adepto da reportagem, dos registos do acontecimento e de retratos expressivos, Joshua Benoliel arriscava num novo género ou que era pouco usual na imprensa portuguesa de início de século XX: a *feature*. O registo circunstancial de Manuel de Arriaga a lanchar no bar do Parlamento (figura 12) não deixa de ser *sui generis* até pelo enquadramento ao alto e pela composição da cena que quase fazia prever o modernismo que seria apresentado em Portugal poucos anos depois.

Nos clichés de momentos-chave da vida política protagonizados pelo Presidente, como acontece no juramento da Constituição (figura 13), as personalidades centrais deste ato oficial encontram-se enquadradas no centro ótico da imagem que, mais uma vez, corresponde à zona que mais capta a atenção do leitor. Esta preocupação em compor a cena identifica-se em todas as fotografias que mostram o principal ou principais atores políticos. O foco na expressão de Manuel Arriaga (figura 15) contribui para a construção de uma imagem positiva do chefe de Estado e alimenta o conceito de proximidade com o povo, indo ao encontro de alguns textos ou frases favoráveis do discurso jornalístico para com a figura presidencial.



**Figura 9**  
Candidatos às eleições presidenciais de 1911. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 28 de agosto de 1911, p. 249.



**Figura 10**  
O Presidente Manuel de Arriaga na  
capa da *Ilustração Portuguesa*. Fonte:  
*Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 28 de  
agosto de 1911, capa.



**Figura 11**  
O Presidente Manuel de Arriaga em planos de corpo  
inteiro na *Ilustração Portuguesa*. Fonte: *Ilustração  
Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro de 1911, p. 292 e p.  
293. Créditos: Joshua Benoliel.

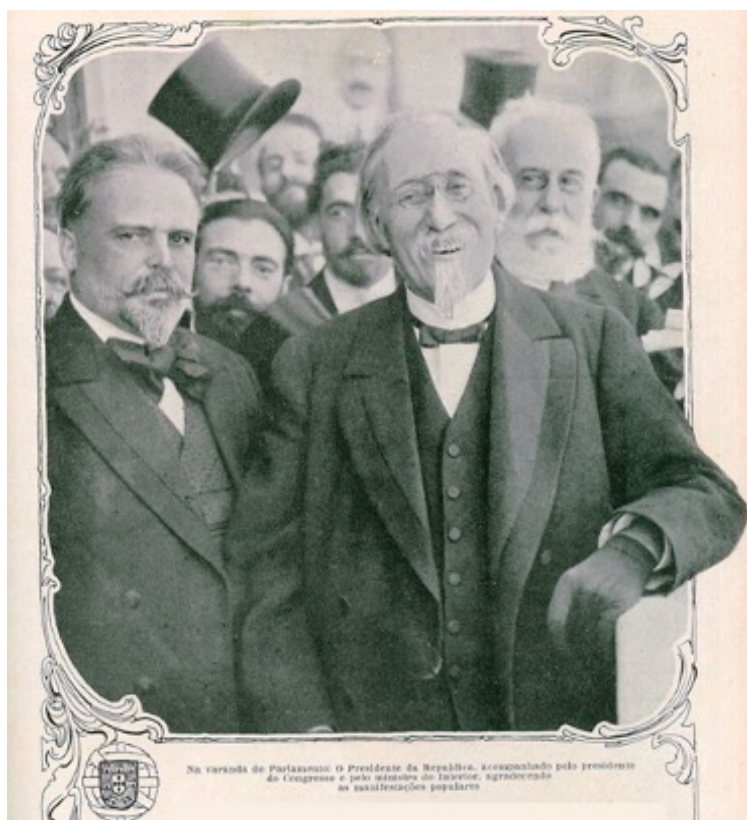


**Figura 12**  
Manuel de Arriaga lancha no bar  
do Parlamento. Fonte: *Ilustração  
Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro  
de 1911, p. 293. Créditos: Joshua  
Benoliel.



**Figura 13**  
Juramento da Constituição por Manuel de Arriaga.  
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro de  
1911, p. 294. Créditos: Joshua Benoliel.





**Figura 14**  
Manuel de Arriaga na varanda do Parlamento após a eleição. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro de 1911, p. 295. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 15**  
Manuel de Arriaga saúda os apoiantes após a eleição. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro de 1911, pp. 296-297. Créditos: Joshua Benoliel.





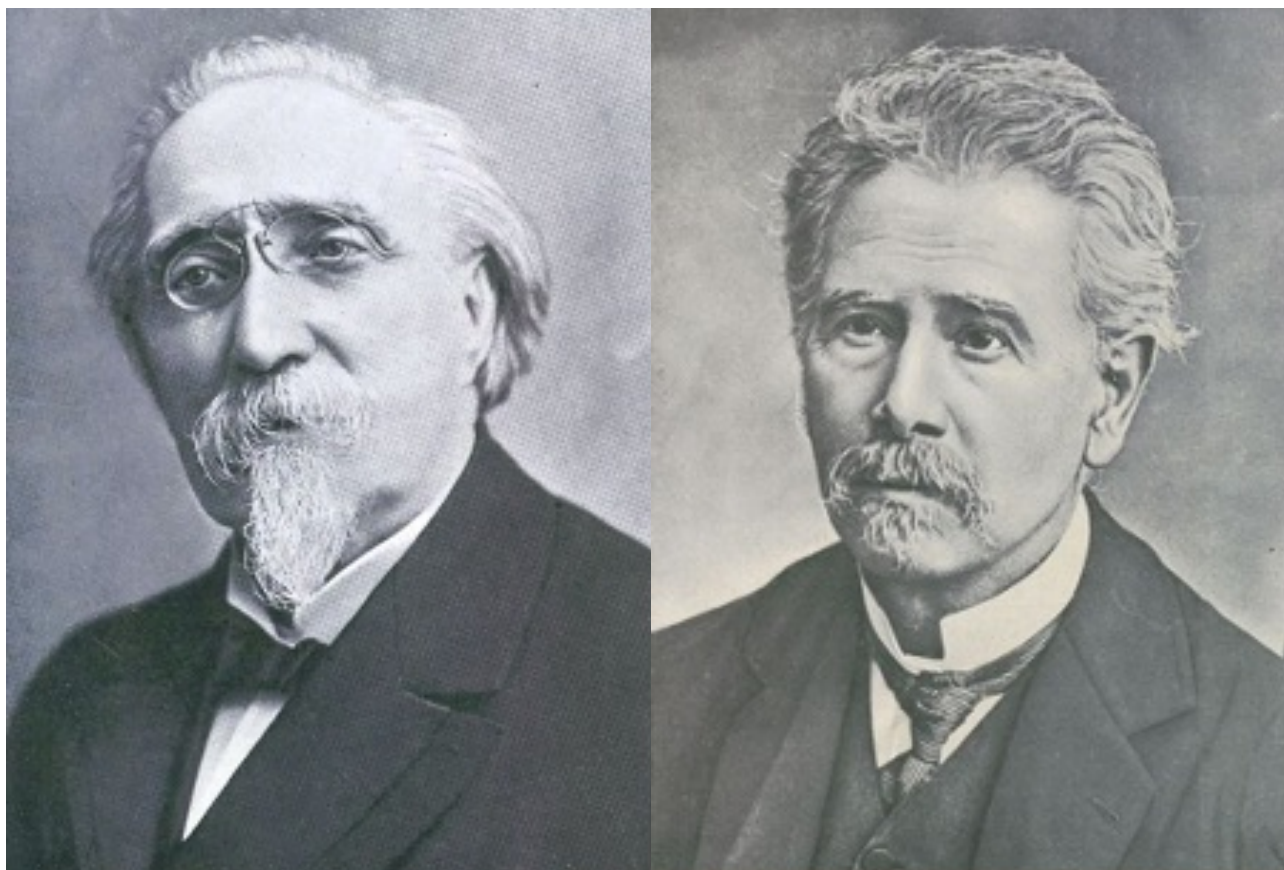
**Figura 16**  
Multidão concentrada junto ao Parlamento por ocasião da eleição presidencial. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro de 1911, p. 298. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 17**  
Cortejo presidencial rumo ao palácio de Belém após a eleição. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro de 1911, p. 299. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 18**  
Manuel de Arriaga chega ao palácio de Belém. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 288, 4 de setembro de 1911, p. 299. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 19**

Manuel de Arriaga e Teófilo Braga por ocasião da renúncia do primeiro e eleição do segundo para a Presidência da República.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 485, 7 de junho de 1915, pp. 710-711.

Créditos: Fernandes e Bobone.

Em consequência da demissão de Manuel de Arriaga, Teófilo Braga é eleito Presidente transitório na sessão do Congresso de 29 de maio de 1915. Para assinalar a mudança, a *Ilustração Portuguesa* publica dois retratos de plano próximo captados de ângulo frontal do Presidente demissionário e do líder recém-eleito, colocando-os ao mesmo nível de presença perante o observador.

Na figura 20, Teófilo Braga assume o protagonismo da cena política e a câmara de Joshua Benoliel aproxima-se da ação, mostrando a expressão do novo Presidente a saudar os apoiantes, a partir da varanda do Parlamento, num enquadramento de plano próximo ou aproximado de peito. A ideia de que é necessário estar mais em cima do acontecimento para ter uma fotografia com maior impacto visual e que acabou por se tornar a regra do ato fotográfico do jornalismo moderno tornava-se mais notória na seleção de enquadramentos publicados pela *Ilustração Portuguesa*, quase todos da autoria de Benoliel. Na imagem 21, onde ainda aparece Manuel de Arriaga ao lado de Teófilo Braga rumo a Belém, a expressão dos dois Presidentes é austera e distante e tão pouco existe o mesmo ambiente de euforia nos populares que





**Figura 20**

Teófilo Braga saúda os apoiantes da varanda do Parlamento. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 485, 7 de junho de 1915, p 733. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 21**

Cortejo presidencial de Teófilo Braga sai do Parlamento e rumo a Belém. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 485, 7 de junho de 1915, p 733. Créditos: Joshua Benoliel.

assistem à cena, ao contrário das imagens de registo da tomada de posse do agora Presidente demissionário. A presença na Presidência portuguesa seria demasiado curta para que Teófilo Braga tivesse destaque na imprensa nacional, abandonando o cargo a 4 de agosto de 2015.

A *Ilustração Portuguesa* mostra Bernardino Machado, eleito no escrutínio de 6 de agosto de 1915, num retrato realizado no estúdio da Casa Vasques, em que o Presidente da República aparece de corpo inteiro e com uma expressão corporal e facial que demonstra pouco à-vontade em frente às câmaras.

Discreto e sem muita presença nas revistas ilustradas da época, Bernardino Machado exerceu, neste primeiro mandato, o cargo até 12 de dezembro de 1917, mas seria vítima do clima de forte contestação e instabilidade política que culminaria na sua destituição, em consequência do golpe de Estado liderado por Sidónio Pais e que o levaria a partir para o exílio.



**Figura 22**

O terceiro Presidente da República Portuguesa, Bernardino Machado.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 495, 16 de agosto de 1915, p. 217.

Créditos: Vasques.

A iconografia de Sidónio Pais construída pela *Ilustração Portuguesa* — e quase toda a imprensa nacional — corresponde ao culto da personalidade militarista, apresentando-o como um oficial do Exército sério, trabalhador e esforçado — imagem simbolicamente trabalhada pela farda que ostenta nos retratos e registo dos momentos oficiais-, que seria o homem certo para elevar Portugal, o salvador da Pátria ou o “Presidente-Rei”, como o apelidou Fernando

Pessoa. Mais uma vez, a câmara de Joshua Benoliel segue o novo Presidente e transforma-o, graças à composição certa, no ponto central da acção. Na figura 23, o repórter regista a sua postura determinada em direção à mesa de voto, rodeado de oficiais e populares, pose que mantém já sentado no automóvel que o traz de regresso, após ter exercido direito de voto (figura 24). Sidónio Pais seria eleito por sufrágio direto com 470 831 votos, o que, para a realidade social da época e tendo em conta os índices de analfabetismo da população portuguesa na ordem dos 70%, é uma conquista única.



**Figura 23**

O Presidente Sidónio Pais dirige-se para a mesa de voto.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 637, 6 de maio de 1918, p. 356. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 24**

O Presidente Sidónio Pais regressa ao palácio de Belém depois de ter votado.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 637, 6 de maio de 1918, p. 356. Créditos: Joshua Benoliel.

O culto da personalidade torna-se bem patente no retrato oficial de Otávio Bonone (figura 25), apostando na verticalidade da figura captada de perfil que pretende reforçar a imagem do estadista com valores herdados da carreira militar.

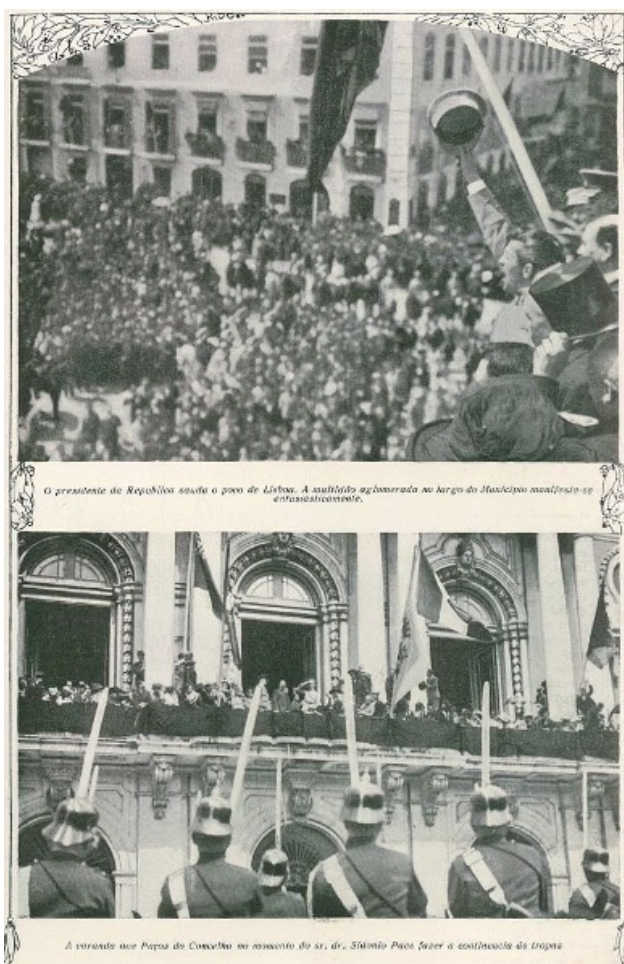




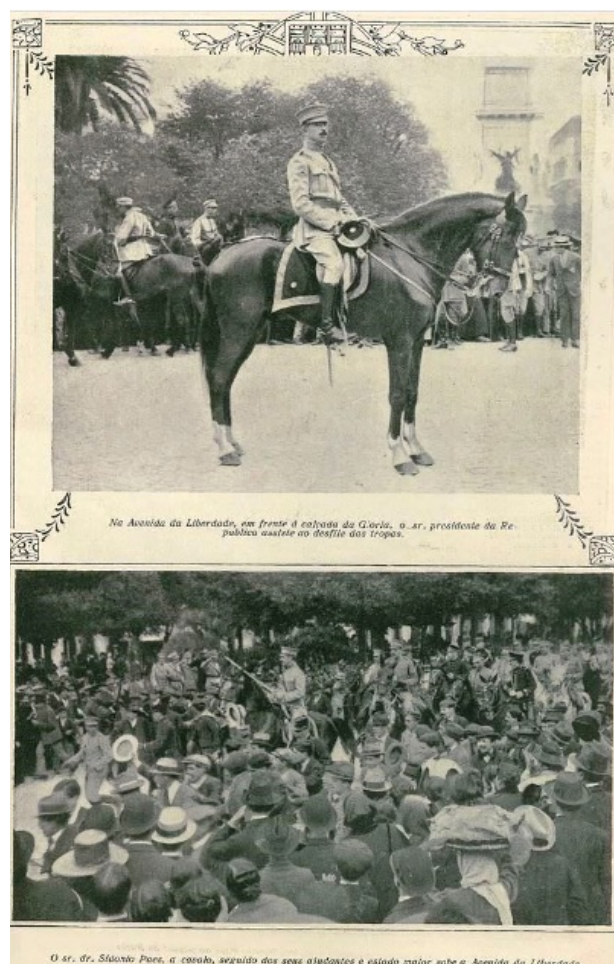
**Figura 25**  
Retrato oficial do Presidente Sidónio Pais  
após as eleições presidenciais diretas. Fonte:  
*Ilustração Portuguesa*, n.º 638, 13 de maio de  
1918, p. 561. Créditos: Otávio Bobone.



**Figura 26**  
Proclamação de Sidónio Pais como Presidente  
da República. Fonte: *Ilustração Portuguesa*,  
n.º 639, 20 de maio de 1918, p. 581. Créditos:  
Joshua Benoliel.



**Figura 27**  
Proclamação de Sidónio Pais como Presidente da República. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 639, 20 de maio de 1918, p. 583. Créditos: Joshua Benoliel.



**Figura 28**  
Proclamação de Sidónio Pais como Presidente da República. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 639, 20 de maio de 1918, p. 585. Créditos: Joshua Benoliel.

Consciente da notoriedade da individualidade retratada e da relevância do acontecimento, Joshua Benoliel procura encontrar uma narrativa visual que transmita a importância jornalística do evento. Na extensa reportagem de cobertura da proclamação de Sidónio Pais como Presidente (figuras 26, 27 e 28), o fotógrafo documenta o acontecimento com enquadramentos e ângulos que destacam a imponência do novo chefe de Estado. Ao recorrer a perspectivas acima ou abaixo da linha do olhar, como sejam ângulos contra-picados e picados das diversas situações da cerimónia, o repórter evidencia a grandeza do acontecimento e, por outro lado, a submissão ou forte adesão popular, contribuindo para criar no público, a ideia de que Sidónio Pais é o “salvador da Pátria”. A postura vertical com que o novo Presidente se apresenta ao País, a partir da varanda da Câmara Municipal de Lisboa, reforça, no consciente coletivo, a noção de firmeza e determinação do estadista.

O Sidonismo acabaria por ser assombrado por contestações, greves, tumultos populares e confrontos armados que ameaçaram a idoneidade desta figura política<sup>14</sup>. Odiado por uns e adorado por outros, Sidónio Pais acabaria por ser alvo de uma primeira tentativa de assassinato, a 5 de dezembro de 1918, durante a cerimónia de condecoração dos sobreviventes do navio patrulha oceânico Augusto de Castilho, afundado num combate contra um submarino alemão, enquanto protegia a fuga de um navio comercial com passageiros a bordo. A 14 de dezembro, o “Presidente-Rei” não sobreviveria a uma bala infligida por um militante republicano. Apesar do clima de conflito em que terminou o Sidonismo, nenhum dos quatro chefes de Estado que lhe sucederam, durante a I República, mereceu tanto entusiasmo popular e atenção da imprensa. A própria fotografia tornou-se mais formalista.

O retrato oficial do Presidente João Canto e Castro (figura 29) perpetua a mesma imagem militarista de Sidónio Pais. No entanto, a Presidência do antigo chefe de estado da Marinha foi precocemente marcada pelo ambiente de insatisfação que o levaria a querer renunciar ao mandato, a 3 de junho de 1919, mas as intervenções de alguns deputados convenceram-no a continuar em funções até ao fim, cessando funções a 5 de outubro de 1919.

Durante a sessão do Congresso de 6 de agosto de 1919, António José de Almeida foi eleito o sétimo Presidente de Portugal. Seguindo o seu estilo editorial, a *Ilustração Portuguesa* apresentou o novo Presidente com um retrato oficial de plano próximo e, para assinalar a mudança de chefe de Estado, publicou um retrato de corpo inteiro do anterior e atual Presidente, embora os olhares divergentes dos atores políticos denunciem a sua falta de cumplicidade.

Por esta altura é Vasco Serra Ribeiro que assina a reportagem da tomada de posse de António José de Almeida. Sem a proximidade para com o assunto característica das imagens de Benoliel, o reenquadramento dos clichés publicados destaca a ação e salienta os diversos

14 Através da imprensa, Joshua Benoliel e outros fotógrafos da época realizaram o registo documental deste período conturbado da história de Portugal.



**Figura 29**

Vice-almirante Canto e Castro, eleito Presidente da República Portuguesa.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 670, 23 de dezembro de 1918, p. 505.



O ilustre vice-almirante, sr. João de Castro Silva Antunes, novo presidente da República Portuguesa.

momentos da cerimónia oficial. Reflexo do baixo nível de literacia da sociedade, as fotolegendas que contextualizam os acontecimentos são sempre muito redundantes em relação aos elementos icónicos.

Terminado o mandato de António José de Almeida, Manuel Teixeira Gomes é eleito Presidente em sessão do Congresso de 6 de agosto, derrotando o seu opositor Bernardino Machado. A reportagem da tomada de posse publicada na *Ilustração Portuguesa* é agora mais modesta, mas a tribuna, palco da ação, é sempre destacada ao centro do plano. À semelhança do que acontece ainda hoje, quase um século depois, os fotógrafos mantinham-se na bancada frontal para com a tribuna, sendo imposto um certo distanciamento dos protagonistas políticos.



**Figura 30**  
António José de Almeida, Presidente eleito da República. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 704, 18 de agosto de 1919, p. 121. Créditos: Fotografia Nacional.

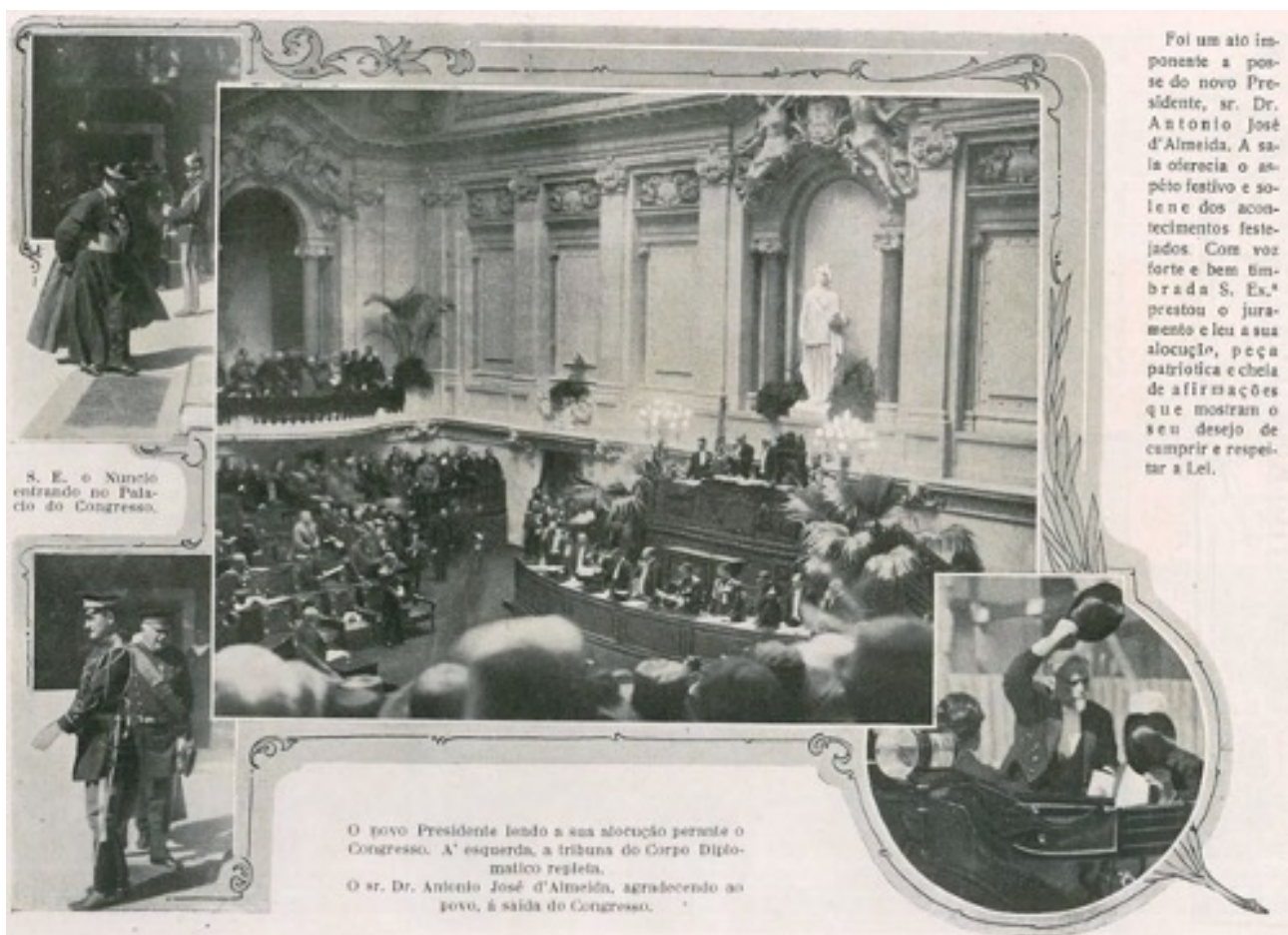
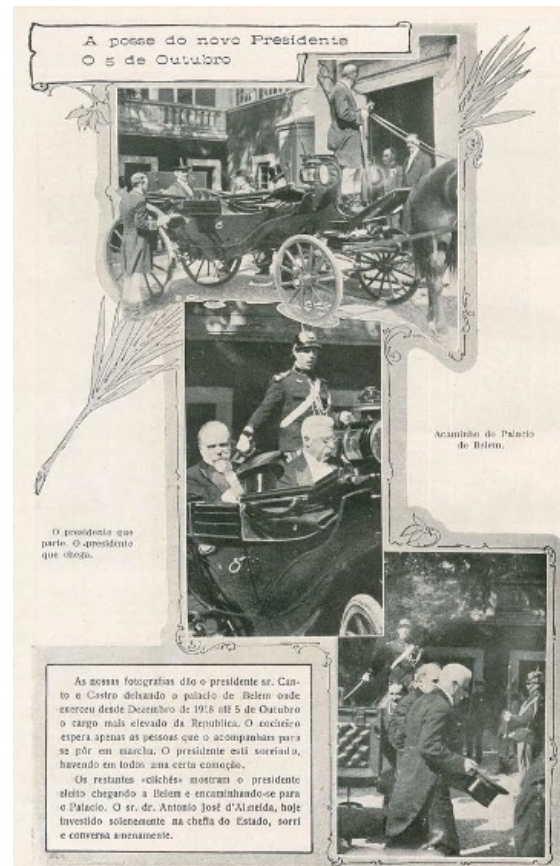


**Figura 31**  
Presidente Canto e Castro e Presidente eleito António José de Almeida. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 704, 18 de agosto de 1919, p. 123. Créditos: Vasco Serra Ribeiro.



### Figura 32 e 33

Fotorreportagem sobre as cerimónias da tomada de posse do Presidente António José de Almeida. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 712, 13 de outubro de 1919, pp. 294-295. Créditos: Vasco Serra Ribeiro.



A publicação do retrato de Duarte Leite (figura 34), opositor político de Manuel Teixeira Gomes, sublinha uma certa imparcialidade jornalística por parte da *Ilustração Portuguesa*, mesmo que o tom utilizado fosse quase sempre favorável para com os Presidentes eleitos. Na edição de 6 de outubro de 1923, a *Ilustração Portuguesa* destaca o retrato de perfil de Manuel Teixeira Gomes. Ao longo do seu mandato, são publicados vários instantâneos de Diniz Salgado que evidenciam o lado diplomata (figura 38) e cosmopolita (figura 39 e 40) do chefe de Estado, que construiu a sua vida profissional até chegar à política em longas viagens pela Europa e norte de África, como representante da companhia de frutos secos do pai, no Algarve.

Muitos dos clichés de Diniz Salgado sugerem movimento, captado o Presidente no au-

tomóvel a caminho de Belém. Na imagem mais singular deste período (figura 43), Diniz Salgado fotografa o Presidente num segundo plano, precedido de um primeiro plano desfocado, técnica ainda pouco usada na época, mas que revela a procura de composições e enquadramentos originais. Os encontros entre o antigo e o novo Presidente ou outras figuras políticas são captados com planos inteiros e com enquadramento vertical para centrar o observador nas figuras humanas, à imagem do que já acontecia nos retratos de Joshua Benoliel.

A República definhava com os seus apoiantes cada vez mais divididos. Manuel Teixeira Gomes acabou por renunciar ao mandato a 11 de dezembro. Sete dias depois, deixou Portugal rumo à Argélia, onde acabou por morrer, sem nunca ter pisado o solo português em vida. Ao contrário do que aconteceu com outros Presidentes com mandatos igualmente curtos, a *Ilustração Portuguesa* dá destaque aos políticos de Manuel Teixeira Gomes e a câmara de Diniz Salgado acompanha-o em exercício de funções. Só Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e, sobretudo, Sidónio Pais foram mais agraciados pela imprensa.



**Figura 34**  
Retrato de Duarte Leite, candidato à Presidência da República.  
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 911, 4 de agosto de 1923, p. 155.

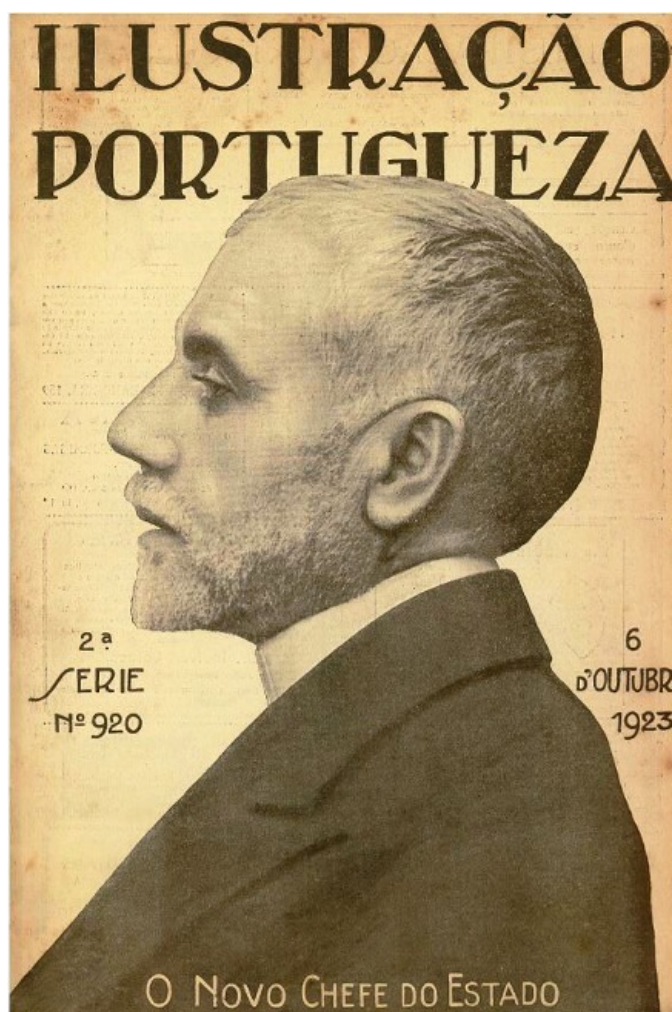




**Figura 35**  
Retrato do Presidente Manuel Teixeira Gomes. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 912, 11 de agosto de 1923, p. 185.

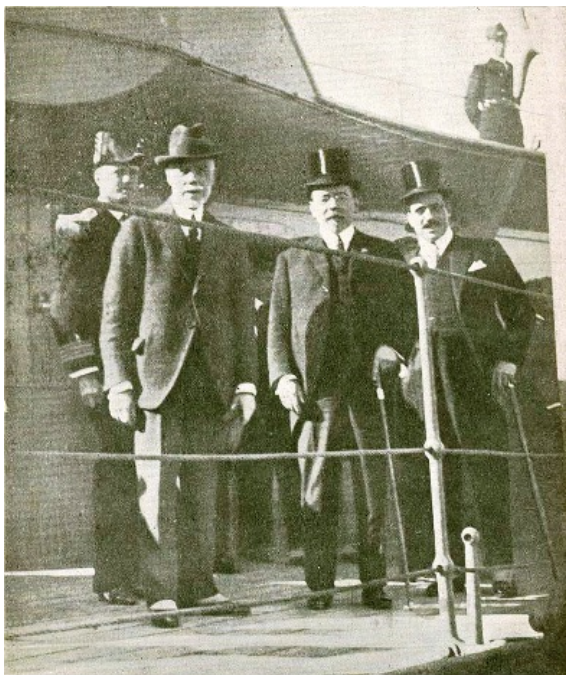


**Figura 36**  
Eleição do Presidente Manuel Teixeira Gomes. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 912, 11 de agosto de 1923, p. 187. Créditos: Diniz Salgado.



**Figura 37**  
Manuel Teixeira Gomes na capa da *Ilustração Portuguesa* por ocasião da tomada de posse. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 920, 6 de outubro de 1923, capa.





**Figura 38**

O Presidente eleito Manuel Teixeira Gomes recebe a delegação do Governo por ocasião da sua chegada a Lisboa para assumir a Presidência da República. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 920, 6 de outubro de 1923, p. 441. Créditos: Diniz Salgado.



**Figura 39**

O Presidente eleito Manuel Teixeira Gomes desembarca em Lisboa. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 920, 6 de outubro de 1923, p. 443. Créditos: Diniz Salgado.



**Figura 40**

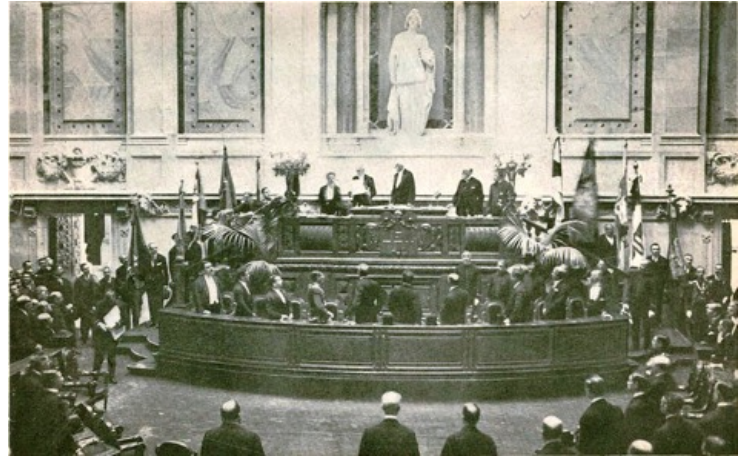
O Presidente eleito Manuel Teixeira Gomes chega ao Palácio de Belém. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 920, 6 de outubro de 1923, p. 443. Créditos: Diniz Salgado.





**Figura 41**

O Presidente eleito Manuel Teixeira Gomes reúne-se com o Presidente cessante António José de Almeida. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 920, 6 de outubro de 1923, p. 444.



**Figura 42**

Juramento da Constituição e tomada de posse do Presidente Manuel Teixeira Gomes. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 921, 13 de outubro de 1923, p. 474. Créditos: Diniz Salgado.



**Figura 43**

O Presidente Manuel Teixeira Gomes saúda a população e guarda de honra desde a varanda do Parlamento. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 921, 13 de outubro de 1923, p. 473. Créditos: Diniz Salgado.



**Figura 44**

O Presidente cessante, António José de Almeida, abandona o palácio de Belém. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 921, 13 de outubro de 1923, p. 477. Créditos: Diniz Salgado.



**Figura 45**

O Presidente Manuel Teixeira Gomes parte do Congresso em cortejo com destino ao palácio de Belém. Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 921, 13 de outubro de 1923, p. 476. Créditos: Diniz Salgado



Lançada em 1920, a revista *ABC* pôde cobrir as eleições presidenciais de 1923 e de 1925 — e assim o fez. De todas as revistas analisadas, foi a única a manifestar a vontade de intervir na *coisa pública* e influenciar a política do país, quando, a propósito das eleições de 1925, propôs, corajosa e desassombradamente, em editorial, a candidatura de Gago Coutinho à Presidência da República (figura 46).

Distinguiu-se, também, pelo carácter eminentemente visual da cobertura das eleições, cumprindo assim, como revista generalista ilustrada, o *contrato de leitura implícito* que a ligava ao leitor, que a comprava para *ver* o que sucedia e não apenas para ler sobre o que acontecia. Num total de sete peças inventariadas sobre as eleições<sup>15</sup>, excluindo o editorial — ainda assim, ilustrado com uma fotografia — no qual propõe a candidatura de Gago Coutinho, seis (86%) podem categorizar-se como géneros jornalísticos predominantemente iconográficos — fotolegendas, notícias ilustradas e fotorreportagens (cf. tabelas 22 e 23 e gráfico 7). Na categorização, atendeu-se à descrição das categorias de géneros jornalísticos usada para as restantes revistas estudadas neste estudo, acrescentando-se, somente, o editorial, já que o recurso a este género foi exclusivo da *ABC*:

1. *Reportagem fotográfica/fotorreportagem*: peça de intenção total ou predominantemente informativa, normalmente extensa, podendo ocupar várias páginas, na qual a fotografia, enquanto elemento informativo iconográfico, predomina sobre o texto verbal (Sousa, 2004, p. 104).
2. *Fotolegenda*: peça jornalística constituída por uma fotografia e um pequeno texto verbal que, como legenda, orienta a leitura da imagem, complementa-a e ainda pode chamar a atenção para as suas particularidades visuais (Sousa, 2005, p. 213).
3. *Notícia ilustrada*: peça total ou predominantemente informativa, breve, na qual a informação verbal é preponderante em relação à informação iconográfica (Sousa, 2004, p. 91).
4. *Editorial*: peça jornalística argumentativa de intervenção que dá conta do posicionamento coletivo da publicação em relação a um determinado assunto. A publicação assume, nessas circunstâncias, o papel de agente político ativo (Sousa, 2005, pp. 202-207).

15 Não se consideraram as matérias não diretamente associáveis às eleições, apesar do seu interesse contextual. Por exemplo, no número de 2 de agosto de 1923, a *ABC*, no seu número 159, publicou, nas páginas 20-21, uma peça intitulada “Os presidentes da República e os seus Ministérios [governos]”, na qual aponta para a instabilidade governativa na I República. A peça é ilustrada com um divertido infográfico no qual as silhuetas caricaturadas dos presidentes são dispostas por tamanho, em função do número de governos que cada um empossou no seu mandato, o que permite ao leitor fazer uma comparação corrosivamente cómica da evolução da situação.



**Figura 46**  
 Editorial da ABC propondo a candidatura de Gago Coutinho à Presidência da República. Fonte: ABC, n.º 280, 26 de novembro de 1925, p. 10.

**Tabela 22**  
 Peças do *corpus* — revista ABC.

Data	Género	Peça
9 agosto 1923 (n.º 160)	Fotolegenda	Sr. Manuel Teixeira Gomes, eleito Presidente da República em 6 de agosto por 121 votos (2.ª capa) Fotolegenda com a notícia da eleição
9 de agosto de 1923 (n.º 160)	Notícia ilustrada	A eleição presidencial (p. 4) Notícia narrando a forma como decorreu a eleição presidencial, ilustrada com uma fotografia e desenhos de quatro eleitores depositando os votos na urna.
11 outubro de 1923 (n.º 169)	Fotolegenda	O último passo presidencial (2.ª capa) Saída do ex-Presidente António José de Almeida do palácio de Belém.
11 outubro de 1923 (n.º 169)	Reportagem fotográfica	O ato de posse do novo chefe de Estado (p. 5) Fotorreportagem de Anselmo Franco sobre a tomada de posse do Presidente Manuel Teixeira Gomes, saudação e cortejo presidencial.
11 outubro de 1923 (n.º 169)	Reportagem fotográfica	A chegada do Presidente eleito a Lisboa (pp. 8-9) Fotorreportagem de Anselmo Franco sobre a chegada do Presidente eleito, Manuel Teixeira Gomes, a Lisboa, vindo de Londres.
26 novembro 1925 (n.º 280)	Editorial	Gago Coutinho e a Presidência da República (p. 10) Editorial em defesa da candidatura de Gago Coutinho à presidência da República.
17 dezembro 1925 (n.º 283)	Reportagem fotográfica	Os dois Presidentes (2.ª capa) Reportagem fotográfica (duas fotos) com um retrato coletivo do Presidente Bernardino Machado rodeado de parlamentares e a saída do Presidente Manuel Teixeira Gomes do palácio de Belém.

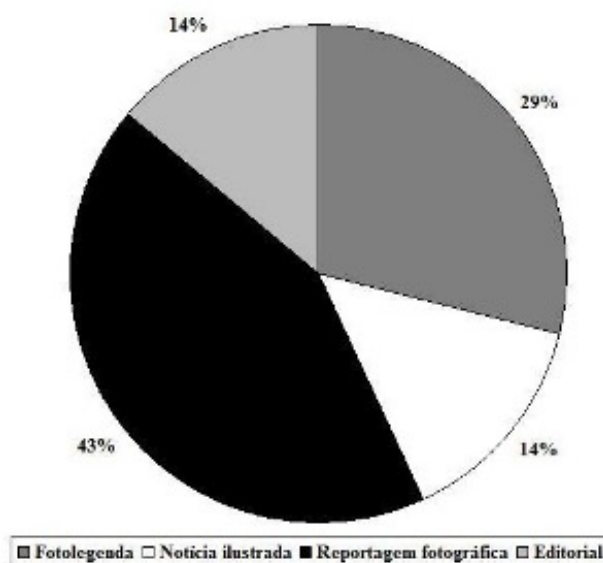
Fonte: produção própria.

**Tabela 23**  
Géneros jornalísticos — revista ABC.

Género	N.º	%
Fotolegenda	2	29
Notícia ilustrada	1	14
Reportagem fotográfica	3	43
Editorial	1	14

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 7**  
Géneros jornalísticos na cobertura das eleições presidenciais — revista ABC (em percentagem).



Fonte: elaboração própria.

Para tipificação das peças quanto ao tema, consideraram-se as seguintes categorias, codificadas pelos investigadores para efeitos desta investigação:

1. *Retratos do Presidente da República*: fotolegendas com o retrato dos novos Presidentes da República, em cada eleição, quando constituem peças individualizadas, com ou sem apresentação do Presidente e notícia da eleição.
2. *Eleições, sucessão presidencial e cerimónias protocolares*: peças centradas na cobertura do ato eleitoral, juramento da Constituição, saudação presidencial, cortejo presidencial entre o Parlamento e o palácio de Belém, reunião entre novo Presidente e Presidente cessante para a sucessão presidencial e cerimónias protocolares.
3. *Candidatos*: peças que apresentam os candidatos às eleições para a presidência da República. Intervenções políticas dos candidatos: matérias sobre intervenções políticas dos candidatos que possam sugerir “campanha” eleitoral.

Os resultados da análise de conteúdo aos temas das peças constam da tabela 24 e do gráfico 8.

**Tabela 24**

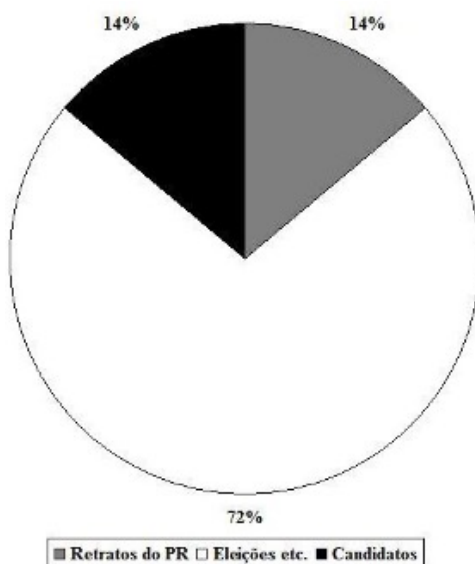
Matérias por categoria temática — revista ABC.

Tema central	N.º	%
Retratos do Presidente da República	1	14
Eleições, sucessão presidencial e cerimónias protocolares	5	72
Candidatos	1	14

Fonte: elaboração própria.

**Gráfico 8**

Matérias por categoria temática — revista ABC  
(em percentagem).



Fonte: elaboração própria.

Os dados da análise de conteúdo (tabela 24 e gráfico 8) comprovam que a ênfase da cobertura das eleições presidenciais de 1923 e 1925 pela ABC foram as eleições propriamente ditas e as cerimónias protocolares. Estas últimas, pelo seu carácter *vivo* e mesmo *espetacular*, e também por pressuporem uma *encenação pública do poder de Estado*, tinham um profundo valor noticioso iconográfico. Uma revista ilustrada de informação geral como a ABC exibiu, pois, o comportamento editorial que dela se esperava, dando natural protagonismo à informação iconográfica, ancorando-a em imagens que, além de mergulharem os leitores nos acontecimentos, dando-lhe referências visuais acerca da

maneira como *as coisas se passaram*, emprestavam ritmo e fulgor à narrativa jornalística.

Resulta algo anômalo, no entanto, só ter sido publicado um retrato presidencial pela ABC — o do Presidente Manuel Teixeira Gomes. O Presidente Bernardino Machado não foi objeto da mesma *individualização gráfica* no contexto da cobertura. Apenas surge num retrato coletivo, em posição central, rodeado dos parlamentares que o elegeram. De algum modo, a linguagem visual da ABC em relação a Bernardino Machado enfatiza, por omissão, a pouca consideração que o editor da revista tinha sobre esse republicano radical que, por duas vezes, ocupou a presidência da República e que foi um dos intérpretes aos quais mais bem se pode associar a instabilidade e incapacidade do regime, sobretudo aos olhos de Rocha Martins, um monárquico liberal que presenciou, perplexo e com horror, o assassinato do rei D. Carlos, a tomada do poder pelos republicanos e o rumo violento, instável e radical que seguiu a I República, que agravou alguns dos problemas do País e foi incapaz de dar resposta aos desejos de progresso, estabilidade e tranquilidade dos portugueses. Essa foto em particular (figura 43) quase pode ser lida como “o Presidente e a camarilha que o elegeu, furtando a decisão aos portugueses”.

A tabela 25 coleta as sequências discursivas que, depois de uma leitura sistemática do *corpus*, por acordo entre observadores, mais bem documentam a atribuição propositada de significado às eleições presidenciais de 1923 e 1925.

**Tabela 25**

Sequências discursivas de enquadramento (revista ABC).

Data	Peça	Sequências discursivas de enquadramento
9 de agosto de 1923 (n.º 160)	Sr. Manuel Teixeira Gomes, eleito Presidente da República em 6 de agosto por 121 votos (2.ª capa)	Sr. Manuel Teixeira Gomes, eleito Presidente da República em 6 de agosto, por 121 votos. É atualmente ministro de Portugal em Londres, tem 61 anos (...) e não tendo nenhum grau universitário, é, todavia, um escritor de certo merecimento, sendo as suas obras dum refinamento pagão e sensual (...).
9 de agosto de 1923 (n.º 160)	A eleição presidencial (p. 4)	Um dos maiores acontecimentos da semana foi (...) a eleição do Presidente da República, encarnadamente disputada pelos candidatos Sr. Teixeira Gomes e Bernardino Machado (...). Teixeira Gomes, ministro plenipotenciário de Portugal em Londres, triunfava sobre o seu mais terrível contendor. Os parlamentares que patrocinavam a candidatura do Sr. Bernardino Machado limitaram-se a votar listas brancas, patenteando assim que se confessavam vencidos mas não convencidos. Atendendo, no entanto, à longa permanência que este diplomata tem feito em Londres (...) é de presumir que o novo chefe do Estado saiba marcar, condignamente, o seu lugar.



26 de novembro de 1925 (n.º 280)	Gago Coutinho e a presidência da República (p. 10)	<p>A nova fórmula presidencial — Gago Coutinho — chefe de Estado — não só agrada a todo o País, mas representa ainda a justiça de Portugal ao seu maior cidadão.</p> <p>Gago Coutinho é uma figura nacional; é mesmo a única que pode, neste momento, conglobar os votos da Nação.</p> <p>Num País de ambiciosos, é um modesto; (...) é uma garantia de aplanamento de dificuldades. Seria o vulto indicado para gerar a grande ligação com o Brasil e jamais deixaria de existir à sua volta o respeito de que carece todo o chefe de Estado.</p> <p>As grandes lutas nacionais, esta intranquilidade estranha (...) tenderia a desaparecer e nunca um jornalista (...) se atreveria a tocar no Presidente da República.</p> <p>É militar, é colonial, é heróico, é cientista, é académico (...). Calmo, sereno, atilado, plebeu com um grande nome que equivale à maior nobreza (...), é amado pelo povo, é querido pelo Portugal inteiro.</p> <p>Poderia fazer-se um plebiscito, que a Nação o votaria integralmente (...).</p> <p>Diante dos outros nomes indicados (...), o de Gago Coutinho sobreleva, Já é tempo de se prestigiar a função de chefe de Estado, na qual, até hoje, só três homens (...) conseguiram atrair as simpatias (...): Arriaga, Sidónio, António José de Almeida (...).</p> <p>Em torno do palácio de Belém têm-se arvorado muitas ambições, enormes cóleras e profundas intrigas (...). Ninguém melhor do que esse grande português tão amado, tão culto, tão bravo, tão atilado e tão modesto poderia congrega a gente portuguesa.</p>
----------------------------------	--	--

Fonte: elaboração própria.

Ao cobrir as eleições presidenciais de 1923 e 1925, a revista *ABC* privilegiou a imagem em relação à palavra. O texto verbal, normalmente claro, curto, sintético e contido, tendeu a complementar a iconografia, predominantemente fotográfica. Por exemplo, a fotolegenda que noticiava a eleição do Presidente Manuel Teixeira Gomes, colava ao seu retrato — estranhamente, de perfil — a informação de que tinha sido eleito a 6 de agosto, por 121 votos, era ministro de Portugal em Londres e escritor “de certo merecimento” (cf. tabela 25). Manuel Teixeira Gomes era, afinal, um desconhecido, ou quase desconhecido, para a generalidade dos portugueses. O novo Presidente tinha, portanto, de ser introduzido aos leitores. Mas a revista não hesita em referir-se a Teixeira Gomes como um escritor pouco brilhante. Nas entrelinhas, pode entender-se medíocre. E também um escritor pouco relevante no mundo literário, além de desviante, “pagão”, “sensual”, ainda que dotado de “refinamento”. Pecado extremo, não tinha “título universitário”.

Parece nítido que as palavras da *ABC*, certamente em consequência do sentimento liberal e monárquico do seu diretor, Rocha Martins, promovem a descredibilização do Presidente Teixeira Gomes e, por arrasto, da própria I República, um regime que, na verdade, era encarado pela revista como instável, violento e prejudicial aos portugueses<sup>16</sup>.

Essa percepção que a revista oferece sobre o mais novo representante máximo da nação

16 Essa apreciação transparece particularmente da peça (que, não se referindo às eleições, não foi considerada para uma análise mais fina) intitulada “Os presidentes da República e os seus Ministérios [governos]”, publicada no número 159, de 2 de agosto de 1923 (pp. 20-21).

é confirmada na peça seguinte “A eleição presidencial”. Ilustrada com quatro desenhos e a dividir a página com três fotolegendas que noticiam a inauguração de uma fábrica de massas na rua 21 de julho, a importância que é atribuída à eleição é mediana: foi um dos maiores acontecimentos “da semana”. Nota-se um tom irónico e de insatisfação com os resultados que levaram Bernardino Machado ao cargo de Presidente da República. O que esteve em destaque, na verdade, foi a dificuldade de se definir um vencedor, pois a votação teria sido “encarniçadamente disputada” entre os candidatos. A matéria não é objetiva e imparcial com relação aos resultados das eleições. Muito pelo contrário, afasta o candidato eleito colocando em causa a sua ligação a Portugal, como se de um estrangeiro se tratasse, ao evidenciar a sua “longa permanência” em Londres. Diferentemente da *Ilustração Portuguesa*, por exemplo, que desejava boa sorte aos eleitos, a única expectativa e desejo da ABC é a presunção de que “o novo chefe do Estado saiba marcar, condignamente, o seu lugar” (ABC, 09 de agosto de 1923, p. 4).

Ao endossar, a 26 de novembro de 1925, o apoio ao candidato que não chegou a sê-lo, Gago Coutinho, a revista ABC menciona os atributos que deveriam ser apanágio do chefe de Estado num ambiente tão instável como foi o da I República: modesto, prestigiado nacional e internacionalmente, respeitado, amado, moderado, culto, bravo, atilado, capaz de unir os portugueses (cf. tabela 25). A publicação, ao enfatizar que apenas três Presidentes atraíram as simpatias gerais da Nação — Manuel de Arriaga, Sidónio Pais, que obteve o cargo por meio de uma revolução, e António José de Almeida — contribuiu para minar o prestígio da própria República. Lê-se nas entrelinhas que, se os portugueses pudessem ter elegido os seus presidentes em sufrágio direto e universal, possivelmente Bernardino Machado, Teófilo Braga, Manuel Teixeira Gomes e Canto e Castro nunca teriam sido eleitos. A ABC punha, assim, a claro as disfuncionalidades de um regime que, fazendo eleger os presidentes por sufrágio indireto, impedia que os portugueses se identificassem com vários daqueles que foram os seus máximos representantes.

Para a análise quantitativa do discurso especificamente fotográfico<sup>17</sup> da revista ABC sobre as eleições presidenciais de criaram-se categorias respeitantes aos géneros fotográficos e aos conteúdos temáticos, após apreciação do *corpus*.

Quanto aos géneros, codificaram-se as seguintes categorias:

1. *Retratos*: fotografias com valor informativo centradas na apresentação visual de uma ou várias pessoas, normalmente em pose.
2. *Ação*: instantâneos fotográficos que documentam uma ação, podendo fazer parte de *reportagens fotográficas*.

<sup>17</sup> Por exemplo, a peça “A eleição presidencial” publicada na página 4 do número 160, de 9 de agosto de 1923, é acompanhada de quatro desenhos de parlamentares depositando o seu voto na urna, que não foram contabilizados na análise. Apenas se consideraram as fotografias.

Quanto ao temário iconográfico, codificaram-se as seguintes categorias:

1. *Retratos presidenciais*: retratos do Presidente eleito. Para não se multiplicarem as categorias, incluíram-se nesta categoria retratos do Presidente ao longo da sua vida e fotografias do presidente com outras pessoas, incluindo familiares, nas quais o Presidente é a razão e o foco (visual ou de sentido) da imagem. Não se incluíram fotografias categorizadas noutras categorias, como fotografias do Presidente rodeado de outros indivíduos, designadamente políticos, em ocasiões específicas, como o cortejo presidencial ou a saudação presidencial, nem fotografias do Presidente durante estas ocasiões.
2. *Retratos de candidatos às eleições*: retratos dos candidatos a Presidente da República, incluindo-se o Presidente eleito enquanto ainda era somente candidato. Para não se multiplicarem as categorias, incluiu-se uma fotografia de *feature de interesse humano* do Presidente, enquanto ainda era candidato, a lanchar no bar do Parlamento, que fugiu aos padrões de cobertura.
3. *Atividade política*: instantâneos — normalmente, cândidos — de políticos em reuniões políticas e outras iniciativas relacionadas com as eleições presidenciais, dirigindo-se para as mesmas ou saindo delas. Fotografias relativas aos atos eleitorais propriamente ditos. Fotografias de atos com significado político, excluindo as categorizadas noutras categorias. Fotografias relativas à sucessão presidencial, incluindo encontros entre os Presidentes no cargo e eleito, mesmo quando possam ser equiparados a retratos. Incluíram-se nesta categoria as fotos do Presidente eleito Manuel Teixeira Gomes quando aportou em Lisboa vindo de Londres.
4. *Juramento da Constituição*: instantâneos da cerimónia presidencial de juramento da Constituição, ou cerimónia do Compromisso, como era denominada.
5. *Saudação presidencial*: instantâneos da saudação do Presidente aos militares em parada e populares, a partir da varanda do Parlamento. Fotografia de populares e tropas em parada por ocasião da saudação presidencial pós-eleição.
6. *Cortejo presidencial*: instantâneos de ação do cortejo presidencial após a tomada de posse, entre o Parlamento e o palácio de Belém, residência oficial do Presidente da República Portuguesa.

As tabelas 26 e 27 expõem, quantitativamente, os géneros e temas do discurso fotográfico da revista *ABC* sobre as eleições presidenciais de 1923 e 1925, em conjunto, sendo de relevar que das 21 fotografias inventariadas, 19 dizem respeito à eleição de 1923 e somente duas à de 1925. O dado poder-se-á dever à conjunção de vários fatores: (1) a surpreendente renúncia de Manuel Teixeira Gomes; (2) a desconsideração pessoal e política de Rocha Martins, diretor da *ABC*, por Bernardino Machado, eleito, em 1925, Presidente pela segunda vez; e (3) o cansaço que a rotineira instabilidade política da Primeira República, um regime que eventualmente pareceria incapaz e cheio de políticos ineptos à maioria dos portugueses, provocava. Um novo-antigo Presidente não parecia agourar nada de bom — tal como se veio a verificar a 28 de maio de 1926.

**Tabela 26**

Fotografias por género — revista ABC.

Tema central	N.º	%
Retratos	3	14
Ação	18	86

Fonte: elaboração própria.

**Tabela 27**

Fotografias por tema — revista ABC.

Tema central	N.º	%
Retratos do Presidente da República	2	9,5
Retratos de candidatos às eleições	1	5
Atividade política	12	57
Juramento da Constituição	2	9,5
Saudação presidencial	2	9,5
Cortejo presidencial	2	9,5

Fonte: elaboração própria.

Para assegurar o envolvimento do leitor, a revista ABC, de acordo com as informações da tabela 26, preferiu as fotografias de ação aos retratos (presidenciais), um deles individual (figura 47), que dá todo o protagonismo ao Presidente (curiosamente, representado de perfil), e os outros coletivos (figuras 50 e 51). As fotografias de ação dão dinamismo à cobertura dos acontecimentos, o que os retratos não conseguem. Além disso, traduzem com mais perfeição quer a ideia de *narrativa visual*, quer de *reportagem* (figuras 49 e 50) correspondendo, portanto, aos desejos dos leitores, que quereriam *ver o que se passou*, ser *testemunha* dos acontecimentos, ainda que indiretamente, mediaticamente.

A ABC publica o mesmo retrato oficial de Manuel Teixeira Gomes também presente nas revistas concorrentes, mas a cobertura fotojornalística deste mandato é, na verdade, valorizada neste título pela experiência fotográfica de Anselmo Franco, ao acrescentar uma nova forma de ver e de fotografar a vida política com clichés que privilegiam enquadramentos muito abertos, composições que destacam as linhas e as formas conferindo força visual às cenas da vida política representadas. No entanto, mantém um certo distanciamento sobre ao assunto a fotografar e não salienta as expressões dos protagonistas, como se a vida política fosse algo distante do cidadão.

A tabela 27, por seu turno, mostra que mais de metade (57%) das 21 fotografias se referiram a diversos aspetos da atividade política relativa às eleições presidenciais, englobando-se nesta categoria imagens diversas como as que documentam o ato eleitoral propriamente dita às imagens da chegada do Presidente eleito, Manuel Teixeira Gomes, a Lisboa, regressado de

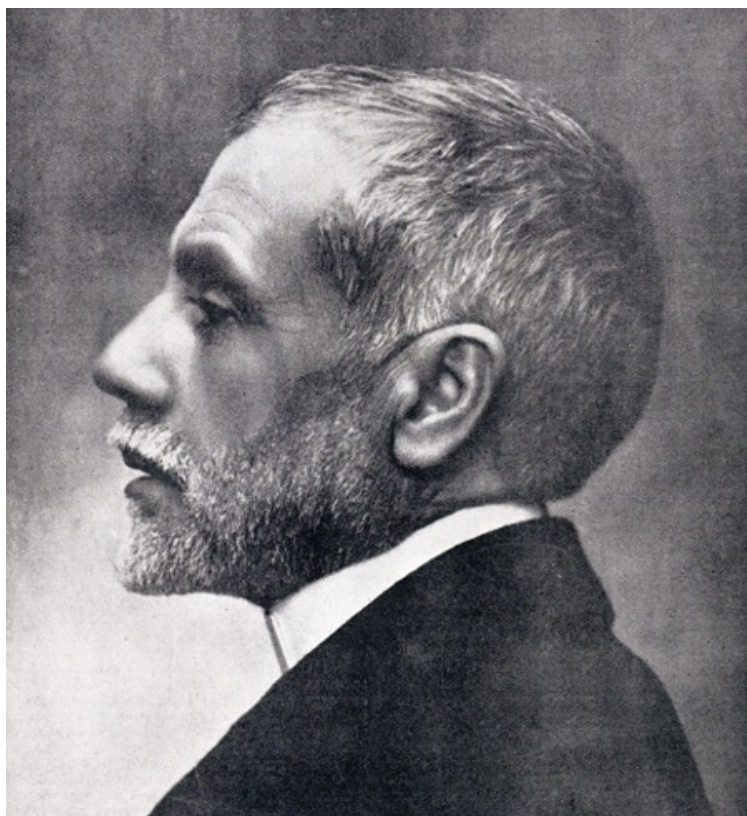
Londres, notícia pela expectativa que gerava na população. Notou-se, portanto, um esforço da *ABC* no sentido de proporcionar ao leitor um olhar tão visualmente ubíquo e diversificado quanto possível a propósito das eleições.

Pelo seu carácter altamente simbólico, já que é o momento em que o Presidente eleito se torna Presidente efetivo, o juramento da Constituição — apenas por Manuel Teixeira Gomes — foi tomado em consideração na cobertura das eleições de 1923, mas não nas de 1925, sobre as quais, na verdade, a *ABC*, por surpresa ou pelo descrédito que mereceria a figura de Bernardino Machado, quase não publicou fotografias — apenas um retrato coletivo em que o Presidente Bernardino Machado aparece rodeado dos seus eleitores e outra que, na verdade, diz respeito ao final da Presidência de Teixeira Gomes, quando este sai de Belém (figura 51).

Os momentos da saudação presidencial ao povo e às tropas e do cortejo presidencial foram considerados como ocasiões singulares dignas de registo devido à sua tonalidade simultaneamente celebratória — portanto, vibrante e viva — e simbólica, dentro do contexto das cerimónias que se sucederam às eleições presidenciais.

É de registar que as rotinas de cobertura fotojornalística das eleições presidenciais se encontravam consolidadas nos anos 1920, passando pela publicação de retratos do Presidente, eleição em si mesma, sucessão presidencial — sendo particularmente simbólicas as fotografias das reuniões entre Presidente eleito e Presidente no cargo e da saída do Presidente cessante do palácio de Belém –, juramento da Constituição, saudação presidencial ao povo e às tropas e cortejo presidencial.

**Figura 47**  
Presidente Manuel Teixeira Gomes.  
Fonte: *ABC*, n.º 160, 9 de agosto de 1923, 2.ª capa.

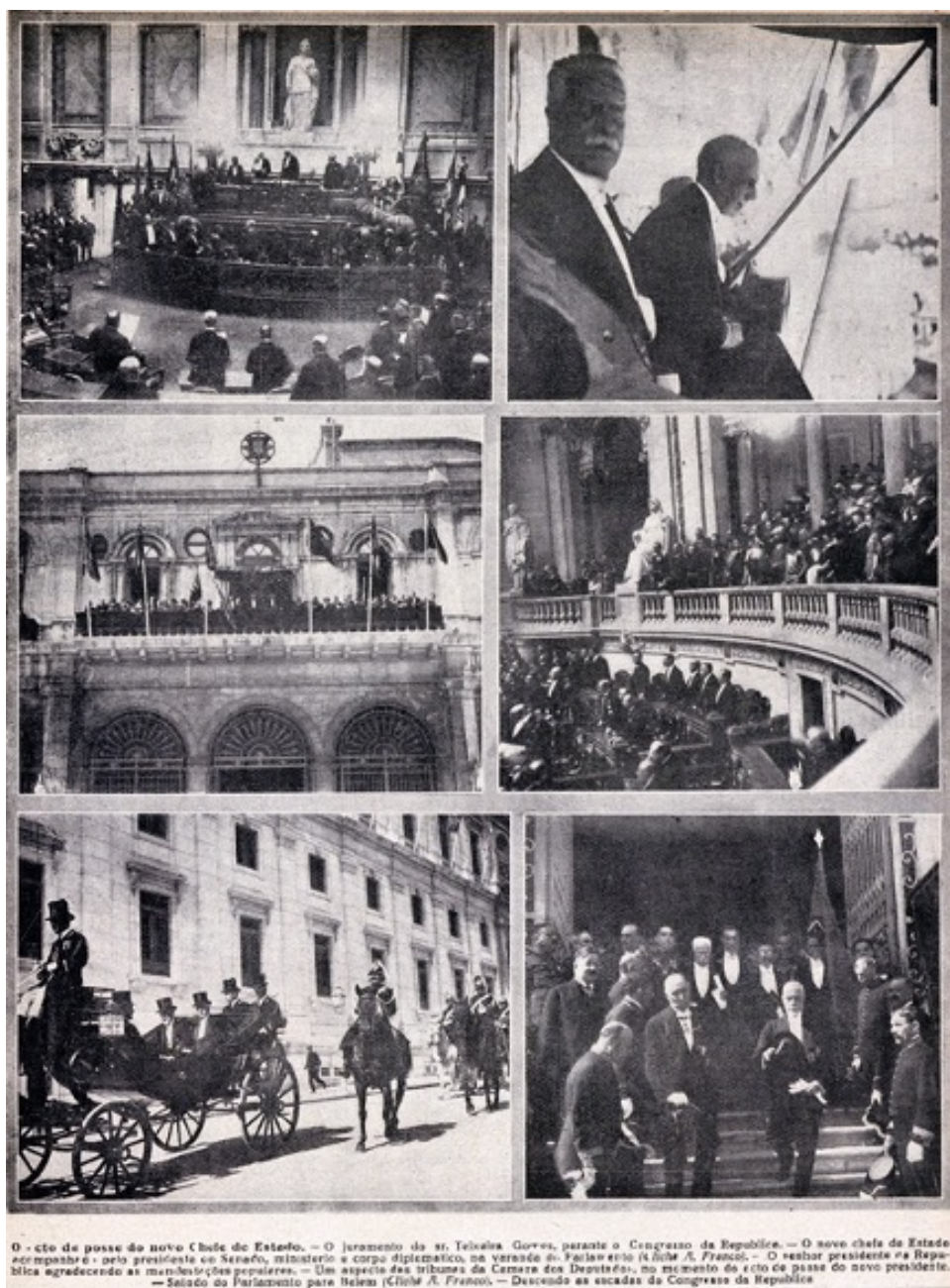






**Figura 48**

Eleição de Manuel Teixeira Gomes. Fonte: ABC, n.º 160, 9 de agosto de 1923, p. 4.



**Figura 49**

Fotorreportagem da tomada de posse do Presidente Manuel Teixeira Gomes e cerimónias protocolares. Fonte: ABC, n.º 169, 11 de outubro de 1923, p. 5. Créditos: Anselmo Franco.



**Figura 50**  
Chegada do Presidente eleito, Manuel Teixeira Gomes, a Lisboa e reunião entre Presidente eleito e Presidente em funções.  
Fonte: ABC, n.º 169, 11 de outubro de 1923, pp. 8-9.  
Créditos: Anselmo Franco.



**Figura 51**  
O Presidente Bernardino Machado rodeado de parlamentares, após a sua eleição e a saída de Manuel Teixeira Gomes do cargo.  
Fonte: ABC, n.º 283, 17 de dezembro de 1925, 2ª capa

## Discussão comparativa e conclusões

A cobertura das eleições presidenciais em Portugal durante a I República foi tratada de maneira detalhada pelas quatro revistas ilustradas de informação geral que fizeram parte da presente pesquisa: a *O Ocidente*, a *Brasil-Portugal*, a *Ilustração Portuguesa* e a *ABC*. O facto de não terem coexistido concomitantemente durante todo o período que corresponde a I República impossibilita qualquer comparação absoluta e direta. No entanto, a partir da análise realizada a primeira conclusão que podemos apontar é que, apesar de cada uma possuir características próprias, no discurso de todas elas, nota-se o desencanto com a nova forma de Governo, nomeadamente com as dissensões e lutas no campo político, frequentemente violentas. Inicialmente, cada eleição presidencial é uma ocasião, nas revistas, para um novo repto por sossego e ordem. Cada eleição presidencial é enquadrada, nas publicações estudadas, como um sinal de esperança de que as coisas sejam, finalmente, diferentes e que Portugal entre, por fim, na senda do progresso. É, pois, um discurso voltado para o futuro, ainda que tendencialmente personalizado e quase sempre elogioso para cada um dos novos chefes de Estado que, na sucessão presidencial, ascendiam, por via eleitoral, à Presidência da República. Essa característica é observada tanto do discurso escrito como na iconografia.

Apesar disso, na cobertura das primeiras eleições, nota-se uma aproximação mais frequente à Monarquia. Isso seria uma forma de assinalar uma passagem entre formas de Governo de maneira sutil. Contudo, o que as revistas apresentaram foi um período conturbado da história portuguesa. Inconscientemente, tal como Siegfried Kracauer (1947) notou para o cinema alemão dos anos 1920 e o relativo sucesso do autoritarismo presidencialista de Sidónio Pais, talvez Portugal estivesse à espera de salvadores, o que ajuda a compreender a receptividade ao golpe de Estado de 28 de maio de 1926 e à imposição de uma Ditadura.

A pesquisa conclui também que as eleições presidenciais foi um tema saliente em todas as revistas ilustradas estudadas, o que terá contribuído para o agendamento do assunto na agenda pública. Nas eleições em que coincidiram no tempo, esse efeito terá beneficiado dos fenómenos de acumulação e consonância. As revistas possuíam, como norma, um discurso mais descritivo e não crítico ou perscrutador. Sendo essa uma característica que, em um primeiro momento, poderia ser relacionado a um tipo de abordagem inferior, na verdade, com base nos resultados apresentados, conclui-se que se trata de uma importante interpelação pela riqueza de detalhes apresentado principalmente pela *O Ocidente* e pela *Ilustração Portuguesa*. A exceção à descrição foi a *Brasil-Portugal* que, por sua vez, exerceu uma atuação mais apreciativa dos factos. Isso, em parte, é justificado pela periodicidade quinzenal da revista que, pelo afastamento temporal teria de recorrer a peças mais interpretativas e menos centradas na atualidade dos acontecimentos. A revista *Brasil-Portugal* seria, portanto, a mais analítica.

Os enquadramentos dados ao tema brotaram, quase integralmente, dos jornalistas. Não se assistiu, como hoje, à aparição relevante de fontes políticas no discurso jornalístico,



numa luta por dar significados aos acontecimentos. Só num caso, protagonizado pela revista *Ocidente*, em 1911, um discurso presidencial de tomada de posse foi reproduzido na íntegra, como aconteceu em países como os EUA no mesmo período (cf. Andersen & Thorson, 1989). Noutros casos, foi destacado um tema do discurso, como fez a *Ilustração Portuguesa* nas primeiras eleições de 1915, que conduziram Teófilo Braga, por breves meses, à Presidência.

Outro aspeto contundente é o maior interesse que as revistas apresentam pela primeira eleição justificado pelo facto de que se configuraram como possuindo um valor-notícia elevado pelo ineditismo do facto, ou seja, foi a primeira vez que se elegeu um Presidente da República Portuguesa. Contudo, é de se notar que esse interesse pela temática diminui ao longo do tempo, especialmente no caso da *Ilustração Portuguesa*, publicação que cobriu mais eleições, o que permitiu uma análise longitudinal mais contundente.

O discurso textual e fotográfico sobre as eleições presidenciais centra a sua atenção nos novos Presidente da República com o objetivo de apresentá-los aos portugueses, fisicamente e também socialmente através de uma narrativa biográfica. A norma seria o discurso elogioso e desprovido de qualquer aspeto negativo das personagens dos Presidentes perante o leitor, permitindo-lhe estabelecer conotações, por exemplo, entre a fisionomia dos retratados e as qualidades.

É ainda de destacar que a interiorização de rotinas e cânones de cobertura fotojornalística permitiu centrar as atenções fotojornalísticas nos momentos mais simbólicos das eleições e tomadas de posse (juramento da Constituição pelo novo Presidente, cortejo presidencial até à residência oficial do Presidente da República, o palácio de Belém, e na transição pacífica de poderes presidenciais, isto em 1919 e 1923).

A repetição das mesmas fotografias em diferentes revistas, ainda que, por vezes, com diferente recorte (a integridade do espaço fotográfico não era respeitada e faziam-se amiúde reenquadramentos) dever-se-á ao facto de os fotojornalistas trabalharem à peça, pelo que as enviavam, simultaneamente, para vários jornais e revistas. As revistas, ocasionalmente, também repetiam determinadas fotografias em ocasiões diferentes e distantes no tempo.

Também é visível a repetição de algumas abordagens fotográficas em várias eleições, centradas na captação em imagem de momentos particularmente simbólicos: o juramento da Constituição pelo Presidente, a saudação na varanda do Parlamento, o cortejo presidencial... De algum modo, o cânone de procedimento terá sido definido na cobertura das primeiras eleições presidenciais, em 1911, por Joshua Benoliel, o pioneiro do fotojornalismo em Portugal. Curiosamente, Benoliel permitiu-se algumas liberdades na expressão fotográfica que fotojornalistas posteriores não seguiram. A fotografia “cândida” e inesperada, cheia de *interesse humano*, de Manuel de Arriaga a comer, só (apelará ao carácter unipessoal e “solitário” do mandato presidencial), no bar do Parlamento, enquanto aguardava o resultado da eleição presidencial, é um exemplo da criatividade — e liberdade de ação — de Benoliel.

Ainda assim, a análise às fotografias da I República revela que a *ABC: Revista Portuguesa*

foi a publicação ilustrada que melhor explorou a ideia de que as reportagens fotográficas tinham de apresentar uma coerência narrativa através da sequência de vários clichés, tendência hoje tão comum nos meios online. Com os seus ângulos bem abertos sobre o Parlamento e o cenário, Anselmo Franco confere mais dimensão à cena política, mas também distanciamento, como se de um palco de tratasse — reflexo de um certo desencanto com os ideais da República. Exceto naturalmente nos retratos, o foco já não cai nos protagonistas políticos, mas nos seus atos e celebrações, como um ritual de registo obrigatório que tem vindo a ser fotografado desde os tempos de Joshua Benoliel até à atualidade.

A hipótese equacionada pode, pois, ser parcialmente aceite. Partiu-se da hipótese, sustentada pela bibliografia sobre critérios de noticiabilidade e cobertura eleitoral, de que as eleições presidenciais na I República, sendo uma novidade para os portugueses, e gozando a imprensa de liberdade, tiveram forte repercussão nas revistas ilustradas e a cobertura, com exceção da revista *Brasil-Portugal*, que dissecou analiticamente o tema, foi tendencialmente descritiva, ainda que com pouco espaço para as fontes políticas (excluindo a transcrição do discurso de Manuel de Arriaga pela revista *Ocidente*, em 1911). No entanto, ainda que a cobertura das eleições tenha sido pessoalizada na figura do vencedor — o presidente eleito (no caso de Sidónio Pais, era candidato único), sendo muito importante, nesse contexto, a fotografia de retrato, não foram apresentadas, com exceção pontual (uma peça/uma página) das Presidenciais de 1911 na *Ilustração Portuguesa*, como uma corrida entre diversos candidatos.

## Referências bibliográficas

- Andersen, K., & Thorson, S.J. (1989). Public discourse or strategic game? Changes in our conception of elections. *Studies in American Political Development*, 3, 262–278. <https://doi.org/10.1017/S0898588X00000638>
- Arcari, A. (2001). *A Fotografia: as Formas, os Objectos, o Homem*. Edições 70.
- Ball-Rokeach, S.J. & DeFleur, M.L. (1976). A dependency model of mass-media effects. *Communication Research*, 3(1), 3–21. <https://doi.org/10.1177/009365027600300101>
- Barker, C. & Galanski, D. (2001). *Cultural studies and discourse analysis*. Sage.
- Bauret, G. (2006). *A Fotografia*. Edições 70.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Free Press.
- Camboa, A. S. C. (2011). *A cobertura televisiva da campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República em Portugal* [Relatório de estágio de mestrado não publicado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Couto, S. S. (2006). *Televisão, campanha eleitoral e pluralismo. As eleições presidenciais na RTP, SIC e TVI* [Dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Entman, R. M., Matthes, J. & Pellicano, L. (2009). Nature, sources, and effects of news framing. In K. Wahl-Jorgensen, K. & T. Hanitzsch (Eds.), *The handbook of journalism studies* (pp. 175–190). Routledge.
- Fowler, R. (1994). *Language in the News* (3rd edition). Routledge.
- Freitas, C. C. (2017). *A campanha do general Humberto Delgado para as eleições presidenciais de 1958 na vila de Gouveia* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–90. <https://doi.org/10.1177/002234336500200104>
- Gamson, W. (1989). News as framing. *American Behavioural Scientist*, 33(2), 157–161. <https://doi.org/10.1177/0002764289033002006>
- Gamson, W. A & Modigliani, A. (1987). The changing culture of affirmative action. In R. Braungart (Ed.), *Research in political sociology* (vol. III, pp. 137–177). JAY Press.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching*. University of California Press.
- Goffman, E. (1975). *Frame analysis. An essay on the organization of experience*. Northeastern University Press.
- Hartley, J. (2002). *Communication, cultural and media studies: the key concepts*. Routledge.
- Iyengar, S., Norpoth, H., & Hahn, K. S. (2004). Consumer demand for election news: The Horserace Sells. *The Journal of Politics*, 66(1), 157–175. <https://doi.org/10.1046/j.1468-2508.2004.00146.x>
- Jakobson, R. (1960). Closing statement: linguistics and poetics. In T. A. Sebeok (Ed.), *Style in language* (pp. 350–377). MIT Press.
- Kracauer, S. (1947). *From Caligari to Hitler. A psychological history of the German film*. Princeton University Press.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Harcourt, Brace and Company.
- Matos, Á. C. (2014). The press in the First Portuguese Republic: constants and guiding principles (1910–1926). In J. P. Sousa, H. Lima., M. Barbosa, & A. Hohlfeldt (Orgs.), *A history of the press in the Portuguese-Speaking countries* (pp. 113–172). Media XXI.
- Mazzoleni, G. (1987). Media Logic and Party Logic in Campaign Coverage- The Italian General Election of 1983. *European Journal of Communication*, 2(1), 81–103. <https://doi.org/10.1177/0267323187002001005>
- Mazzoleni, G., & Schulz, W. (1999). “Mediatization” of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication*, 16(3), 247–262. <https://doi.org/10.1080/105846099198613>
- McCombs, M. & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187. <http://www.jstor.org/stable/2747787>
- McCombs, M. E. & Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years on the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, (43)2, 58–67. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01262.x>
- Nascimento, L. P. J. A. (2014). *A campanha presidencial portuguesa de 2011: cobertura na imprensa* [Dissertação de mestrado não publicada]. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Orgad, S. (2012). *Media representation and global imagination*. Polity Press.
- Pinto, R. J. (1997). *The evolution of the structure of political journalism in four “quality” newspapers (1970–1995)* [Tese de doutoramento não publicada]. University of Sussex.
- Proença, M. C. (2015). *Uma História concisa de Portugal*. Círculo de Leitores.
- Reis, A. (1993). O Jornalista e o Historiador: aproximações e Diferenças. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, (12), 135–142. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2685810>
- Reis, J. (2019). *Uma campanha americana – Humberto Delgado e as Presidenciais de 1958*. Edições Tinta-da-China.
- Sá, S. C. S. (2011). *Análise de conteúdo e estudo do enquadramento nas eleições presidenciais portuguesas de 2011 – estudo da imprensa portuguesa* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Scheufele, B. (2008a). Content analysis, qualitative. In W. Donsbach (Ed.), *The international encyclopedia of communication*. (Vol. III, pp. 967–972). Blackwell Publishing.
- Serrano, E. (2005). A campanha eleitoral de 2001 na televisão revisitada. *Media & Jornalismo*, (7), 59–78. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n7-03-Estrela-Serrano.pdf>
- Sena, A. (1991). *Uma História da Fotografia*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Serrano, E. (2006). *Jornalismo político em Portugal: a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976/2001)*. Edições Colibri & Instituto Politécnico de Lisboa.
- Sousa, J. P. (2005). *Elementos de jornalismo impresso*. Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Edições Universidade Fernando Pessoa.

- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Strömbäck, J. & Van Aelst, P. (2010). Exploring some antecedents of the media's framing of election news: a comparison of Swedish and Belgian election news. *International Journal of Press/Politics*, 15(1), 41-59. <https://doi.org/10.1177/1940161209351004>
- Strömbäck, J. (2008). Four phases of mediatization: an analysis of the mediatization of politics. *International Journal of Press/Politics*, 13(3), 228-246. <https://doi.org/10.1177/1940161208319097>
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (Eds.). (2010). *Sage handbook of mixed methods in social & behavioral research*. Sage.
- Tavares, E. (2010, 23 de agosto). "Disparando" a Revolução. *P2, Público*. <https://www.publico.pt/2010/08/23/jornal/disparando-a-revolucao-19612212>
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera Editores.
- Villafañe, J. & Mínguez, N. (2002). *Principios de la Teoría General de la Imagen*. Pirámide [original de 1996].
- Wimmer, R. D. & Dominick, J. R. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación. Una introducción a sus métodos*. Bosch.